

## SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2009

### PRESIDÊNCIA: BUZEK

*Presidente*

(A sessão tem início às 17.00)

#### 1. Reinício da sessão

**Presidente.** – Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, que tinha sido interrompida na quinta-feira, dia 26 de Novembro de 2009.

#### 2. Comunicações da Presidência

**Presidente.** – Ao abrir esta última sessão do Parlamento Europeu de 2009 gostaria, em primeiro lugar de desejar a todas as Senhoras e todos os Senhores Deputados os meus sinceros votos de Boas Festas para a época natalícia que se avizinha, para o Chanukah que já começou e votos de um bom Ano Novo. Gostaria ainda, em nome de todos os deputados ao Parlamento Europeu, de manifestar também os mesmos votos sinceros à administração e a todos aqueles que trabalham directamente com o Parlamento e que nos apoiam nos nossos trabalhos.

Gostaria também de referir o ataque ao Primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi. O ataque merece a nossa manifesta condenação. O debate político não deve ser conduzido dessa forma. O incidente de ontem nunca deveria ter ocorrido. Esperamos que Silvio Berlusconi possa ter alta do hospital brevemente e desejamos-lhe rápidas melhoras.

E, se me permitem, gostaria ainda de referir um aniversário que é importante para mim, pessoalmente. Ontem fez 28 anos que as autoridades comunistas da altura impuseram a lei marcial na Polónia. Quase 100 pessoas perderam a vida em consequência desta imposição, incluindo nove mineiros abatidos durante uma greve na Mina de Wujek. Muitos milhares de activistas da oposição democrata foram detidos, enquanto outros foram mesmo presos. O objectivo era a desintegração e destruição do sindicato Solidariedade. Refiro estes eventos porque gostaria de chamar a atenção para quanto a Europa mudou nas últimas duas ou três décadas, mas também para a necessidade de lutarmos pela paz e pelos direitos humanos no nosso continente e no resto do mundo.

Gostaria igualmente de aproveitar a oportunidade para relembrar que terá lugar na quarta-feira às 12.00, a cerimónia de entrega do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento. Este ano o prémio foi atribuído a Lyudmila Alexeyeva, Sergei Kovalev e Oleg Orlov, representantes da organização russa de defesa dos direitos humanos Memorial. O nosso continente sofreu muito ao longo do século XX, por isso entendemos muito bem a importância da luta pelos direitos humanos em todo o mundo e, especialmente, no continente europeu. É por essa razão que este evento possui especial valor para nós.

**Francesco Enrico Speroni, em nome do Grupo EFD.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, desculpem-me se não uso a forma mais correcta para intervir, mas queria manifestar a minha solidariedade e do meu grupo relativamente ao Senhor Primeiro-Ministro Berlusconi.

**Presidente.** – Estava a falar em nome de todo o Parlamento Europeu.

**Gianni Pittella, em nome do Grupo S&D.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em conjunto com o senhor deputado Sassoli e todos os deputados do Partido Democrático no seio do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, gostaria de fazer eco das suas palavras de solidariedade para com o Senhor Primeiro-Ministro de Itália, Silvio Berlusconi, e sublinhar que se tratou de um acto abominável, inaceitável e injustificável.

Nós somos adversários aguerridos do Senhor Primeiro-Ministro Berlusconi, mas somos adversários políticos. Não encaramos o Senhor Primeiro-Ministro Berlusconi, nem nenhum outro adversário, como nosso inimigo. Não há nenhuma outra forma de nos batermos e vencermos que não seja através do confronto político e civilizado. Não permitiremos que ninguém faça descambar a vivacidade do debate político para um perigoso caminho de ódio e violência, que é o primeiro passo para as práticas autoritárias e antidemocráticas. É bom

que este Parlamento dê, uma vez mais, provas da sua superior serenidade, de respeito e de maturidade democrática.

**Mario Mauro**, *em nome do Grupo PPE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, também em nome do meu grupo, gostaria, em termos não formais, de agradecer calorosamente, em primeiro lugar ao Senhor Presidente, que usou o termo mais apropriado, ou seja “indigno”, para descrever aquilo que se passou, e ainda mais, se possível, aos colegas italianos e, em especial, ao senhor deputado Pittella, pelas suas palavras.

Não pretendo entrar em especulações políticas de nenhum tipo. Aquilo que aconteceu na realidade podia levar-nos quase à beira do abismo, do precipício, pelo que o apelo uníssono vindo do Parlamento é o único que pode guiar-nos neste momento difícil. Obrigado, pois, ao Parlamento e à Europa pelo seu contributo para a vida e para o desenvolvimento democrático em Itália.

### **3. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta**

### **4. Pedido de levantamento da imunidade parlamentar: Ver Acta**

### **5. Composição das comissões e delegações : Ver Acta**

### **6. Interpretação do Regimento: Ver Acta**

### **7. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: Ver Acta**

### **8. Entrega de documentos: Ver Acta**

### **9. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta**

### **10. Transferências de dotações: Ver Acta**

### **11. Petições: Ver Acta**

### **12. Ordem dos trabalhos**

**Presidente**. – Foi distribuída a versão definitiva do projecto de ordem do dia elaborado pela Conferência dos Presidentes na reunião de 10 de Dezembro, nos termos do artigo 137.º do Regimento. Foram propostas as seguintes alterações:

*Segunda-feira: não foram propostas alterações*

*Terça-feira*

Recebi um pedido do Grupo Europa da Liberdade e da Democracia para inclusão de uma pergunta oral à Comissão relativa ao princípio da subsidiariedade. Tratava-se de uma pergunta escrita apresentada à Mesa do Parlamento Europeu. Gostaria de pedir ao representante do Grupo EFD para se pronunciar sobre esta questão.

**Francesco Enrico Speroni**, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pedimos que esta pergunta oral fosse inscrita na ordem do dia por entendermos que o Parlamento deve receber uma resposta adequada acerca de um ponto tão importante, e é por essa razão que pedimos esta alteração à ordem do dia.

*(O Parlamento manifesta o seu acordo)*

**Presidente**. - Senhoras e Senhores Deputados, peço o favor de registarem que este assunto será incluído como último ponto da ordem do dia de terça-feira à tarde. O prazo para apresentação de propostas de resolução é terça-feira, 15 de Dezembro às 10.00, e o prazo para apresentação de propostas conjuntas de

resolução e de alteração é quarta-feira, 16 de Dezembro, às 10.00. A votação terá lugar quinta-feira. Portanto, será o último ponto amanhã, propostas de resolução na quarta-feira e a votação na quinta-feira.

**Hannes Swoboda**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, se entendemos correctamente, o Senhor referiu-se a uma resolução ligada à proposta inicialmente apresentada. No entanto, não concordámos expressamente se haverá ou não uma resolução.

**Presidente.** – É, de facto, verdade. O pedido foi apresentado juntamente com a resolução.

*Quarta-feira: não foram propostas alterações.*

*Quinta-feira*

Algum comentário relativo a quinta-feira?

**Fiorello Provera**, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, prevêem-se várias questões urgentes para a próxima quinta-feira. No terceiro ponto dessas questões urgentes deveremos discutir a situação no Azerbaijão. Os meios de comunicação social, incluindo os ocidentais, relataram uma rixa que envolveu dois jovens *bloggers* e outras duas pessoas num local público. Houve uma prisão e uma condenação e penso que era bom que se aprofundassem os factos e se apurasse se tudo se fez nos termos da lei.

Ao mesmo tempo, porém, verificaram-se, nos últimos dias, factos extremamente graves nas Filipinas: 57 pessoas numa caravana de apoio a um candidato presidencial foram massacradas por um grupo armado, que aproveitou a situação revolucionária para pegar em armas contra o governo, a ponto de, nas Filipinas, ter sido declarada a lei marcial.

Portanto, o que eu vos peço, Senhoras e Senhores Deputados, é que a situação nas Filipinas substitua a questão “Azerbaijão” como terceiro ponto de quinta-feira. Existe uma manifesta disparidade entre a gravidade dos acontecimentos no Azerbaijão em comparação...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

*(O Parlamento rejeita o pedido)*

O debate sobre o Azerbaijão continua na ordem do dia, pelo que a ordem do dia de quinta-feira permanece inalterada.

*(A ordem dos trabalhos ficou assim estabelecida)*

### 13. Correções e intenções de voto: Ver Acta

### 14. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes.

**Jörg Leichtfried (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, não sei se aquilo que vou dizer ainda se reporta à ordem do dia, mas parece-me, no entanto, ser esta a altura mais indicada para referir o assunto. Uma das consequências do Tratado de Lisboa é, naturalmente, a alteração do número de deputados ao Parlamento Europeu e, no caso da Áustria, significa que dois novos deputados irão juntar-se a esta Câmara. Estes deputados estão prontos a assumir funções, foram eleitos e é importante que possam vir brevemente para este Parlamento.

Gostaria de perguntar que medidas já foram tomadas com vista a permitir que esses deputados possam rapidamente tomar os seus lugares nesta Câmara, na qualidade de observadores ou de deputados de pleno direito, ou o que tenciona fazer para permitir que isto se verifique rapidamente.

**Presidente.** – Compete ao Conselho Europeu dar o primeiro passo nesta matéria. Na quinta-feira passada falei no Conselho Europeu e referi, claramente, que seria extremamente importante para o Parlamento que o Conselho tomasse as providências legais para podermos receber os deputados adicionais e saber de que países virão. Este aspecto deve ser realizado de acordo com os princípios do direito e compete agora ao Conselho tomar as providências. Tenho apelado continuamente ao Conselho para que tome as medidas apropriadas nesse sentido. Após uma decisão inicial do Conselho, os passos seguintes devem, então, ser dados pelo Parlamento.

**Carlos José Iturgaiz Angulo (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de condenar, aqui neste Parlamento, as continuadas provocações, os abusos de poder e as ameaças proferidas pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O seu método ditatorial de governo constitui uma ameaça à liberdade de expressão na Venezuela e à ordem democrática na América Latina, entre outras coisas.

O Presidente Chávez encerrou trinta estações de rádio e alguns canais de televisão. Ameaça e pune jornalistas na Venezuela por não apoiarem o seu regime autocrático.

Por causa de tudo isto, Senhor Presidente, deveria igualmente ser salientado que ao mesmo tempo que se registam faltas de corrente, de água e de alimentos na Venezuela e que a pobreza continua a aumentar devido à deficiente gestão do Governo de Chávez, este tirano venezuelano tenta encobrir tudo, fazendo ir pontes na fronteira pelos ares e ameaçando a Colômbia. Elogia os terroristas internacionais e está alinhado com os ditadores despóticos do mundo e as suas palavras e discursos são provocações contínuas e gritos de guerra, cujo objectivo é a destabilização do continente americano.

É por essa razão que o Parlamento, que está sempre empenhado na luta pela liberdade e pela democracia em todo o mundo, deve condenar energicamente as políticas autocráticas e ditatoriais levadas a cabo por Hugo Chávez na Venezuela.

**Alain Cadec (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, gostaria de saber mais pormenores sobre as consequências da redução de 40% das quotas mundiais de pesca do atum.

Em 15 de Novembro, no Recife, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA) decidiu que todas as partes contratantes têm de reduzir em pelo menos 40% a sua capacidade de pesca. Esta medida significa que a quota de pesca de atum-rabilho passará das actuais 22 000 toneladas para 13 500 toneladas em 2010.

Com efeito, os países membros da CICTA decidiram combater a sobrecapacidade da sua frota pesqueira no intuito de reduzi-la para metade até 2011. A campanha de pesca dos atuneiros cercadores será também limitada a um mês, sem possibilidade de prolongamento. Estas medidas, que são necessárias para preservar a espécie e que vão ser transpostas para o direito comunitário, irão colocar em risco a actividade dos pescadores europeus.

Gostaria de saber que medidas estão previstas para manter o emprego dos pescadores e para deter os planos de redução da frota. Que medidas foram tomadas a fim de atenuar as consequências socioeconómicas muito abrangentes da transposição das decisões da CICTA para o direito comunitário?

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D).** – (RO) Como é sobejamente sabido, a implementação das estratégias e dos programas operacionais para o período 2007-2013 ainda se encontra na fase inicial e a Roménia tem a oportunidade, pela primeira vez, de beneficiar dos fundos comunitários como parte da política de coesão. A política de desenvolvimento regional é uma das políticas mais importantes e mais complexas da União Europeia. O seu objectivo deverá ser o de reduzir as disparidades económicas e sociais existentes, mas em diferentes regiões da Europa.

Gostaria de referir os esforços desenvolvidos por todos os Estados-Membros no sentido de integrar as prioridades gerais da política de coesão como parte dos programas operacionais. Creio, contudo, que a União Europeia deverá adoptar um papel estratégico para que os programas operacionais possam ser implementados em todos os Estados-Membros o mais rapidamente possível, promovendo dessa forma as medidas destinadas a consolidar a sua capacidade institucional de acordo com as necessidades específicas de cada Estado-Membro.

**Ramon Tremosa i Balcells (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de denunciar a profunda crise económica que afecta, há vários anos, o sector catalão e europeu das nozes. A queda contínua do preço das nozes ameaça o futuro dos produtores europeus.

Gostaria de alertar para a política não intervencionista do Governo da Turquia. O organismo público turco tem em armazém 500 000 toneladas de nozes com vista à compra. Este organismo pretende vender estas 500 000 toneladas de nozes em Janeiro de 2010. À luz daquilo que disseram as autoridades turcas durante a reunião bilateral com a União Europeia no dia 2 de Outubro de 2009, tal situação prejudicaria gravemente os produtores europeus, provocando uma nova queda dramática no preço das nozes.

Há dois meses atrás questioneei a Comissão Europeia acerca deste assunto, mas nenhuma das medidas especiais de salvaguarda existentes irão ser aplicadas para protecção dos nossos produtores. Eram estas preocupações que queria partilhar convosco.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como é do vosso conhecimento, a Roménia gostaria de fazer parte do Espaço Schengen a partir de 2011. Com este fim em vista sujeitou-se a um conjunto de avaliações, mais precisamente cinco, quatro das quais já foram concluídas.

Gostaria de relembrar em especial a avaliação da fronteira marítima que obteve uma pontuação tão elevada por parte dos peritos Schengen que a Roménia foi, inclusivamente, apresentada como um modelo de boas práticas. No entanto, ainda temos pela frente mais um teste e estou certo de que iremos concluí-lo com sucesso.

Tomando o exemplo da Roménia, proponho que analisemos a expansão do Espaço Schengen numa perspectiva mais optimista. Por outras palavras, devemos deixar de ver este processo como uma ameaça à segurança das nossas fronteiras e mais como uma oportunidade para reforçar a cooperação entre os Estados-Membros na área de justiça, liberdade e segurança.

Congratulo-me por verificar que estas ideias também figuram no Programa de Estocolmo, aprovado a semana passada pelo Conselho Europeu. Este programa vê a extensão do Espaço Schengen como uma prioridade para a política interna da União Europeia.

**Luis Yáñez-Barnuevo García (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, como todos sabem houve um golpe de Estado nas Honduras no dia 28 de Junho. Decorridos praticamente seis meses, o Parlamento ainda não arranhou tempo para condenar esse golpe de Estado. Acresce que um grupo de deputados do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e do Grupo Conservadores e Reformistas Europeus visitaram o país para sancionar as consequências deste golpe de Estado através da sua presença. Através do seu apoio confundiram o Parlamento Europeu com os grupos políticos e apoiaram eleições conduzidas por um Governo de facto, em condições que não garantem a sua legitimidade.

O golpe nas Honduras está a criar um precedente perverso, visto que a partir de agora, golpes de Estado moderados, temporários e realizados com pouco derramamento de sangue passarão a ser não só aceites pelo direito continental, mas efectivamente aplaudidos e encorajados pelo direito europeu e da América do Norte. O que aconteceu nas Honduras é extremamente lamentável!

**Sarah Ludford (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, quero lamentar a decisão profundamente preocupante do Tribunal Constitucional da Turquia da passada sexta-feira de encerrar o Partido da Sociedade Democrática, o qual representa principalmente interesses curdos, e ainda de proibir os seus principais deputados de fazer política. Este é um passo muito retrógrado e será utilizado como pretexto pelos extremistas para o recurso à violência. Elimina a opção política democrática que o Primeiro-Ministro Erdoğan, afirmou querer seguir.

Um dos problemas consiste no facto de o Partido do Governo, o AK, não ter logrado reformar a lei utilizada para encerrar o Partido da Sociedade Democrática, lei essa que, inclusivamente, quase levou ao encerramento do próprio Partido AK. Portanto, este aspecto não é do interesse do Governo da Turquia nem do seu povo.

O Grupo ALDE irá solicitar a realização de um debate plenário sobre esta matéria, a realizar com a maior brevidade possível no início do novo ano, visto a situação constituir um péssimo passo à retaguarda para a Turquia.

**Marina Yannakoudakis (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, todos conhecemos a importância da reciclagem e é um facto que todos esperamos que os papéis que utilizamos sejam reciclados.

Recentemente visitei uma tipografia no meu círculo eleitoral de Londres, onde aprendi mais sobre a impressão a jacto de tinta. O processo complicado utilizado para reciclar papel impresso a jacto de tinta torna o processo oneroso e a utilização de lixívia adicional significa que não é ecológico. Não é possível separar facilmente a tinta do papel, o que implica que muito do material impresso actualmente não é reciclável.

As empresas, como aquela que visitei em Londres, que utilizam outras formas de impressão mais respeitadoras do ambiente, devem ser encorajadas e devem poder beneficiar de incentivos de modo a tornar o processo mais equitativo. Gostaria de ver uma solução impulsionada pelo mercado apoiada pelos Estados-Membros, uma solução em que a indústria se auto-regula através de um código de prática, assumindo a liderança das agendas ambientais.

De qualquer modo, a UE tem um papel importante a desempenhar na promoção da consciencialização em relação a estas questões e no apoio a alternativas à impressão a jacto de tinta, quando e onde for considerado apropriado.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, pedi a palavra para chamar a atenção e a consciência do Parlamento Europeu para um aspecto da política de imigração relativa aos menores não acompanhados e aos direitos da criança, uma questão que deve ser abordada pela União como um todo e não apenas pelos países de entrada, como a Grécia.

Como é do vosso conhecimento, ao abrigo da legislação comunitária, qualquer pedido de asilo ou de residência deve ser examinado pelo Estado-Membro de chegada do requerente, independentemente de este país ser ou não o seu país de destino.

Este aspecto coloca um fardo sobre as estruturas do país de entrada, afectando negativamente os direitos dos requerentes, os quais acabam por ser tratados "em massa" e de acordo com os procedimentos mais rápidos. São frequentemente mandados viajar sem garantia de que os seus direitos e as suas vidas serão respeitados ou permanecem no país sem qualquer protecção ou cuidados sociais e como consequência, no caso das crianças, acabam por ser vítimas de abuso e de exploração por parte de diversos bandos.

É minha opinião que, enquanto Parlamento Europeu, deveríamos trabalhar para mudar e adaptar a legislação comunitária e nacional, para que os menores não acompanhados cheguem ao país de destino final sem serem deportados e para que lhes seja assegurada uma estadia digna e segura na União Europeia.

**Niki Tzavela (EFD).** – (EL) Senhor Presidente, a semana passada reuni com diversos políticos de Estados Árabes, nomeadamente dos Emirados, do Egipto e da Jordânia. Gostaria de transmitir a preocupação que sentem em relação ao programa nuclear do Irão.

Reuni com israelitas extremamente preocupados, e a sua principal preocupação é o apoio que a Turquia actualmente está a conceder ao Irão. Perguntaram qual era a posição oficial da União Europeia relativamente ao apoio do Primeiro-Ministro Erdoğan à Administração de Teerão e às declarações de R.T. Erdoğan de que o programa nuclear do Irão se destina a fins pacíficos.

Devo confessar que não conhecia a nossa posição oficial relativamente às declarações da Turquia e à sua postura perante o programa nuclear do Irão. O relatório de situação diz uma coisa, enquanto Erdoğan diz outra.

**Georgios Papastamkos (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, o facto de a Senhora Comissária aqui presente, M. Fischer Boel, numa reunião pública da Comissão Parlamentar da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, ter classificado um texto sobre a revisão do orçamento comunitário ligada à política agrícola comum como inadequado, constitui um bom sinal.

Em minha opinião, em circunstância alguma deve o debate sobre a revisão financeira ocorrer antes da revisão da política agrícola comum para o período pós-2013. Não estamos apenas a apelar à definição do rácio da despesa agrícola face ao orçamento global da Comunidade. Estamos a apelar, principalmente, à definição da política agrícola que pretendemos, à ultimização da contribuição do sector agrícola para a produção de bens públicos e a que se decida, depois disso, sobre os recursos a disponibilizar para os alvos que foram definidos.

É esta a mensagem que queria transmitir e que desejo também fazer chegar à Senhora Comissária Boel.

**Iliana Ivanova (PPE).** – (BG) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a livre circulação de pessoas é uma das liberdades fundamentais da União Europeia e um dos pilares do Mercado Único. Contudo, alguns Estados-Membros continuam a impor restrições aos Búlgaros e Romenos no que concerne o acesso aos seus mercados de trabalho.

O argumento a favor da manutenção das restrições é contrário à lógica de mercado, especialmente durante uma crise. Até o Comissário para o Emprego declarou há algum tempo que: "O direito a trabalhar num outro país constitui uma liberdade fundamental dos cidadãos da UE". E está totalmente certo. Manter estas restrições contra trabalhadores dos novos Estados-Membros causa anomalias no mercado e contradiz o princípio da não discriminação, consagrado nos Tratados em que assenta a União Europeia, denegando, assim, a imagem da União Europeia.

Insto a Comissão Europeia a coordenar com os Estados-Membros, com a maior brevidade possível, o levantamento das restrições ao mercado de trabalho em relação aos Estados-Membros que recentemente aderiram à União. Caros colegas, apelo igualmente ao vosso apoio para que possamos alcançar um mercado verdadeiramente livre e direitos iguais para todos os cidadãos europeus.

**Françoise Castex (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, gostaria de voltar a um acontecimento recente, nomeadamente o sufrágio suíço sobre os minaretes. É certo que esse sufrágio foi realizado num Estado que não pertence à União Europeia, mas ele prende-se claramente com uma questão que não nos é estranha.

Gostaria de voltar a esta questão, já que ela também fornece um pretexto para falar de laicidade, e nunca é de mais falarmos de laicidade nesta Câmara. É necessário e urgente que o princípio da laicidade prevaleça na organização da nossa sociedade, e gostaria de tecer aqui algumas considerações simples sobre este assunto.

Em primeiro lugar, o princípio contrário à laicidade não é a religiosidade e muito menos a espiritualidade. O princípio contrário à laicidade é o comunitarismo religioso que estabelece regras e leis que estão acima do direito civil, o comunitarismo que enclausura os indivíduos em grupos infra-societários.

A nossa União, devido à sua história, é multicultural e multiétnica. Ela é sê-lo-á cada vez mais, e só a laicidade pode permitir que os indivíduos emancipados e as suas comunidades vivam e prosperem.

**Teresa Riera Madurell (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, os ensaios clínicos representam um método de investigação clínica de referência e são considerados as fontes de informação mais fiáveis nas quais se baseiam as decisões tomadas durante um tratamento.

No entanto, gostaria de alertar a Câmara para o facto de que um recente estudo da Sociedade Europeia de Cardiologia tornou a demonstrar que existem sérias limitações em relação a esta metodologia, devido aos baixos índices de participação de mulheres em tais ensaios.

As diferenças entre homens e mulheres em termos de factores de risco, manifestação da doença e resposta ao tratamento estão cientificamente comprovadas.

O resultado é que as espectaculares conquistas dos últimos anos em termos de prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares não se reflectiram numa diminuição significativa das taxas de mortalidade entre as mulheres.

É portanto essencial que as instituições europeias promovam a investigação especificamente dirigida às mulheres, seja através de uma maior participação das mulheres nos ensaios clínicos, ou através de estudos conduzidos apenas com mulheres.

**Frieda Brepoels (Verts/ALE).** – (NL) Senhor Presidente, também eu gostaria de falar sobre a decisão de sexta-feira passada do Tribunal Constitucional Turco, de proibir o Partido da Sociedade Democrática (DTP), que resultou na expulsão do parlamento turco ou na supressão dos direitos políticos durante cinco anos de nada menos do que 22 deputados. Infelizmente, entre eles está Leyla Zana, a quem em 1995 atribuímos o Prémio Sakharov. Já é a quarta vez que se proíbe um partido curdo; quantas vezes os curdos já não tentaram defender os direitos do seu povo sob um nome diferente; quantas vezes já não foram banidos por promover, alegadamente, ideias que ameaçam a unidade do Estado turco? No entanto, na base da democracia está a liberdade de associação e a liberdade de expressão e, portanto, essa decisão tira toda a credibilidade à dita iniciativa de "abertura democrática", lançada este ano pelo Primeiro-Ministro Erdoğan em relação à questão curda. Gostaria muito de dar o meu apoio ao apelo da senhora deputada Ludford para um debate sobre este tema em Janeiro.

**Hélène Flautre (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, passo a ler um excerto de uma carta dirigida por William Bourdon, advogado de Taoufik Ben Brik, ao Sr. Nicolas Sarkozy, Presidente da República Francesa: "Tive ocasião de denunciar, tal como todos os seus advogados tunisinos, a farsa judicial que esteve na origem da condenação, sem um exame aprofundado, de Taoufik Ben Brik à desconcertante pena de seis meses de prisão. Posso afirmar, de forma inequívoca e formal, que o dossiê do processo que esteve na base desta sentença foi totalmente fabricado e motivado por uma vingança do Presidente Ben Ali.

Durante todo este ano de 2009, Taoufik Ben Brik esteve impossibilitado de viajar, pois o seu sistema imunitário está de tal maneira fragilizado que está constantemente em risco de contrair patologias graves. Julgo que a sua família conseguiu fazer-lhe chegar os medicamentos que lhe são indispensáveis, mas não estou certo disso. Os seus advogados tunisinos só têm acesso ao seu cliente de forma intermitente, sendo que alguns são sistematicamente privados de qualquer possibilidade de o visitar. A única vez que a sua mulher pôde vê-lo foi, há alguns dias, durante alguns minutos, e desde então não pôde tornar a vê-lo."

Senhor Presidente, por favor, escreva às autoridades tunisinas pedindo-lhes a libertação de Taoufik Ben Brik.

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL).** – (FR) Senhor Presidente, vou prosseguir o discurso da senhora deputada Flautre e convidá-lo, também eu, a escrever às autoridades tunisinas.

Este ano, vamos atribuir o Prémio Sakharov, o símbolo do compromisso do Parlamento Europeu com os direitos humanos. Temos um acordo de parceria com a Tunísia que contém numerosas disposições em matéria de democracia e de direitos humanos.

No entanto, as eleições presidenciais na Tunísia acabaram de se desenrolar em condições lamentáveis, que são indignas das disposições contidas num acordo com a União Europeia. Não podemos ficar calados. Os defensores dos direitos humanos na Tunísia estão a ser desprezados, detidos e humilhados. Isto não pode continuar.

É por essa razão, Senhor Presidente, que o exorto a escrever ao Presidente Ben Ali e a pedir-lhe, em particular, que liberte de Taoufik Ben Brik, um jornalista empenhado cujo único crime consistiu em criticar a pretensa democracia na Tunísia.

**Fiorello Provera (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pedi que o retrato de uma jovem iraniana, Neda Agha-Soltan, fosse exposto em Bruxelas, ao lado do de Aung San Suu Kyi.

Neda Agha-Soltan foi morta quando pedia liberdade e transparência no Irão, tornando-se assim um símbolo de liberdade e, principalmente, das mulheres que lutam pela liberdade. O meu pedido foi subscrito por 75 deputados e cinco grupos políticos. Penso que é particularmente importante que ele seja deferido, sobretudo neste momento, em que o ayatollah Khamenei no Irão diz que tenciona reprimir todo e qualquer tipo de protesto e todo e qualquer tipo de oposição. Espero que o meu pedido seja deferido.

**Alajos Mészáros (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, juntamente com o Inverno que se aproxima, a ameaça de uma nova crise do gás está a surgir no Leste. Há poucas semanas, o Primeiro-Ministro Putin deixou claro que a Rússia poderá mais uma vez romper os seus contratos de fornecimento de gás estabelecidos com os Estados-Membros da UE. Para evitar que isso aconteça, apelou à UE para que emprestasse mil milhões de euros à Ucrânia, de modo a que esta pudesse cumprir os seus compromissos relativamente ao sistema de trânsito de gás. Portanto, podemos esperar por mais uma ronda de jogadas políticas estranhas dirigidas pelo nosso parceiro russo. É inaceitável.

Embora isso suscite níveis de preocupação diferentes para cada Estado-Membro, a UE terá de adoptar medidas unificadas e uma posição assertiva em relação a este assunto fundamental, por uma questão de princípios e em nome da solidariedade. Além disso, isto é um sinal para que aceleremos os nossos projectos de diversificação do fornecimento de energia a longo prazo, de modo a minimizar a influência russa.

**Eduard Kukan (PPE).** – (SK) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa também teve um efeito favorável sobre as condições para o futuro alargamento da UE. Agora, com o Tratado, ninguém pode mais argumentar que a União Europeia não tem capacidade institucional para o alargamento e para a tomada de decisões.

Não há portanto razões para postergar ou dificultar a continuação do processo de alargamento. Em particular, isso aplica-se à região dos Balcãs Ocidentais. Temos assistido recentemente a desenvolvimentos intensos e, de modo geral, positivos na região. Os relatórios recentemente publicados sobre o progresso dos diferentes países confirmam-no, do mesmo modo que o confirmam a estratégia de alargamento para 2010 publicada pela Comissão.

Junto com a introdução de um regime de isenção de vistos para a entrada no Espaço Schengen, está a surgir uma verdadeira oportunidade para os países da região avançarem no caminho rumo à Europa. Cabe a eles aproveitarem-na. Porém, a UE não deve vacilar, devendo proceder de maneira responsável e racional, respeitando inteiramente as circunstâncias, e o Parlamento Europeu deve desempenhar um papel activo.

**Tanja Fajon (S&D).** – (SL) Esta semana, na noite de sexta-feira para sábado, após mais de duas décadas, os cidadãos da Antiga República Jugoslava da Macedónia, da Sérvia e do Montenegro vão por fim poder tornar a entrar na União Europeia sem visto. Será um grande dia e uma oportunidade para comemorar.

No entanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para apelar mais uma vez à Comissão Europeia e ao Conselho para que façam todo o possível para levantar o quanto antes a necessidade de vistos para os cidadãos da Bósnia e Herzegovina e da Albânia. Não podemos permitir que surjam novas divisões nos Balcãs Ocidentais ou perder tempo, especialmente em detrimento da geração mais nova. Custa crer que a maioria dos jovens nesses países ainda não saiba nada sobre a União Europeia.



É da nossa responsabilidade derrubar os novos muros de exigência de vistos para os Balcãs Ocidentais surgidos após a queda do Muro de Berlim. Isso também se aplica à população do Kosovo. Os Balcãs Ocidentais precisam de uma perspectiva europeia clara. Não nos deixemos levar por medos infundados.

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE).** - (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dois acontecimentos verdadeiramente históricos marcaram o fim de 2009, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e a Cimeira de Copenhaga.

Gostaria de fazer uso desta minha intervenção para exprimir a minha satisfação em relação à maneira como a União Europeia está a revelar-se como o principal actor na procura de soluções viáveis para o combate às alterações climáticas. Estou igualmente satisfeito pelo facto de os Estados-Membros terem conseguido alcançar um acordo e apresentar uma posição comum, ainda que não seja nada fácil conciliar as opiniões de 27 Estados-Membros.

Os resultados provavelmente não estarão ao nível das nossas ambições e expectativas, mas a decisão dos Estados-Membros da União de oferecer 7,2 mil milhões de euros aos países em desenvolvimento torna-se ainda mais importante, uma vez que estes países precisam de auxílio financeiro urgente. Também é possível que este exemplo estimule os outros países da ONU a seguirem o mesmo caminho.

Deve-se aplaudir também o facto de que até os países da União Europeia até agora severamente afectados pela crise financeira tenham manifestado a sua solidariedade, feito um esforço, e irão dar a sua contribuição, ainda que, no caso de alguns, seja apenas um gesto simbólico, indicativo do seu empenho no combate ao aquecimento global.

**Charalampos Angourakis (GUE/NGL).** - (EL) Senhor Presidente, permita-me começar por manifestar a minha total solidariedade para com a luta dos sindicalistas no Parlamento Europeu e desejar-lhes muita sorte.

O Governo grego está a desencadear uma vasta onda de medidas anti-laborais e os contratos flexíveis de trabalho estão a tornar-se regra e a ser impostos em todos os sectores. O sistema de segurança social também está a ser dizimado e os salários e as reformas estão a ser congelados.

O Governo grego, a União Europeia e os representantes do capital estão a tentar aterrorizar os trabalhadores com o fantasma do défice orçamental grego e da dívida pública. Estão a envolver os trabalhadores num diálogo social que é uma armadilha para os obrigar a ceder, limitar o seu descontentamento justificado e desviar a reacção dos movimentos de base.

A primeira resposta ao ataque contra os movimentos de base promovido pelo governo e pela União Europeia será a greve geral de 17 de Dezembro, anunciada e organizada pela Frente de Luta Sindical (All Workers Militant Front - PAME). Reivindicam medidas para satisfazer as necessidades dos movimentos de base modernos, que só podem ser alcançadas através de uma frente unida das classes trabalhadoras, dos pobres e das classes médias nas cidades e no campo, de modo a confrontar e derrubar a política contra os movimentos de base da União Europeia.

**Martin Ehrenhauser (NI).** - (DE) Senhor Presidente, no dia 8 de Dezembro, a missão da PESD, Operação Atalanta, comemorou um ano de existência. De acordo com a Presidência sueca, a operação demonstrou ser eficaz no combate à pirataria e houve uma queda significativa no número de ataques. No entanto, esta última afirmação é altamente questionável.

Segundo um relatório do Gabinete Marítimo Internacional, nos primeiros nove meses de 2009, houve um número total de ataques maior do que em todo ano de 2008. O número de ataques armados também aumentou 200%. A eficiência financeira desta operação é também altamente questionável. Calcula-se que os custos dos estragos causados pela pirataria na região totalize 200 milhões de dólares, ao passo que a UE e os seus Estados-Membros estão a investir 408 milhões de dólares por ano.

A nova missão da PESD prevista para a Somália não irá, mais uma vez, chegar à raiz do problema, limitando-se a tratar dos sintomas. O que valeria mesmo a pena seria a UE implementar um sistema de vigilância costeira eficaz, de modo a impedir a pesca ilegal...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Dominique Baudis (PPE).** - (FR) Senhor Presidente, o programa SESAR, que visa modernizar a gestão do tráfego aéreo na Europa, é um grande projecto.

Como vai a Comissão preparar a próxima fase de implementação do programa SESAR e, em particular, o financiamento deste programa, que é essencial tanto para o ambiente como para o nosso prestígio científico e tecnológico? Vai a Comissão seguir as recomendações do relatório 2007, segundo o qual o acompanhamento político deste programa deveria ser assegurado por uma personalidade altamente qualificada? Com efeito, há numerosos obstáculos – de ordem jurídica, psicológica e técnica – que terão de ser ultrapassados a fim de unificar os espaços aéreos nacionais e de conseguir que os controladores aéreos dos vários países trabalhem em conjunto.

Se a União Europeia não for capaz de criar um espaço aéreo único, como será então capaz de construir uma união política forte?

**Edít Bauer (PPE).** - (HU) Senhor Presidente, já que V. Exa. e a Comissão expressaram a intenção de acompanhar a execução da lei relativa à língua nacional na Eslováquia, gostaria de chamar a vossa atenção para os seguintes pontos. O governo publicou as disposições de aplicação, que não só passam por cima das leis, mas também impõem mais restrições. A proposta de execução especifica que o objectivo legítimo da lei é unicamente proteger e apoiar a língua nacional nos assuntos oficiais e proteger os direitos dos utilizadores da língua nacional. Está escrito que, no caso das pessoas singulares e entidades jurídicas, a protecção desses direitos tem como objectivo legítimo interferir nos direitos e nas liberdades fundamentais. É portanto manifestamente evidente que se trata de uma referência aos direitos e liberdades das minorias. A medida de execução também mostra que, independentemente de a proporção ser maior ou menor do que 20%, a língua minoritária só poderá ser utilizada se uma terceira pessoa presente concorde com isso. Não podemos aceitar este absurdo na Europa.

**Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE).** - (PL) Senhor Presidente, na última Cimeira UE-Rússia, as partes assinaram um memorando sobre os princípios de um mecanismo de alerta precoce em matéria de questões energéticas. A Comissão Europeia espera que, no futuro, isso nos permita evitar uma crise energética semelhante àquela que tivemos no princípio do ano, quando o litígio entre a Rússia e a Ucrânia sobre o fornecimento e trânsito do gás levou a que Moscovo cortasse o abastecimento de gás durante quase três semanas, paralisando efectivamente vários países da Europa.

O Inverno que se aproxima e o resultante aumento no consumo de gás significam que temos de estabelecer princípios para reger o mercado energético europeu. A União Europeia tem de compreender que os cortes no fornecimento de gás não constituem apenas uma ameaça à economia, mas também põem em causa os alicerces da integração europeia, que, reforçados pela solidariedade na Europa, sustentam o mercado livre. Espero também que este Inverno não venha pôr à prova a verdade das declarações proferidas e o significado da palavra solidariedade: se afinal é uma palavra vazia e insignificante ou uma verdadeira garantia de cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia.

**Ioan Mircea Paşcu (S&D).** - (EN) Senhor Presidente, como provavelmente já sabe, a Roménia recentemente passou por um período de dois anos com eleições a cada seis meses. As últimas eleições foram as presidenciais, ganhas pelo actual presidente por uma margem muito estreita de 70 000 votos, provenientes principalmente da diáspora.

O que me preocupa como cidadão é não ter podido publicar, durante toda a campanha eleitoral, nenhuma crítica ao actual presidente no meu blogue, o Europolis, enquanto o seu acesso esteve totalmente bloqueado. Considero isso inaceitável, tanto por ser uma censura ao direito à liberdade de expressão quanto por mostrar que também a Internet é controlada por aqueles que estão no poder e/ou pelos seus apoiantes.

Resumindo, é lamentável que, 20 anos após a revolução, onde tantos morreram para que a democracia pudesse vingar, este tipo de atitude seja tolerada - e talvez até incentivada - por aqueles que estão temporariamente a gozar os frutos da democracia, ainda que tenham sido eleitos por uma margem tão pequena.

**Frédéric Daerden (S&D).** - (FR) Senhor Presidente, desde 2007, o transporte ferroviário de mercadorias foi objecto de uma liberalização total da oferta. Doravante, os operadores que não têm uma missão de serviço público serão confrontados com uma concorrência acrescida.

Em muitos países, isto significa um aumento da oferta nos segmentos mais lucrativos do mercado, nomeadamente o transporte combinado e o transporte por comboio completo. A técnica de transporte por vagão isolado, pelo contrário, é muito pouco interessante para as empresas privadas devido à sua muito escassa rentabilidade.

Se quisermos realmente desenvolver o transporte ferroviário como força motriz da mobilidade sustentável, é imperioso apoiar o transporte por vagão isolado, sob pena de o transporte ser totalmente transferido para a estrada, o que seria contrário aos nossos objectivos em termos de redução das emissões de CO<sub>2</sub>. O apoio ao transporte por vagão isolado deve, por isso, ser considerado como uma missão de serviço público, visto que é parte integrante de uma estratégia de mobilidade sustentável.

No contexto das directrizes da Comissão Europeia que descrevem as condições de intervenção do Estado, afigura-se-nos perfeitamente possível incluir o apoio ao transporte por vagão isolado, quer como forma de compensação das obrigações de serviço público, quer como forma de ajuda à ...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Vilja Savisaar (ALDE).** - (ET) Senhor Presidente, gostaria de falar sobre um assunto muito prático, mas muito importante para o meu país, a Estónia. Há alguns anos, os três Países Bálticos, a Estónia, a Letónia e a Lituânia - não tinham praticamente uma ligação ferroviária com a Europa. A infra-estrutura existente estava em mau estado e era pouco utilizada. Desde então, tem havido desenvolvimentos positivos, tanto em termos de renovação da linha actual, como em termos de estudos para a construção de ferrovias de acordo com os padrões europeus. Para avançar com o projecto Rail Baltica - nome pelo qual conhecemos este projecto - é extremamente importante que tanto o Parlamento Europeu como a Comissão Europeia mostrem o seu apoio considerável ao projecto, apesar de a população desta região não ser exactamente a maior e da situação financeira dos Países Bálticos ser precária.

O projecto é importante não só para assegurar uma ligação ferroviária normal, mas também pelo seu efeito em termos de políticas regionais e sociais nos três países em questão. A Estónia, a Letónia e a Lituânia precisam de uma ligação ferroviária com a Europa, por razões económicas e para manter uma perspectiva ambiental da economia, porque o transporte ferroviário permite transportar mais carga com menos poluição. De momento, a ligação principal é a Via Báltica...

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Angelika Werthmann (NI).** - (DE) Senhor Presidente, gostaria de dizer algumas palavras sobre dois assuntos. Em primeiro lugar, a questão da igualdade de tratamento está relacionada, num mesmo nível de urgência, com o problema pendente da igualdade entre homens e mulheres. Deveria ser um dado adquirido que homens e mulheres do mesmo calibre, com as mesmas qualificações e a ocupar a mesma posição recebessem o mesmo ordenado. Na Áustria, está tudo de pernas para o ar, porque, quanto melhores forem as qualificações de uma mulher, mais difícil será a sua promoção, em comparação com os seus colegas do sexo masculino com as mesmas qualificações. Números muito recentes mostram que as desvantagens das mulheres aumentam com a idade. Por exemplo, as mulheres com idade superior a 60 anos ganham por volta de 34% menos do que os seus colegas do sexo masculino.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que as crianças precisam de protecção. Gostaria de ter visto a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança consagrada na Constituição austríaca. Espero que esta discussão seja retomada em breve na Áustria e que o seu resultado seja positivo.

**Iosif Matula (PPE).** - (RO) Estou extremamente satisfeito por poder anunciar nesta Câmara que Traian Băsescu voltou a ser eleito presidente da Roménia. A nossa adesão à União Europeia em 2007 teve lugar durante o primeiro mandato do Presidente Traian Băsescu e graças à sua contribuição directa. Um novo mandato irá permitir que o Presidente prossiga as reformas e a plena implementação das normas e valores europeus na Roménia.

No seguimento dessas eleições presidenciais, pode-se chegar a uma única conclusão: as eleições, que estiveram de acordo com exigências internacionais rigorosas, deram certo na Roménia, tal como comprovaram os observadores da OSCE, e foi também comprovado por decisão do Tribunal Constitucional Romeno e com a recontagem dos votos nulos, após o que o Presidente em exercício aumentou a sua vantagem relativamente à oposição.

Acreditamos que a vitória democrática do Presidente Băsescu, apoiado pelo Partido Liberal Democrático, também representa uma vitória para o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos). Os nossos colegas no Grupo PPE, liderados por Wilfried Martens e Joseph Daul, manifestaram o seu apoio ao Presidente Băsescu, pelo que, mais uma vez, agradecemos.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** - (RO) Durante o segundo trimestre de 2009, as receitas dos 27 Estados-Membros totalizaram 43,9% do PIB, ao passo que as suas despesas foram de 49,7%. Durante o

mesmo período, na UE-27, os impostos e as contribuições sociais ascenderam a aproximadamente 90% das receitas gerais dos Estados-Membros, enquanto os custos de protecção social foram de apenas 42,2% do PIB. O défice orçamental dos 27 Estados-Membros aumentou de 0,8% no segundo trimestre de 2008 para 5,8% no segundo trimestre de 2009. Durante o mesmo período, a taxa de emprego desceu 2% e a produção industrial 10,2%. Os sectores mais afectados foram a construção civil, a agricultura, as indústrias, o comércio, os transportes e as comunicações. Penso que é imperativo que a Comissão Europeia apresente um programa de trabalho focalizado no desenvolvimento económico, na redução do desemprego e na garantia de condições de vida dignas.

**Alf Svensson (PPE).** - (SV) Senhor Presidente, o anti-semitismo está a espalhar-se pelo mundo e até aqui na Europa, dentro da UE. De certeza não será preciso dizer que o Parlamento Europeu tem de lidar com esta hidra - cada vez mais prevalente e generalizada - e tentar cortar o mal pela raiz.

Também devemos esclarecer, é lógico, que a política do Estado de Israel pode ser criticada - como qualquer outro Estado pode ser criticado, porque nenhum Estado é perfeito. Contudo, a política do Estado de Israel não tem a ver com o anti-semitismo.

Presumo que o Parlamento Europeu irá opor-se com veemência a qualquer tendência anti-semita. Actualmente, estas tendências são frequentes e generalizadas.

**Diogo Feio (PPE).** - Senhor Presidente, trago hoje a este plenário a questão da tributação em IVA dos agricultores portugueses. De acordo com a legislação comunitária há três regimes possíveis: o regime geral, com a contabilidade organizada; a opção pelo regime das pequenas e médias empresas; ou o regime forfetário em que não há a devolução mas há direito a uma compensação. Infelizmente, desde a adesão de Portugal às Comunidades que esse direito de compensação é de 0%.

Neste momento corre um processo de infracção contra o Estado Português. Envolvem-se nesta tributação 18 000 agricultores, aproximadamente relativo a 5,3% das suas vendas. Quero deixar aqui uma palavra muito clara para que seja possível que a legislação nacional se encontre de acordo com o acervo comunitário.

**Presidente.** - Colegas, chegámos ao fim das intervenções de um minuto. Gostaria de explicar que temos muitos nomes na lista - pelo menos o dobro daqueles para que temos tempo disponível. Tivemos hoje mais tempo do que é habitual, mas recordem que quem falou da última vez, há um ou dois meses atrás, talvez não tenha a oportunidade de intervir hoje. Temos de dar atenção àqueles que nem sequer falaram. Lamento, mas as regras são essas. Constan da lista o dobro dos deputados que podemos ouvir. Tenho muita pena que nem todos tivessem podido usar da palavra.

**James Nicholson (ECR).** - (EN) Senhor Presidente, compreendo o que diz, mas o facto de ter o dobro do número de deputados que queiram intervir apenas mostra como este aspecto das nossas funções em especial - a representação do nosso povo - tem importância.

Posso talvez pedir-lhe para voltar atrás e olhar para esta questão de outra maneira, de modo que não tenhamos de estar aqui sentados durante uma hora para depois não sermos chamados? Porque - e isto não é uma reclamação, pois reconheço que é uma tarefa difícil - poderíamos pelo menos ser informados de que a nossa presença não seria necessária nesta semana, ou algo parecido. A decisão de quantas intervenções seriam possíveis seria tomada com antecedência, assim os restantes poderiam tentar vir na vez seguinte, ou expor os seus pontos de vista de outra forma. Talvez fosse boa ideia, em vez de os deputados estarem a perder tempo.

**Presidente.** - Penso que é sempre bom estar cá e ouvir as discussões. Não creio que devamos falar desta maneira. Quase todos os que não tiveram a oportunidade de intervir na última sessão puderam ter a palavra hoje.

Estão encerradas as intervenções de um minuto.

## 15. Crise nos sectores agrícolas exceptuando o sector leiteiro (debate)

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a crise nos sectores agrícolas, exceptuando o sector leiteiro.

**Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão.** - (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a oportunidade que me deu de estar aqui presente para explicar a actual situação económica do sector agrícola.

A crise económica e financeira também afectou o sector agrícola. Assistimos a uma diminuição na procura, a uma evolução nas taxas cambiais, à dificuldade no acesso ao crédito - factores estes que tiveram um impacto nos preços dos produtos agrícolas e nos rendimentos do sector.

As estimativas oficiais dos rendimentos do sector agrícola só estarão disponíveis no final da semana, mas podemos já esperar uma descida significativa em 2009, em comparação com o ano passado, devido ao aumento relativo nos custos de produção e aos preços de mercado neste sector.

Depois da queda inicial a que assistimos no Outono de 2008, espera-se que esta nova descida nos rendimentos do sector agrícola irá mais do que superar os ganhos excepcionais do Verão de 2007 e do ano posterior.

Senhor Presidente, se me permite, irei passar em revista alguns dos diferentes sectores. Em primeiro lugar, os cereais. Em 2008, assistimos a uma queda significativa nos preços, principalmente por causa de uma boa colheita. No entanto, nos últimos meses, vimos um aumento de preços, nomeadamente em relação ao trigo e ao milho. Tendo em conta estes desenvolvimentos, não é altura adequada de tomar medidas excepcionais, tais como a abertura de um concurso de intervenção no sector do milho, e também não é o momento de intervir com restituições à exportação.

A situação é um pouco diferente no caso da cevada para rações, onde se verifica uma diminuição nas exportações e preços baixos no mercado interno, mas a intervenção - como sabem - acabou de ter início e deverá ajudar os mercados dos cereais forrageiros.

No caso da carne de porco, a situação ainda é delicada. A crise económica chegou numa altura em que o sector ainda não havia recuperado por completo das dificuldades enfrentadas em 2007. Os preços deste ano estão mais baixos do que os do ano passado mas, ao mesmo tempo, e às vezes temos de olhar para o lado positivo, podemos constatar que os preços das rações estão muito mais estáveis do que em 2007 e 2008. Embora as exportações estejam abaixo dos níveis de 2008, prevê-se que sejam ainda assim muito mais altas do que em 2007.

Resumindo, de momento não vejo razão suficiente para a introdução de um mecanismo adicional de controlo do mercado, mas asseguro-vos que estamos a acompanhar de perto a situação.

Quanto às frutas e aos legumes, a crise económica resultou numa queda do consumo interno e verificou-se também uma certa queda nas exportações. Isso acabou por afectar os preços das frutas e legumes obtidos pelos produtores. Contudo, dadas as características deste sector, na sua última reforma decidimos que a melhor maneira de se lidar com os desafios do sector seria tornar as associações de produtores mais atraentes e responsabilizá-las pela gestão de crises.

As associações de produtores são actualmente responsáveis por 40% da produção total de frutas e legumes. Elas podem associar-se também transitoriamente em unidades economicamente mais fortes, o que é significativo, já que as crises de hoje não reconhecem fronteiras nacionais.

Na reforma de 2007, demos às associações de produtores incentivos para isso. Também lhes proporcionámos novas ferramentas de gestão de crises, tais como a colheita em verde ou a não-colheita, como complemento das retiradas tradicionais.

Também criámos um quadro jurídico que permite aos produtores de frutas e legumes influenciarem e estabilizarem o mercado, mas precisamos de mais acções vindas de baixo para cima, tomadas pelas bases, pelas quais a Comissão não se pode responsabilizar. Portanto, sou a favor da criação de associações de produtores e acho que os Estados-Membros e os agricultores devem olhar para o número de associações deste tipo existentes nos diferentes Estados-Membros. Não faz muito sentido as associações de produtores competirem umas com as outras, em vez de competirem com o sector das vendas a retalho.

Há quatro anos, os preços do azeite atingiram níveis recorde devido ao mau tempo. Desde então, três colheitas satisfatórias consecutivas e a crise económica fizeram com que, aos poucos, os preços baixassem até níveis muito reduzidos. Por esta razão, no início deste ano a Comissão reactivou o apoio à armazenagem privada. Vimos que o mercado reagiu de imediato e os preços recuperaram progressivamente.

Apesar da previsão de boas colheitas - actualmente a quarta boa colheita seguida - as existências iniciais eram baixas. Na nossa opinião, o consumo irá recuperar.

Em suma, vejo alguns sinais tímidos de recuperação. Concorde que é preciso acompanhar a situação de perto e que isso nos permitirá agir quando necessário.

Temos aqui um apanhado rápido das medidas a curto prazo, mas asseguro-vos que também estamos atentos às questões a médio e a longo prazo, especialmente em relação a assuntos como a distribuição do valor acrescentado na cadeia alimentar e também à maneira de lidarmos com a volatilidade dos preços. Também tenho a certeza de que voltaremos a falar nesses assuntos importantes.

### **PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU**

*Vice-presidente*

**Albert Deß**, *em nome do Grupo PPE.* - (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, no ano passado, e também neste ano, os produtores de produtos lácteos manifestaram as suas preocupações em alto e bom tom, incluindo em Bruxelas. A impressão que os meios de comunicação social nos transmitem é a de que só os produtores de produtos lácteos estão em situação difícil. Na realidade, os outros sectores agrícolas também estão a ser afectados. Ao contrário dos produtores de produtos lácteos, os agricultores ligados à suinicultura, os engordadores de suínos, os avicultores, os produtores de frutas e legumes, de vinho e até de cereais estão habituados aos bons e maus anos e, portanto, não se queixam tanto. De qualquer forma, também eu penso que é importante falarmos hoje sobre a situação destes agricultores.

Senhora Comissária, disse que a crise financeira e económica afectou todo o sector agrícola e que deveríamos considerar como reagir a esta situação. Ao falar no terreno com os agricultores afectados, ouço sempre o mesmo: de um modo geral, dizem estar a conseguir lidar com os mercados, excepto nalgumas situações muito difíceis, como o foi para os produtores de produtos lácteos e outros no ano passado e neste ano. No entanto, o que os agricultores não entendem é que nós na Europa estamos a sobrecarregá-los com cada vez mais burocracia. Eles querem trabalhar nas suas terras e com as suas criações, em vez de passar o dia inteiro a fazer a contabilidade e manter registos da sua actividade.

Há séculos que os nossos agricultores produzem alimentos sem preocupações com grandes quantidades de registos. Os rendimentos das plantações aumentaram, o desempenho dos animais melhorou e estamos hoje a afogar os agricultores em burocracia. Li há pouco que os Ministros da agricultura estão a discutir uma redução dos trâmites burocráticos. Os agricultores já mal ousam acreditar nisso. Espero que possamos finalmente avançar em relação a tal e deixar que os agricultores façam aquilo que melhor sabem fazer, ou seja, produzir alimentos - alimentos saudáveis para 500 milhões de habitantes. Devemos apoiá-los nisso e assegurar que sejam capazes de o conseguir no futuro.

**Paolo De Castro**, *em nome do Grupo S&D.* - (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, cá estamos nós, uma vez mais, a discutir a crise do sector agrícola.

Nos últimos meses, o Parlamento já se pronunciou várias vezes acerca das graves dificuldades com que se vê a braços o sector leiteiro, solicitando à Comissão e ao Conselho que intervenham com urgência. Temos conseguido alguns resultados, embora apenas parciais mas, com base nessas iniciativas, foi disponibilizado um fundo especial de 300 milhões de euros para fazer face a esta situação de emergência.

No entanto, temos de constatar que a crise que tem afectado o sector dos lacticínios se está a estender rapidamente a outros sectores da agricultura europeia, com os mercados do trigo, do azeite e dos produtos hortofrutícolas a revelarem sinais alarmantes, como disse há pouco a Senhora Comissária Fischer Boel.

No caso do leite, estamos perante um fenómeno cíclico que acompanha a difícil situação económica que se traduziu, inevitavelmente, numa queda da procura e na consequente estagnação dos mercados. Essa crise começa a assumir uma dimensão decididamente preocupante, como demonstram os numerosos protestos de agricultores em muitas regiões da Europa. Esses protestos são sintomáticos de uma situação premente e alarmante e de uma preocupação generalizada pelo futuro de todo esse sector.

Por essa razão, na última reunião da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no dia 1 de Dezembro, decidimos por unanimidade convidar a Comissão a vir a esta Assembleia dar-nos conta do estado de crise com que se vê a braços a nossa agricultura e das tendências que vão seguindo os diversos sectores de produção. Nessa frente, esperamos, em primeiro lugar, que a Comissão recorra a todas as medidas ao seu alcance para estabilizar o mercado e estimular a recuperação do consumo mas, ao mesmo tempo, pensamos que esta oportunidade também deve ser aproveitada para olhar para o futuro e ajudar a garantir que a política agrícola comum continue a ser uma importante política europeia, que vele pelos interesses de todos os cidadãos e de todas as regiões europeias, desde o Norte da Suécia até ao Sul de Chipre.

Os agricultores aguardam respostas imediatas, e hoje estamos aqui para assumir a responsabilidade de acelerar o ritmo, para fazer face à crise de forma decidida e fazer bom uso dos ensinamentos colhidos nas experiências

recentes, evitando assim perdas de tempo e remediando prontamente uma situação que corre o risco de se agravar ainda mais. Gostaríamos de receber uma resposta e também algumas novidades da Comissão sobre esta matéria.

**Marian Harkin**, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária o resumo da situação. No entanto, quero concentrar-me apenas numa área onde podemos actuar e que é a presença de baixo teor de organismos geneticamente modificados (OGM) não autorizados nas importações de rações e o impacto destes na indústria de rações da UE, porque esta é uma questão abrangente.

Enviei uma carta ao Senhor Presidente Barroso – assinada por alguns eurodeputados – e ele respondeu que a Comissão se apressou a autorizar três produtos geneticamente modificados e que um quarto está a caminho. No entanto, continuamos ainda à espera.

O problema do próximo ano será o Brasil: eles racionalizaram o seu sistema de aprovação reduzindo-o para 22 meses, e o problema não vai desaparecer. Estamos todos cientes de que o sector agrícola está cercado de margens baixas e, o mínimo, julgo eu, que os agricultores europeus podem esperar, é que o custo dos factores de produção não aumente, pelo facto de a União Europeia não ter actuado rapidamente para conceder as autorizações. Uma coisa é ter preços de produção baixos, mas a penalização é dupla quando os factores de produção não estão disponíveis a preços do mercado mundial. Na Irlanda, desde Maio até agora, o custo adicional das autorizações atrasadas ascendeu a 23 milhões de euros.

Por último, o problema da presença de baixo teor de OGM vai estar, sempre, presente entre nós e, embora o rápido funcionamento do sistema das autorizações vá melhorar a situação, continuamos a necessitar de uma solução técnica.

**Martin Häusling**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Comissária Fischer Boel, V. Exa. deu uma resposta muito breve ao tema das crises e não a ouvi mencionar nenhuma solução possível para estas crises. A crise não é só no sector leiteiro, é verdade; temos, também, a crise no sector dos cereais, há uma maior acentuação no sector dos legumes e, nos últimos dez anos, perdemos 50% dos nossos suinicultores. Isto não se deve apenas ao facto de estarmos a passar por uma crise económica, Senhora Comissária, mas também ao facto de a orientação da nossa política agrícola ter estado errada nos últimos anos. Neste momento, a Senhora Comissária deveria dizer até que a liberalização falhou e, que a abordagem do mercado mundial não é a resposta para a agricultura.

Os próximos anos serão vitais em termos de rumo para a nossa agricultura. Estamos, por isso, gratos por, em Paris, os 22 Ministros da Agricultura terem indicado, de forma clara, o rumo que ela deverá seguir. Há muitos pontos nesse rumo com os quais concordamos. Necessitamos de um planeamento fiável para a agricultura e a política agrícola tem de ser sustentável. É algo que também defendemos há muito tempo.

Os preços estão a diminuir para os agricultores, mas não para os consumidores, o que revela que a nossa política agrícola apenas serve, realmente, os interesses dos grandes consórcios. Afirmou com bastante razão, Senhora Comissária, que necessitamos de reforçar a posição dos agricultores a este respeito, mas recusa-se sempre a dar uma resposta à pergunta de como deveremos na realidade fazê-lo. Nós iremos tentar encontrar respostas. Será, de facto, crucial para os próximos anos. Os agricultores não devem ser meramente produtores de matéria-prima. Têm de procurar activamente obter poder de mercado e, para isso, os produtores necessitam do nosso apoio.

A constante pressão sobre os preços no sector agrícola vai levar a uma produção de má qualidade. Uma industrialização, cada vez maior, no sector agrícola vai resultar na perda continuada da biodiversidade e a agricultura industrializada vai aumentar também as emissões de CO<sub>2</sub> e de metano. Falar de protecção do clima, mas continuar à mesma no caminho da industrialização não pode ser a resposta!

Por isso, nós, como Parlamento, devemos levar o nosso trabalho muito a sério nos próximos anos. Esperamos que a nossa colaboração com a nova Comissão seja construtiva.

**James Nicholson**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhora Presidente, todos nós compreendemos as preocupações de muitos dos outros sectores agrícolas e eles, certamente, pensaram que estávamos a dar demasiada importância à resolução dos problemas que afectam o sector leiteiro. Mas os que, tal como nós, estiveram envolvidos neste processo sabiam que não havia outra alternativa, que os problemas do sector leiteiro tinham de ser resolvidos e esperemos agora ter encontrado o caminho para solucionar alguns dos problemas que afectavam parte do sector. Temos de nos concentrar agora noutras áreas.

Falámos sobre os problemas que afectam os agricultores de cereais, que, por exemplo, se vêem confrontados com os preços mais baixos desde há muito tempo - e na minha região, também os agricultores de batata e de maçãs. De facto, posso dar-vos uma lista de outros sectores onde existem sérios problemas. Mas um dos maiores problemas – e aqui quero voltar atrás para apoiar o que disse a senhora deputada Harkin – é a demora na aprovação de novas estirpes de cereais geneticamente modificados para importação para a União Europeia.

Estamos a aumentar o preço das rações, que está a atingir os nossos suinicultores, os nossos produtores avícolas e os nossos produtores de carne de bovino e o acelerar dessas aprovações prestaria um contributo importante para ajudar a situação. Corremos o perigo de uma burocracia excessiva, dificuldades burocráticas e legislação estrangularem os nossos agricultores; verão isso a 1 de Janeiro quando for implementada a Base de Dados de Informação do Consumidor (CPID) que, na minha opinião, é uma total perda de tempo.

A avaliação intercalar trouxe-nos muitas mudanças e estamos prestes a iniciar outras mais. Mas penso que temos de voltar a analisar o efeito que estas mudanças tiveram na indústria. Sei por experiência própria da minha região que muitos criadores de ovinos e de vacas em aleitamento estão pura e simplesmente a deixar essa actividade.

É uma tendência muito preocupante. Temos de analisar estes dois sectores, analisar o modo como os estamos realmente a apoiar. Será que podemos fazer mais por eles? Será que conseguimos mantê-los? Porque temos de nos lembrar que muitos destes sectores, como o dos ovinos e o das vacas em aleitamento, encontram-se em zonas sensíveis em termos ambientais, encontram-se em regiões e zonas montanhosas, onde não há outra alternativa, e penso que temos de tornar a analisar o modo como estamos a apoiar esses segmentos da indústria.

**Patrick Le Hyaric**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, V. Exa. disse-nos que a crise agrícola é profunda, o que nós já sabíamos. Com efeito, os pequenos e médios agricultores já não conseguem aguentar-se. No entanto, Senhora Comissária, esta situação não deriva de um problema técnico, mas sim da política de desregulação que a senhora prosseguiu, da erosão dos princípios fundamentais da política agrícola comum, da sua recusa em regressar ao pagamento de preços mínimos pelo trabalho realizado e da sua esmagadora lógica do comércio livre, que colide como o próprio princípio da preferência comunitária.

Em vésperas de uma nova reflexão sobre a política agrícola comum, é chegado o momento de considerarmos o trabalho agrícola como sendo uma missão de interesse geral que contribui para o bem público comum. Uma nova política agrícola tem, portanto, de ser também uma política alimentar, ambiental e territorial.

Temos primeiro de identificar os objectivos e a direcção desta política, antes de decidir sobre os aspectos orçamentais. Seja como for, isto significaria remunerar o trabalho a preços mínimos básicos garantidos e conduziria a uma agricultura produtiva que gera valor acrescentado que cria emprego, incentivando um desenvolvimento agrícola que respeita a soberania alimentar e combate a fome.

Hoje, todas as evidências indicam que a eficácia social, ambiental e sanitária depende de uma agricultura baseada em explorações agrícolas à escala humana, individual, não à escala industrial. Estes deveriam ser os temas dos nossos debates, para que possamos, finalmente, pôr termo à crise agrícola.

**Lorenzo Fontana**, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a actual crise que o mundo da agricultura está a enfrentar é o resultado evidente da rápida expansão territorial que a União Europeia pôs em movimento nos últimos anos e, sobretudo, da globalização demasiado rápida dos mercados.

O sector agrícola deve ser salvaguardado e protegido, aplicando-se os princípios do Tratado que determinou o funcionamento da União Europeia, em especial os artigos compreendidos entre o 32º e o 38º, com particular referência aos objectivos que, para serem alcançados, devem respeitar regras jurídicas específicas. Neste sector, as regras que regulamentam a intervenção em caso de crise do mercado não nos permitem dar uma resposta significativa às exigências do sector agrícola com protecção específica dos agricultores, numa altura extremamente difícil que afecta toda a agricultura no seu conjunto e, em especial, os sectores da fruta e produtos hortícolas, como, por exemplo, as maçãs e os pêssegos, e cereais como o trigo ou o milho.

Os agricultores não só devem ser ajudados como lhes deve ser garantida também uma protecção de mercado, como está consignado nas regras fundamentais do Tratado. Infelizmente, neste momento isso só acontece de forma limitada. Já vimos isso antes com a crise do leite e agora de novo com a actual crise dos produtos hortofrutícolas, por exemplo.



Chegou a altura de a Europa tomar decisões mais determinantes, a fim de poder dar um verdadeiro apoio de 360 graus aos nossos agricultores, às nossas explorações agrícolas e à nossa terra, que, lamentavelmente, é com frequência descuidada. Por conseguinte, era bom que se fizesse uma séria reflexão acerca daquilo que se está a fazer no mercado europeu para promover os nossos produtos agrícolas em confronto com os que nos chegam de fora da União e, repito, em especial para a fruta e produtos hortícolas.

Criando regras específicas, que devem, no entanto, ser respeitadas por toda a União Europeia e que devemos assegurar que sejam respeitadas igualmente pelos países terceiros com os quais temos um volume significativo de comércio de produtos agrícolas, poderemos talvez começar a ter um mercado menos distorcido e que poderá proteger melhor os nossos agricultores e os produtos agrícolas da União Europeia.

**Georgios Papastamkos (PPE).** – (EL) Senhora Presidente, os sectores da economia rural estão verdadeiramente a sofrer: o do trigo, do azeite, das frutas e dos legumes e do algodão. Devem saber que os produtores de pêssegos na Grécia estão enraivecidos. Só preciso de lhe dizer, que neste momento em que estamos a falar, cerca de 200 000 toneladas de composto de pêssego ficaram por vender.

A situação do sector do trigo ainda é crítica e a possibilidade de intervenção pública nos Estados-Membros tem de ser activada de imediato. Temos de apoiar a denominação de origem protegida e a indicação geográfica protegida dos produtos.

A criação de gado enfrenta, também, uma enorme crise. Foi mencionado o sector do leite e a iniciativa que tomámos de o proteger foi acertada. Os criadores de gado no norte da Grécia fizeram um bloqueio no posto fronteiriço de Evzona e uma das suas razoáveis reivindicações é que o nome do local de origem seja incluído no rótulo para os lacticínios. Na minha opinião, incluir o local de origem não só protege os produtores, mas também os consumidores.

Necessitamos de mais medidas para fomentar os produtos agrícolas, quer dentro da União Europeia, quer fora da Europa, nos países terceiros. Temos de racionalizar os mercados ainda mais e monitorizar a transparência da cadeia de abastecimento de um modo eficaz, e temos de reduzir a diferença entre os preços ao produtor e ao consumidor.

Tal como defendi no quadro do debate do orçamento de 2010 é, especialmente importante manter uma margem satisfatória de despesa agrícola no orçamento, de modo a satisfazer as necessidades imprevistas noutros sectores agrícolas.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Quase todo o sector agrícola na Europa está em estado de crise. Foi causado não só pela crise económica global e pela recessão globais, juntamente com a contracção dos mercados internos e externos, mas também pela política agrícola comum, uma política neo-liberal que a Comissão Europeia continuou a seguir nos anos passados, o que contribuiu fortemente para a presente crise. Se o sector agrícola já tem tamanhas preocupações de rentabilidade, o que vai acontecer se o orçamento agrícola for cortado depois de 2013, que é o que muitas pessoas querem ver? Isto vai pôr em causa a segurança do abastecimento de alimentos na Europa.

A presente situação é especialmente alarmante para os criadores de gado, os suinicultores e os produtores de fruta e de legumes. Congratulo-me com o facto de a Senhora Comissária querer mais dinheiro para as organizações de produtores, mas isso continua a não ser suficiente para resolver as preocupações do sector. Outro facto alarmante é que a União Europeia se tornou um importador líquido de carne de bovino nos últimos seis anos. Agora estamos à mercê dos mercados externos.

**Julie Girling (ECR).** – (EN) Senhora Presidente, se quiser saber como é dura a situação para os agricultores, olhe para o limiar de baixos rendimentos na versão modificada pelo Governo do Reino Unido. Este é o nível, abaixo do qual se considera que uma família está a viver na pobreza. Os números mais recentes no Reino Unido mostram que um quarto de todos os agricultores britânicos se enquadra nesta categoria.

Mas para ajudar os agricultores, não basta apenas uma política agrícola. Devemos trabalhar de forma global. Os consumidores querem comprar alimentos de elevada qualidade, que sejam produzidos o mais perto possível das suas casas. O Parlamento Europeu deve ouvir as exigências dos consumidores no que respeita à rotulagem com indicação clara do país de origem, de modo a que eles possam ter a certeza de onde provêm os seus alimentos. Já temos uma rotulagem com a indicação do país de origem em muitos alimentos e não há nenhuma razão para que uma rotulagem obrigatória com indicação do país de origem não seja alargada aos restantes sectores, incluindo aos principais ingredientes dos géneros alimentícios transformados.

Vamos ter essa oportunidade neste Parlamento no início do próximo ano. Há que aproveitá-la.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** - Ao longo dos anos e das sucessivas alterações da Política Agrícola Comum alertámos para as suas consequências e apresentámos alternativas. Infelizmente não nos quiseram ouvir e hoje vivemos uma situação de desastre, como acontece na agricultura portuguesa. Alertámos para as consequências da liberalização do comércio internacional dos produtos agro-alimentares. Dissemos que a agricultura não podia ser tratada como uma mercadoria industrial qualquer e deveria ficar fora das negociações da Organização Mundial do Comércio para evitar a sua sujeição à especulação bolsista e financeira.

Sempre dissemos que deveriam ser privilegiadas a soberania e a segurança alimentares e valorizado quem trabalha a terra, por isso estivemos contra o desligamento das ajudas à produção e o fim das quotas leiteiras. Sempre afirmamos que há especificidades da agricultura dos países do Sul da União Europeia que têm de ser respeitadas para salvaguardar as suas produções de bens alimentares de grande qualidade, como o vinho, o azeite, as frutas e legumes, o arroz, mas também a produção de carne e de leite em condições muito diferentes de outras zonas.

Por isso, insistimos na revisão destas políticas para ter em conta os preços elevados dos factores de produção do gásóleo, da electricidade, do adubo, das rações, do crédito e dos seguros, intervindo em defesa dos agricultores com políticas que apoiem quem produz e criem emprego no mundo rural.

É tempo de privilegiar a agricultura familiar e o mundo rural cada vez mais desertificado, as produções agrícolas regionais e as espécies autóctones. Os agricultores merecem-no, porque são eles quem produz aquilo que é essencial para a nossa alimentação.

**John Stuart Agnew (EFD).** – Senhora Presidente, parece que me juntei temporariamente ao clube de fãs da senhora deputada Harkin ao chamar a sua atenção para a crise subjacente no mercado das rações do gado fazendo referência aos vestígios mínimos de material geneticamente modificado que poderá ser encontrado numa carga de 60 000 toneladas de grãos de soja.

Se estes vestígios não pertencerem a uma variedade permitida pela UE, a carga não é autorizada a descarregar. O custo para o expedidor numa situação destas ascende a 2,3 milhões de libras esterlinas, mas decorre, também, daí uma interrupção grave na linha de abastecimento, com os camiões a regressarem vazios para as fábricas de rações que, a seguir, têm o problema de descobrir a proteína alternativa num espaço de tempo muito curto.

Após grande pressão sobre este assunto, a Comissão da UE aprovou mais quatro variedades de milho geneticamente modificado, que consideram ser um contaminante seguro. Pode levar vários anos para que tal aprovação se concretize, enquanto, entretanto, novas variedades de milho geneticamente modificado estão a ser adoptadas por explorações agrícolas na América a todo o momento. Este problema vai reaparecer novamente dentro de mais ou menos um ano.

Presentemente, existem, também, produtos de linho e de algodão geneticamente modificados de que podem ser, inadvertidamente, misturados vestígios numa grande carga de soja e fazerem, também, com que a sua transferência seja recusada.

É perverso que, apesar de haver uma tolerância para pedras, terra, insectos mortos, aparas de metal e de madeira, não haja tolerância de espécie alguma para um único grão de milho são.

A incerteza que esta política de tolerância zero cria resultou em acentuados aumentos dos prémios do seguro para os expedidores que os passam para os criadores de gado – já para não falar da angústia generalizada, quando um produtor é informado de que a sua encomenda de ração não pode ser entregue.

Esta é uma situação muito insatisfatória e cria uma crise desnecessária na produção de carne e de ovos. Exorto a Comissão a abordar todo este problema de um modo mais prático e sensato, impondo um nível de tolerância para os aditivos geneticamente modificados, semelhante ao dos outros contaminantes.

**Giovanni La Via (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de agradecer à Senhora Comissária a análise que fez, mas gostava de salientar que, nalguns sectores da produção, se faz sentir neste momento uma crise que põe em risco a agricultura nalgumas regiões da nossa grande Europa.

Em especial, a crise que tem afectado o trigo nos últimos meses fez com os preços descessem a um nível insuficiente para cobrir os custos e, em muitas regiões da Europa, regista-se uma redução das superfícies semeadas no corrente ano agrícola que deve rondar os 30%, principalmente em regiões remotas com possibilidades limitadas de uso alternativo. Por outro lado, no que se refere à fruta e produtos hortícolas, a

Senhora Comissária chamou a atenção para um aspecto que é característico da nova organização comum do mercado, que deixa às organizações de produtores a gestão da crise.

É claro que os recursos que lhe são destinados no âmbito dos programas operativos são recursos limitados, que não são de maneira nenhuma suficientes para intervir no caso de crises estruturais com uma dimensão tão alargada como a que estamos a viver. Eles podem, eventualmente, cobrir as necessidades, como a senhora disse, quer com a colheita verde, quer com a destruição de uma pequena parte da colheita, no caso de pequenos desequilíbrios entre a oferta e a procura em anos normais, mas não certamente no caso de uma crise de grandes dimensões como a que estamos a viver.

O mesmo se pode dizer também relativamente ao azeite e a outros sectores, mas penso que, nesta fase, é importante pedir à Comissão um pacote de propostas, a formulação de uma proposta exaustiva que abranja todos os outros sectores que, ao contrário do leite, não viram ainda nenhuma acção específica para fazer face à crise que estamos a viver.

**Iratxe García Pérez (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, o sector agrícola não tem sido imune às dificuldades da economia em geral. Há meses atrás, tivemos a oportunidade de debater a situação dos produtores de produtos lácteos, mas até nessa altura muitos de nós dissemos que a crise estava a afectar os outros sectores da agricultura.

Todo o sector está numa situação difícil: com preços baixos na origem na maior parte dos produtos e com muitas explorações agrícolas cujos números estão a começar a situar-se abaixo do limiar da rentabilidade. Esta situação tem demonstrado o desequilíbrio existente entre os actores da cadeia de valor do sector agro-alimentar. A necessidade de dar transparência ao sistema de fixação de preços e, de reequilibrar, dentro do quadro da legislação vigente, a capacidade de negociação das partes interessadas são questões que continuam pendentes.

Outra questão que nos preocupa neste difícil contexto é a perda de competitividade dos nossos agricultores que, ao contrário dos seus concorrentes, enfrentam elevados custos de produção. O que estou a pedir é que se articulem as medidas de apoio comuns e que as soluções não girem à volta da capacidade de resposta de cada Estado-Membro.

**Peter Jahr (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de começar por dizer que estou muito grato pelo facto de estarmos, hoje, a debater este assunto, dado que se poderia ter ficado com a impressão, através da comunicação social, de que a crise existe apenas no sector leiteiro. Não foi e não é o caso e, por isso, é extremamente importante para os agricultores afectados que discutamos hoje a sua situação no Parlamento Europeu.

A crise económica atingiu fortemente os agricultores. O ano financeiro transacto foi um dos piores da década. Para muitas explorações agrícolas, os lucros caíram significativamente e, por isso, a situação é muito difícil para muitos agricultores. As crises económicas fazem sobressair as deficiências – deficiências provocadas pelas pessoas. As crises só se tornam desastres, se nada for feito para as resolver. É precisamente porque as crises económicas fazem sobressair os erros humanos, que nós somos capazes de corrigir esses erros.

Em todas as crises existe, também, uma oportunidade e são precisamente essas oportunidades que têm de ser mais bem aproveitadas. Para o fazer, em primeiro lugar, a Comissão tem de reagir mais rapidamente e de forma mais consistente perante qualquer perturbação no equilíbrio económico. Em segundo lugar, temos de proporcionar aos agricultores o quadro político que permita que sejam eles próprios a regular o mercado. Em terceiro lugar, a autoridade judicial das organizações de produtores deve ser significativamente melhorada. Em quarto lugar, temos de melhorar e simplificar significativamente a utilização de matérias-primas agrícolas para a produção de energias renováveis por via da regulação do mercado. Em quinto lugar, em vez de só falarmos em reduzir a burocracia, temos finalmente de abordar este problema.

Por isso, o meu apelo, mais uma vez, é o seguinte: aprendamos com a crise e aproveitemos a oportunidade decorrente dela – devemos isto a nós próprios e, acima de tudo, a todos os nossos agricultores. A este respeito, espero um catálogo de medidas da Comissão no início de 2010, o qual possamos depois debater em pormenor na comissão parlamentar competente.

**Luis Manuel Capoulas Santos (S&D).** – Senhora Comissária, quero saudá-la pela sua presença uma vez mais neste plenário – o que foi uma constante ao longo de todo o seu mandato, – apesar de a Comissão se encontrar nesta fase de transição. Porém, os problemas da agricultura não se compadecem com os caprichos

do calendário político e os agricultores esperam de nós respostas para os seus problemas, para as suas dificuldades e para os seus anseios.

Como todos sabemos, a crise económica atacou também a agricultura, não apenas no sector do leite - como os órgãos de comunicação social podem fazer crer -, mas outros sectores também. O leite, as frutas e os legumes, os cereais e o azeite foram duramente afectados nos últimos meses, assim como antes o tinham sido a produção de carne, com a tremenda elevação dos custos dos factores de produção que então se verificaram.

No caso das frutas e dos legumes é provável que a situação venha ainda a agravar-se na sequência do alargamento da abertura dos mercados aos produtos marroquinos de acordo com o novo acordo que está em vias de ser aprovado. É verdade, como a Senhora Comissária disse, que nas últimas semanas os mercados têm dado sinais positivos, mas tal, porém, não nos deve entusiasmar excessivamente, uma vez que, se a retoma vier, como todos desejamos, com ela virá, seguramente, um aumento do custo do petróleo e com ele o aumento inevitável dos custos de produção na agricultura.

Por isso, Senhora Comissária, o Parlamento Europeu, apesar dos calendários políticos, não pode deixar de exigir à Comissão respostas para estas questões. Os agricultores esperam sinais políticos do Parlamento e da Comissão e, por isso, faz todo o sentido este agendamento que hoje aqui trouxemos, esperando que a Comissão possa dar alguns sinais, indicar as informações de que dispõe e as medidas que propõe no curto prazo para atenuar estes problemas.

**Michel Dantin (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, obrigado, mais uma vez, pela sua atenção.

A crise dos preços em 2007-2008 pôs em evidência a fragilidade dos consumidores face à volatilidade dos preços. Os efeitos da crise agrícola de 2009 estão a fragilizar muito mais as explorações agrícolas do que aquilo que os índices nos mostram. Porquê? Porque a tendência ascendente dos preços agrícolas foi por muitos apresentada como sendo sustentável e porque em 2008 e no início de 2009 os agricultores fizeram sem dúvida investimentos demasiado elevados – demasiado elevados devido a um certo atraso que se acumulou desde o início da década de 2000.

Em diversas ocasiões, a Senhora Comissária manifestou o desejo de deixar de intervir da mesma maneira na regulação dos mercados. Mas será que durante os últimos 20 anos não nos lembrámos de que os produtos agrícolas são essencialmente produtos alimentares e de que precisamos de uma certa estabilidade de preços em ambos os extremos da cadeia alimentar? A estabilidade dos preços é necessária ao nível do consumidor, por um lado, pois devido a outros encargos financeiros - como a hipoteca da casa, a educação dos filhos e as actividades de lazer -, os seus rendimentos não lhe permitem fazer face à oscilação dos preços. Ao nível do produtor, por outro lado, ela é necessária porque a sua actividade empresarial envolve um capital significativo, que exige investimentos avultados.

A organização dos sectores, que inclui todos os elementos da cadeia de abastecimento, assim como os novos actores – e estou a pensar em todo o sector da restauração colectiva e nas empresas transformadoras de produtos ultracongelados, ou mesmo de produtos frescos - pode sem dúvida levar à introdução de instrumentos privados para a estabilização dos preços.

Considera a Senhora Comissária que é possível encontrar aí uma forma de avançar, e estará a Comissão disposta a participar nessa reflexão?

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária por ter vindo ouvir-nos mais uma vez e quero apenas destacar alguns problemas que têm prevalecido na Irlanda do Norte no seio do sector agrícola ao longo dos últimos meses. A Senhora Comissária talvez tenha lido que, no Condado de Fermanagh, sofremos inundações muito graves ao longo das últimas semanas, que provocaram enormes dificuldades aos agricultores e, não menos importante, ao acesso dos seus produtos nos campos, com muitas estradas fechadas e intransitáveis devido à chuva. Vai, também, afectar a aplicação do chorume e, sobretudo, os prejuízos gerais que eles têm. Insto a Comissão a analisar esta questão e a indicar se é possível conceder uma ajuda directa aos agricultores neste sector.

Insto, igualmente, a Comissão a analisar o sector da batata na Irlanda do Norte. Alguns dos produtores de batata escreveram-me recentemente, porque também eles foram seriamente afectados pelos elevadíssimos níveis de precipitação das últimas semanas. Estão extremamente preocupados com o facto de como vão poder colher as batatas da terra, com a geada que se aproxima rapidamente com o início dos meses de Inverno,

receando perder as suas colheitas. Por isso, mais uma vez, esta é uma indústria – e parte do sector agrícola na Irlanda do Norte – que está a passar por um período muito difícil.

Muito recentemente reuni-me com alguns produtores de ovos, agricultores que se encontram, presentemente, no processo de alteração das gaiolas. Gostariam de ter, por parte da Comissão, uma garantia de que não serão obrigados a alterar novamente essas gaiolas por um período considerável de tempo e, inστο, novamente, a Comissão a analisar esta questão.

**Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a crise por que está a passar o sector agrícola é gravíssima e corre o risco de se tornar irreversível.

Na minha região, a Apúlia, a produção olivícola é a principal actividade e uma das maiores fontes de rendimento. Este ano, o preço das azeitonas desceu para 30 euros o quintal, e o preço do azeite por grosso para 2,50 euros o quilo; com estes preços, os produtores estão a trabalhar para perder dinheiro. O azeite extra-virgem, o ouro verde, que sempre foi o orgulho da minha terra, corre o risco de se transformar na morte civil e social. Há bloqueios de estradas e manifestações de agricultores em todo o território.

A senhora Comissária diz que está tudo em ordem e que os preços estão outra vez a subir, mas eu mostro-lhe uma situação diferente que conheço, porque a vivo todos os dias. São necessárias medidas urgentes e o que eu peço é que, à semelhança do leite, também seja activado um fundo de solidariedade para a olivicultura e os produtos hortofrutícolas. No que respeita à olivicultura, peço outras medidas urgentes e, em especial, Senhora Comissária, a alteração do Regulamento (CEE) nº 2568/91 sobre as características do azeite, para que entre os métodos de controlo seja também incluída a ressonância magnética nuclear. Isso permitir-nos-á desmascarar as constantes fraudes que se cometem nas prateleiras dos supermercados, onde garrafas com rótulos que dizem “azeite extra-virgem” contêm afinal misturas de azeites rectificados ou refinados.

**Elisabeth Köstinger (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária Fischer Boel, apresento os meus agradecimentos pelo seu relatório. Este é um importante sinal para os nossos agricultores, que têm de viver nesta situação de mercado tensa.

A Senhora Comissária também mencionou no seu relatório a queda na procura no sector agrícola. É precisamente por essa razão que é importante fomentar este sector e estimular as vendas. Agora, mais do que nunca, a Comissão precisa de reconhecer as crises na sua fase inicial, independentemente do ramo de produção, e tomar medidas para as combater rápida e eficazmente.

Estou convencida de que um sector tão sensível como a produção alimentar precisa particularmente de instrumentos de mercado. As vantagens acrescidas da agricultura, sob a forma de se manterem abertas as nossas paisagens culturais, da preservação da paisagem, da biodiversidade, além de muitas outras coisas, são insubstituíveis. Tudo isto deve estar presente no nosso espírito e ser tomado em consideração nos nossos debates futuros sobre a nova política agrícola.

**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, gostaria de lhe agradecer a explicação que nos deu a propósito das variações dos preços dos diferentes tipos de produção agrícola. Chegou à conclusão de que tínhamos de continuar a vigiar a situação, a fim de agir quando necessário.

A senhora colocou efectivamente o dedo na volatilidade – o inimigo número um do agricultor dos tempos modernos –, e eu gostaria simplesmente de defender a necessidade de restabelecer e manter uma política pública de fixação dos preços, de regulação, e a necessidade, certamente no futuro, de estabelecer essa política pública de regulação através, por exemplo, de um observatório dos preços e das margens, que estabeleceria, de uma forma equitativa, os preços para todos os actores envolvidos na produção – produtores, empresas transformadoras ou distribuidores.

Se nós, hoje, deixarmos a situação chegar ao ponto de os preços serem regulados a nível privado, haverá sempre uma margem de lucro para o distribuidor, uma margem de lucro para as empresas transformadoras e um prejuízo para os produtores, e, conseqüentemente, grandes dificuldades para a agricultura local. Para concluir, Senhora Presidente, não podemos ignorar tão-pouco que temos de poder também negociar com os Estados Unidos – sobretudo no que se refere ao preço do trigo, que é fixado em Chicago –, pois estamos a falar de um problema que é mundial e não apenas europeu.

**Cristina Gutiérrez-Cortines (PPE).** – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, preocupa-me que, muitas vezes, a falta de coordenação faça com que os critérios de sustentabilidade não sejam aplicados à agricultura.

Gostaria de fazer duas perguntas: em primeiro lugar, numa altura em que estamos a assistir a uma desertificação no sul da Europa, que sofre um terrível impacto das alterações climáticas, e sabendo-se que o uso do solo é o mais importante, porque se está a dar dinheiro para arrancar oliveiras e vinhas? Significa que a Europa está a pagar para que haja mais deserto! Vão pôr cobro a isto?

Em segundo lugar, o acordo com Marrocos: se a Europa está a levar a cabo uma política externa comum, tem de defender os interesses dos seus cidadãos e da produção europeia. A Europa está a negociar o acordo com Marrocos de joelhos, sem ter em conta o princípio da reciprocidade, sem garantir a saúde e que se mantenham os programas relativos a insecticidas e qualidade alimentar.

Como é possível que este processo não esteja apenas a abrir a porta a produtos acima das quotas, mas também a pôr em risco a qualidade?

**Béla Glattfelder (PPE).** – (HU) O presente debate sobre a crise que afecta os sectores da agricultura reveste-se de uma enorme importância na medida em que têm circulado diversos planos quanto à supressão gradual dos subsídios agrícolas após 2013. Importa reflectir sobre as consequências muito graves das medidas de liberalização recentemente implementadas e retirar conclusões destes exemplos para evitarmos voltar a cometer os mesmos erros. A importância da agricultura será cada vez maior nos próximos anos à medida que aumenta o número de pessoas afectadas pela fome no nosso planeta.

Quanto ao tema das simplificações, infelizmente, os agricultores sentem que, sempre que o assunto é mencionado, de facto a simplificação nunca acontece e, pelo contrário, são chamados a cumprir regras cada vez mais complexas. Tem sido introduzida toda uma nova série de medidas relativas ao bem-estar dos animais, que agrava os seus custos de produção e não obriga os seus concorrentes. Além disso, cada uma destas novas medidas relativas ao bem-estar dos animais implica um consumo de energia cada vez maior, o que significará um aumento crescente das emissões de CO<sub>2</sub>.

#### **PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-presidente*

**Karin Kadenbach (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, durante o debate sobre as suas orientações, o Senhor Presidente. Barroso afirmou que a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade seriam objectivos políticos prioritários na União Europeia durante o presente período legislativo. Tais objectivos devem por isso presidir a todas as áreas políticas e, como é óbvio, no sector da agricultura em particular. Gostaria assim, neste momento, de o exortar com veemência a promover e a apoiar, exclusivamente, as medidas que contribuem para a preservação da biodiversidade e da sustentabilidade.

**Seán Kelly (PPE).** – Senhor Presidente, congratulo-me com este debate. Não há muito que possamos fazer em relação a muitos dos problemas que aqui têm sido referidos, mas alguns há que podemos ajudar em muito a resolver. Os colegas têm mencionado, em particular, o problema do excesso de regulação; é um problema de que muitos agricultores se queixam em toda a União Europeia. Também foram mencionados os alimentos geneticamente modificados e concordo inteiramente com o que foi dito: são necessárias medidas neste contexto.

Um sector que considero muito importante é o da exportação de animais vivos. Corremos o risco de a regulamentação excessiva tornar proibitivo o custo desta actividade, designadamente para os agricultores e os produtores que exportam gado de uma nação insular como a Irlanda.

Por vezes penso que seria interessante comparar, por exemplo, os horários de viagem dos deputados europeus que se deslocam hoje a este Parlamento com os horários de viagem dos animais que são exportados para outros países, e chego a pensar que talvez sejam superiores os níveis de stress dos membros do Parlamento Europeu.

Neste contexto, devemos ser muito prudentes e evitar que um excesso de regulamentação acabe por destruir por completo a nossa competitividade.

**Presidente.** - Muito obrigado, Senhor Deputado Kelly. Embora todos os membros deste Parlamento devam ser encorajados a falar outras línguas nesta Câmara, permita-me assinalar que iniciou a sua alocução dizendo "Merci, Monsieur President". Presumo que não tenha querido pedir-me desculpa mas sim tentar dizer "muito obrigado" – o que em grego, devo esclarecer, se diz 'Ευχαριστώ, κύριε Πρόεδρε'!

**Gabriel Mato Adrover (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, a situação no sector agrícola não é meramente preocupante. Eu diria que é insustentável. Os rendimentos dos agricultores têm sofrido uma diminuição constante e aumenta, de dia para dia, a diferença entre o que os agricultores recebem e o preço de mercado para os consumidores. A sucessão passou a ser uma utopia, e os acordos de associação são constantemente desrespeitados, como no caso vergonhoso do tomate proveniente de Marrocos, situação que já foi reconhecida pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude sem que a Comissão tenha tomado qualquer medida firme. As regras e controlos fitossanitários são aplicados de forma desigual, dando origem a situações inteiramente injustas.

Se acrescentarmos a isto casos específicos, como a redução dos direitos no sector das bananas, que vai ter consequências inteiramente negativas, ou o facto de no sector da pecuária os agricultores não poderem suportar os custos dos factores de produção, concordará comigo que o futuro do sector é, no mínimo, incerto.

Além disso, para a agricultura nas regiões ultraperiféricas, o futuro é não apenas incerto como extremamente preocupante. Os agricultores desejam continuar a produzir, mas a sua actividade torna-se cada vez mais difícil. A Comissão deve reconhecer a importância da agricultura e encarar a situação do sector com coragem!

**Herbert Dorfmann (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, é um facto que muitos sectores da agricultura atravessam presentemente uma situação de crise. Muitos serão indubitavelmente os motivos que estão na origem desta crise e um deles é provavelmente a liberalização da política agrícola levada a cabo nos últimos anos. As flutuações de preços aumentarão à medida que forem sendo eliminadas as redes de segurança da política agrícola comum, com consequências cada vez mais gravosas para os nossos agricultores.

Deste modo, no curto prazo, o objectivo deve ser o de encontrar uma solução para esta crise. Acima de tudo, no entanto, a par da revisão da nossa política agrícola comum, devemos analisar o que pode ser feito para lidar com estas flutuações de preços. Na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, nós, enquanto Parlamento, temos o dever de agir. O facto de os Ministros da Agricultura se terem reunido em Paris, à margem do Conselho, nos últimos dias, para discutir esta questão é, em princípio, positivo. No entanto, no Parlamento, é nosso dever assumirmos perante os agricultores o nosso novo papel. Temos de encontrar soluções democráticas para a nossa futura política agrícola.

**Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão.** – Senhor Presidente, vou tentar agora responder a algumas das questões suscitadas mas creio que esta discussão revela claramente que existe um entendimento comum das dificuldades que o nosso sector agrícola enfrenta actualmente.

Em primeiro lugar, fiquei um pouco surpreendida ao ouvir dizer que eliminámos as redes de segurança no sector da agricultura, o que não é de modo algum exacto. Nas situações em que os agricultores necessitam de apoio, existe efectivamente uma rede de segurança. Dispomos de uma rede de segurança contínua, os pagamentos directos, que representam para os agricultores um recurso concreto. Temos ainda os diferentes sistemas de intervenção, o armazenamento privado, os sistemas de restituições à exportação, que entram em vigor sempre que consideramos necessário accionar estes instrumentos.

Quanto à simplificação, à complexidade dos procedimentos, à burocracia, concordo inteiramente que devemos esforçar-nos por aliviar o mais possível a situação dos nossos agricultores, motivo pelo qual, na reunião do Conselho de quarta-feira, apresentarei ao Conselho diversas propostas de desregulamentação que deverão ser debatidas.

O Conselho apresentou 39 propostas distintas, e podemos, com efeito, aceitar um grande número dessas propostas. Outras são de natureza mais política, relativas ao período após 2013, mas estou certa de que consideraríamos muito interessantes essas propostas.

Presumo que os senhores deputados que aludiram à questão dos OGM saibam que partilho inteiramente a sua posição. Penso, com efeito, que urge encontrar uma solução técnica quanto à presença de OGM não aprovados. Espero que a nova Comissão apresente uma proposta nesse sentido.

É um facto que a União Europeia é o maior importador de produtos agrícolas, mas ao mesmo tempo a União Europeia é o maior exportador de produtos agrícolas, em virtude da qualidade da nossa marca: os produtos europeus gozam de excelente reputação nos mercados internacionais. Assim, a ideia de que deveríamos proteger agora a nossa própria produção seria prejudicial para o nosso sector agrícola.

Devemos por isso manter a nossa visibilidade nos mercados de exportação e creio que no futuro – e espero que o Parlamento Europeu apoie plenamente esta ideia – precisaremos de mais dinheiro para promover a

elevada qualidade dos nossos produtos nos novos mercados emergentes. Estou convencida de que podemos fazer mais e melhor, mas precisamos de algum apoio.

Sobre a questão do quadro regulamentar: embora não creia que este termo tenha sido empregue, julgo ser esta a questão que suscitou as observações. Actualmente já é possível os agricultores celebrarem um contrato com a indústria para determinado volume a um preço fixo. Os produtores já dispõem desta possibilidade e, como sabem, no grupo de alto nível de peritos do sector leiteiro, estamos a estudar determinadas formas voluntárias de melhorar este sistema.

Biodiversidade: concordo inteiramente com a importância deste tema, e foi precisamente por este motivo que incluímos a biodiversidade nos novos desafios, no acordo a que chegámos sobre o "exame de saúde" da política agrícola comum, em Novembro de 2008. Trata-se portanto de uma prioridade, e concordo plenamente com os comentários do senhor deputado.

Sobre as medidas: podemos efectivamente utilizar todos os instrumentos que temos actualmente à nossa disposição. Mas uma Comissão provisória não pode propor novas iniciativas. Tenho a certeza de que os senhores deputados têm consciência deste problema e, por isso, espero que tenhamos a nova Comissão a funcionar o mais rapidamente possível.

Sinto-me muito satisfeita com o papel reforçado a desempenhar pelo Parlamento Europeu no futuro, graças à co-decisão introduzida pelo Tratado de Lisboa. A co-decisão não se aplicará apenas às questões agrícolas mas também ao orçamento e, neste contexto, o Parlamento terá uma grande influência na vertente orçamental do sector da agricultura no período após 2013.

Embora eu talvez não viva essa experiência no cargo que hoje ocupo, posso garantir que estarei atenta a este Parlamento quando ele assumir as suas novas responsabilidades em relação ao sector da agricultura.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

*Declarações escritas (artigo 149º)*

**Luís Paulo Alves (S&D), por escrito.** – A crise económica e financeira, arrastou-nos também para uma crise agrícola e social, por isso saúdo este debate neste Parlamento, se bem que peque por tardio. Os produtores (cereais, carne de porco, azeite, frutas, vegetais, etc.) estão a atravessar condições extremamente difíceis neste período, derivadas da quebra da procura, obtendo preços pelos seus produtos muito baixos, face ao custo das suas produções. Existem também dificuldades ao nível da obtenção de crédito. Estas questões estão a afectar em muito o seu rendimento. A volatilidade de preços na agricultura é uma questão muito complexa, que afecta o planeamento e a previsibilidade necessária na agricultura, condicionando decisivamente a rentabilidade e o nível de investimento. É por isso fundamental garantir as condições de sustentabilidade das explorações e uma certa estabilidade nos preços de modo a que os produtores possam assegurar a sua actividade, melhorando a qualidade dos produtos, com impacto positivo em toda a cadeia, desde o produtor até ao consumidor.

**Spyros Danellis (S&D), por escrito.** – (EL) O pluriemprego na UE é uma situação comum que se destina a complementar o rendimento agrícola. Uma vez que as pequenas explorações agrícolas empregam com frequência trabalhadores que têm mais do que um emprego, as explorações de pequena dimensão enfrentam hoje dificuldades maiores do que as explorações de grande dimensão. Isto acontece pelos seguintes motivos:

- além da redução no rendimento agrícola, independentemente do sector de produção ao qual se dedica, a pequena exploração também é forçada a lidar com:

- a redução ou eliminação do seu rendimento não agrícola, ao mesmo tempo que:

- a segurança do rendimento que recebe sob a forma de ajuda directa é insuficiente para um nível de vida digno em termos absolutos.

Por conseguinte, independentemente do sector agrícola específico em que está centrada a sua produção, as explorações de pequena dimensão precisam de uma ajuda horizontal direccionada para enfrentarem a crise.



## 16. Conferência ministerial da OMC (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral à Comissão (B7-0232/2009) do deputado Moreira, em nome da Comissão do Comércio Internacional, sobre as Perspectivas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento (ADD) na sequência da Sétima Conferência Ministerial da OMC (O-0126/2009).

**Vital Moreira, autor.** – Há umas poucas semanas tive a honra de presidir a uma delegação da Comissão do Comércio Internacional deste Parlamento Europeu que assistiu à 7ª. Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio, em Genebra. Embora a Ronda de Doha, ou seja a Agenda para o Desenvolvimento de Doha, não estivesse na agenda oficial dessa conferência ministerial, a verdade é que uma grande maioria das delegações oficiais dos países membros da Organização Mundial do Comércio aproveitaram a oportunidade para se pronunciarem sobre o assunto e para declararem o seu desejo de concluir a Ronda de Doha até ao fim de 2010.

Todavia, é público não serem conhecidos nenhuns avanços recentes nas negociações. É por isso que tenho a honra de, em nome da Comissão do Comércio Internacional, a que presido, fazer as seguintes perguntas à Comissão:

Primeiro, poderá a Comissão apresentar-nos uma avaliação do ponto da situação no que se refere às principais áreas de negociação sobre a Ronda de Doha, em particular na área da agricultura, da chamada NAMA, ou seja o *acesso ao mercado dos produtos não agrícolas* e aos serviços? Quais são os principais avanços que a Comissão registou na 7ª. Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio? Quais são, no seu entender, as questões que permanecem em discussão? E quais são os temas mais difíceis nas negociações?

Segundo, que impacto é que a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio poderá ter nas negociações em curso da Ronda de Doha? De que modo tenciona a Comissão assegurar que as negociações incidam, efectivamente, no desenvolvimento? Poderá ainda a Comissão apresentar uma avaliação da probabilidade de a Ronda de Doha para o Desenvolvimento ser concluída, com êxito, até ao final do próximo ano?

Terceira e última pergunta: de que forma tenciona a Comissão incluir os membros da delegação do Parlamento Europeu nas negociações em curso da Ronda de Doha e na estrutura da Organização Mundial do Comércio?

Apresentada a pergunta em nome da Comissão do Comércio Internacional, gostaria de finalizar enfatizando que esta comissão parlamentar dá uma grande importância - no exercício das novas responsabilidades e dos novos poderes que lhe são concedidos pelo Tratado de Lisboa - e deseja também estabelecer uma cooperação mais frutuosa e mais profunda com a Comissão em matéria de comércio internacional. Mas isso pressupõe, em contrapartida, bem entendido, a plena disponibilidade da Comissão para cooperar com o Parlamento Europeu, a começar pela resposta às perguntas que lhe colocámos.

**Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão.** – Senhor Presidente, a Sétima Conferência Ministerial da OMC em Genebra foi uma oportunidade importante de trocarmos impressões com todos os membros da OMC sobre as suas prioridades para a organização. Creio que importa sublinhar que esta Sétima Conferência Ministerial não foi uma conferência de negociação mas antes uma discussão sobre diversos temas.

A nossa lista de prioridades, evidentemente, começa pela Agenda de Doha para o Desenvolvimento. Se puder ser concluída, Doha produzirá um bom resultado não apenas para a Europa, mas para toda a economia mundial. Todos seremos prejudicados se o proteccionismo aumentar, assim como todos retiraremos benefícios de uma retoma económica. Em ambos os casos, Doha representa o melhor instrumento de política comercial de que dispomos.

Doha também produziria o desenvolvimento que é esperado por tantos dos países mais pobres do mundo, graças a novas regras relativas ao acesso aos mercados, à reforma do sector agrícola e à eliminação de barreiras pautais, designadamente. O factor do desenvolvimento dos países envolvidos tem sido tomado em consideração em todas as vertentes das negociações de Doha.

Mas, como é óbvio, só poderemos concluir a Ronda de Doha com o empenhamento de todos os membros da OMC. O facto é que os Estados Unidos têm graves preocupações e restrições que estão a discutir com as grandes economias emergentes. Dentro de poucos meses veremos como estão a evoluir essas discussões, à medida que se aproxima a data limite para o G20 concluir a Ronda de Doha, em 2010.

Creio que todos concordam que, se queremos ver concluída a Ronda de Doha antes do final de 2010, urge definir a fórmula a adoptar nas negociações relativas ao acesso aos mercados para os produtos não agrícolas (NAMA), até ao fim de Março de 2010. Este é o prazo limite. Entretanto, continuaremos a pressionar no sentido da inclusão e defesa dos interesses da União Europeia em domínios como o comércio e serviços, bem como a protecção das indicações de origem geográfica.

Para além de Doha, a Conferência Ministerial tratou algumas questões importantes para os membros da OMC. Entre as nossas prioridades figuram a necessidade de fortalecer o papel da OMC no âmbito da monitorização e análise do protecçãoismo, as adesões à OMC, ou seja, por exemplo, a adesão dos países menos desenvolvidos, que cremos firmemente dever ser defendida, o número cada vez maior de acordos regionais de comércio livre, os quais devem complementar o sistema de comércio multilateral, e, por fim, a contribuição da política comercial para o combate às alterações climáticas. Sobre muitas destas questões, os membros da OMC concordaram que a organização pode e deve desempenhar um papel. Espero, assim, que progrida o trabalho que está a ser desenvolvido nestas áreas.

Quanto à última pergunta, é evidente que manteremos o Parlamento plenamente informado sobre a evolução da situação e em particular sobre a Ronda de Doha. O Tratado de Lisboa representa aliás uma excelente oportunidade de desenvolvermos a nossa colaboração com o Parlamento, o que será uma prioridade chave da política comercial da Comissão nos anos vindouros.

**Georgios Papastamkos**, em nome do Grupo PPE. – (EL) Senhor Presidente, somos a favor do sistema de comércio multilateral e apoiamos a Organização Mundial do Comércio enquanto guardião de um regime de comércio regulamentado e de um sistema que garante uma gestão mais eficiente da globalização bem como uma distribuição mais justa dos seus benefícios.

Foi precisamente o acervo da OMC que, na presente crise económica, contribuiu em grande medida para impedir os seus membros de recorrer a medidas comerciais restritivas e lhes facultou ao mesmo tempo suficiente margem de manobra no âmbito da recuperação económica.

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) é a favor da Agenda de Doha para o Desenvolvimento enquanto base de um resultado integrado, ambicioso e equilibrado das negociações. Exortamos a Comissão a manter uma posição negocial firme com o objectivo de reforçar efectivamente o acesso de bens e serviços europeus aos mercados das economias desenvolvidas e das economias emergentes.

No que respeita à agricultura, insto a Comissão – e gostaria que a Senhora Comissária Boel registasse este apelo – a respeitar escrupulosamente o mandato de negociação recebido do Conselho, que também condiciona a sua posição negocial à obtenção de concessões idênticas da parte dos nossos parceiros comerciais. Sublinharia a necessidade de ser defendida com firmeza a nossa posição sobre as indicações de origem geográfica.

O resultado da Agenda de Doha para o Desenvolvimento deve salvaguardar uma mais efectiva integração dos países em desenvolvimento, em particular dos países menos desenvolvidos, no sistema de comércio global.

Por último, apelamos a um reforço da colaboração entre a Organização Mundial do Comércio e outras organizações internacionais, por forma a salvaguardar a coesão e o apoio mútuo entre as vertentes comercial e não comercial, designadamente nas áreas da sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e dignidade das condições de trabalho.

**Harlem Désir**, em nome do Grupo S&D. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, as negociações de Doha foram lançadas em 2001 com o objectivo de corrigir os desequilíbrios - as injustiças, na verdade - do sistema de comércio internacional que foi introduzido na sequência da Ronda do Uruguai, quando a OMC foi criada.

Foi assim reconhecido que a Ronda do Uruguai não cumprira todas as promessas feitas em relação aos países em desenvolvimento e que as regras do comércio não eram justas para os países do Sul, em especial no domínio da agricultura, uma vez que permitem que os países ricos protejam os seus mercados e continuem, simultaneamente, a subvencionar a sua produção, incluindo a que se destina à exportação, arruinando desse modo muitos agricultores do Sul. O algodão tornou-se o símbolo desta situação.

Ao abrirem a "ronda para o desenvolvimento", os membros da OMC comprometeram-se a alterar as regras comerciais multilaterais no sentido de assegurar que o comércio beneficia efectivamente o desenvolvimento económico e social em todos os países, em todos os continentes.

Por conseguinte, devíamos ter sempre presente que este ciclo de negociações não é um ciclo como outro qualquer, e que apesar de, como acontece em todas as negociações, todas as partes esperarem progressos nas áreas que são do seu interesse – os produtos industriais e os serviços, no caso dos países industrializados –, foi acordado, desde o início, que este ciclo de negociações visava, em primeiro lugar e acima de tudo, restabelecer o equilíbrio em prol dos países em desenvolvimento.

Hoje, após a Sétima Conferência Ministerial, assim como antes dela, as negociações encalharam essencialmente nas encostas de Capitol Hill, em Washington, tal como no passado tinham encalhado nas areias de Cancun, e nessa altura devido, em larga medida, às exigências da União Europeia.

Ao fazerem demasiadas exigências durante as negociações, os países industrializados comprometeram o resultado final do ciclo de negociações e inclusivamente a credibilidade da própria OMC. Todos se concentram exclusivamente nos seus objectivos pessoais, ao invés de se concentrarem no objectivo global que é criar um quadro comercial multilateral, baseado em regras mais justas, para encorajar um comércio mais justo, e que promova também o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

A primeira consequência deste impasse é a multiplicação dos acordos comerciais bilaterais, que em muitos casos são ainda mais desfavoráveis para os países do Sul. Isto representa um retrocesso.

A União Europeia deve, pois, adoptar uma posição clara. A prioridade é concluir este ciclo como um ciclo para o desenvolvimento e não para procurar aniquilar a concorrência no que se refere aos produtos industriais e aos serviços. Estas negociações não podem ser abordadas de uma forma convencional e tacanha, onde cada um procura apenas assegurar os seus próprios interesses.

Isso conduz a um impasse e faz com que se perca de vista o essencial: a necessidade de criar uma nova forma de regular o sistema de comércio internacional que fará parte na nova governação global a que todos apelaram, principalmente depois do G20, para enfrentar os verdadeiros desafios de hoje, que são o desenvolvimento equitativo de todos os continentes, a erradicação da pobreza, a segurança alimentar, o respeito dos direitos sociais e do trabalho digno, e a luta contra as alterações climáticas.

Durante estas negociações, a União Europeia tem de mostrar o que está a fazer para assegurar que as regras comerciais contribuem para melhorar esta situação no futuro. É com base nessa premissa que importa considerar cada um dos seguintes pontos da discussão:

- em matéria de agricultura: respeitar os compromissos assumidos em Julho de 2008; concluir as negociações sobre os procedimentos; garantir, em particular, o tratamento especial e diferenciado, o respeito pelos produtos especiais, e os mecanismos de salvaguarda; desenvolver as ajudas agrícolas de acordo com os princípios da agricultura sustentável e da segurança alimentar;

- relativamente aos produtos NAMA: solicitar aos países em desenvolvimento reduções tarifárias – e vou terminar aqui – que sejam compatíveis com o seu nível de desenvolvimento;

e

- no que se refere aos serviços, proteger o direito de cada país de continuar a regular os seus próprios serviços públicos.

**Michael Theurer**, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, há duas semanas, realizou-se em Genebra a Sétima Sessão da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio. Enquanto representante da delegação do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, tive oportunidade de participar na conferência e de, enquanto co-autor, contribuir para a presente proposta de resolução comum.

São quatro as lições que podemos e devemos retirar destas experiências. A crise económica e financeira também provocou uma redução drástica do comércio mundial. A rápida conclusão das negociações no âmbito da Ronda de Doha afigura-se deste modo crucial para imprimir um novo dinamismo à economia mundial.

A revitalização do comércio mundial, livre e justo, é algo que Doha pode, e efectivamente deve, alcançar. A União Europeia tem envidado grandes esforços para ir ao encontro dos seus parceiros, em particular dos países em desenvolvimento. Comprometemo-nos, por exemplo, a eliminar todos os subsídios à exportação de produtos agrícolas.

Agora urge concluir as negociações. Para isto acontecer, precisamos de um sinal de vontade política. No Grupo ALDE, estamos determinados a alcançar uma conclusão de Doha, de imediato! É assim essencial unirmos esforços para conduzir a Ronda a uma conclusão. A União Europeia pode e deve desempenhar um papel de liderança neste contexto. Deveríamos igualmente assumir um papel de mediação, no sentido, nomeadamente, de aproximar os Estados Unidos das economias emergentes e das economias dos países em desenvolvimento, nos termos do apelo que consta da nossa resolução comum.

Devemos igualmente despertar a consciência da opinião pública para a urgência de uma solução. Precisamos de um maior apoio por parte dos cidadãos. Devemos chamar a atenção da opinião pública para as vantagens do comércio global e para os benefícios que o comércio livre e justo a nível mundial representam para todos nós.

Não vislumbro qualquer alternativa a Doha. A alternativa seria uma corrida aos acordos bilaterais, o que colocaria em risco o acesso dos países mais desfavorecidos, assim como a inclusão dos objectivos ambientais e de direitos humanos. Isto não deve acontecer. Torna-se assim imprescindível concluir a Ronda de Doha de imediato.

**Martin Häusling**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Ronda de Doha arrasta-se há oito anos e o facto é que, à partida, a grande maioria dos países em desenvolvimento nunca foi a favor desta Ronda de Doha. Os Estados Unidos e a Europa é que quiseram desde o início forçar o assentimento dos países em desenvolvimento com a utilização do conceito de "desenvolvimento". Entretanto, porém, as negociações já fracassaram por duas vezes. Apenas os grandes exportadores de produtos agrícolas, Brasil e Argentina, e talvez a Índia, têm verdadeiro interesse em que aconteça algo neste contexto. O que verificamos é que também a UE recuou, se compararmos as exigências que foi repetindo ao longo dos últimos anos com aquilo que está agora em cima da mesa para os próximos anos.

No entanto, importa considerar objectivamente os resultados obtidos ao longo dos últimos anos, para além destas duas décadas de liberalização. A política de liberalização levada a cabo é parcialmente responsável pela crise económica e financeira que estamos a atravessar. Não é possível continuar a agir da mesma forma, já para não falar das consequências para o clima se tudo continuar na mesma sem uma regulamentação adequada.

Já tivemos uma conferência em Genebra, na qual, em plena crise, todos defenderam que tudo continue como dantes e se aguarde simplesmente o fim da crise para depois prosseguir como habitualmente. Ouvimos constantemente dizer que a Ronda de Doha dará um novo impulso à retoma da economia. No entanto, todos os indicadores desmentem tais afirmações e, além disso, os prazos e períodos de implementação serão demasiado longos. Também é constantemente repetida a promessa de que os países em desenvolvimento também virão a beneficiar da retoma. No entanto, avaliando objectivamente a situação, devemos reconhecer que não existem perspectivas de recuperação para a maioria dos países em desenvolvimento, bem pelo contrário, para a maioria dos países em desenvolvimento as consequências serão negativas. Não podemos assim recomendar a muitos dos países em desenvolvimento que cooperem connosco no meio da crise.

Embora nem os membros da Organização Mundial do Comércio nem nenhum dos grandes grupos políticos do Parlamento Europeu se atrevam a dizê-lo, nós, Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia temos a coragem de o dizer: apelamos ao fim da Ronda de Doha, que se encontra há anos num beco sem saída e é completamente ineficaz neste momento. Somos de opinião que a OMC deve ser reformada e que na sua configuração actual é incapaz de contribuir para solucionar a crise mundial. De futuro, precisamos de um comércio justo e não meramente de um comércio livre, em teoria.

Olhando para o sector agrícola sector nos últimos vinte anos, importa perguntar que resultados produziu esta permanente liberalização. Nos países industrializados conduziu a um enorme esforço de simplificação e de industrialização dos processos de produção, que para os países em desenvolvimento nada mais significou do que uma desestabilização dos mercados. Em vez de privilegiar o princípio da soberania alimentar nas discussões, demos prioridade absoluta ao princípio da liberdade total de comércio. Por este motivo, a resolução dos Verdes apela para o fim do investimento político na fracassada Ronda de Doha. Defendemos uma revisão total do processo.

**Jan Zahradil**, em nome do Grupo ECR. – (CS) Senhor Presidente, Senhora Comissária, encontramos-nos, de facto, num período de recessão económica, ou de crise, o que é desagradável; mas estas crises acontecem, constituem um fenómeno cíclico da economia de mercado e não devem ser usadas como pretexto para a introdução de uma regulamentação excessiva na economia, pois tal regulamentação perduraria para além

da crise e também prejudicaria o comércio internacional. A União Europeia deve evitar, por este motivo, cair na tentação do proteccionismo nas relações comerciais, pois isso iria prejudicar-nos, a nós e especialmente àqueles que desejamos ajudar, ou seja os países menos desenvolvidos, cuja integração plena no comércio mundial devemos promover.

Em nome do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, gostaria de aplaudir a abordagem do Grupo do Partido Popular Europeu e do Grupo ALDE, que redigiram em conjunto connosco uma proposta de resolução equilibrada sobre a agenda de Doha para o desenvolvimento, na sequência da sétima conferência da Organização Mundial do Comércio. O progresso no comércio internacional deve servir esta agenda para o desenvolvimento e se os Estados Unidos têm problemas com isso, então a UE deve assumir um papel de liderança no êxito da conclusão da Ronda de Doha, bem como na mediação da plena participação dos países menos desenvolvidos no comércio mundial.

A integração europeia começou pela liberdade do comércio. A UE ou Comunidade Europeia começou por ser uma zona de comércio e a Comissão Europeia – tanto na sua configuração actual como nas suas futuras configurações – tem consciência, segundo espero, do historial da integração europeia e honrará esse historial. Devemos continuar a mediar a plena participação destes países menos desenvolvidos no comércio mundial e também a assinatura de novos acordos bilaterais e regionais de comércio livre, em complemento do quadro multilateral.

**Helmut Scholz**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, as questões suscitadas pelo presidente da comissão parlamentar neste debate reflectem circunstâncias globais. O balanço da nossa ordem económica global é catastrófico. Vivem em situação de pobreza extrema dois mil milhões de pessoas. As alterações climáticas já provocaram mais de 40 milhões de deslocados e a proliferação global da especulação financeira conduziu à mais grave crise económica dos últimos 80 anos.

Senhor Deputado Zahradil, temos hoje o dever histórico de criar uma regulação inteiramente nova da economia mundial, norteada pelos princípios da sustentabilidade, protecção ambiental, justiça social e segurança alimentar. Olhando para Genebra, apenas posso dizer que a conferência da Organização Mundial do Comércio não cumpriu este objectivo. Apesar de todas as garantias, a conferência de Estados foi uma oportunidade perdida.

Os mediadores de Doha continuam obviamente a trabalhar ao abrigo de um mandato de negociação totalmente desactualizado e - creio que devemos ser muito sinceros quanto a este ponto - falhado. Na opinião do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, é urgente que as coisas mudem, porque o fracasso de Genebra e de Roma e as complexas negociações que decorrem em Copenhaga neste momento estão directamente relacionadas.

Insto assim a Comissão a trabalhar directamente com o Parlamento Europeu na formulação de um mandato de negociação revisto, com o objectivo de desenvolver e transformar a OMC. O novo mandato deve ter em consideração a influência da arquitectura do comércio global na criação das crises mundiais, e potencialmente também na sua prevenção, e contemplar ao mesmo tempo a necessária revisão da regulamentação das relações comerciais.

**Bastiaan Belder**, em nome do Grupo EFD. – (NL) Senhor Presidente, o impasse na Ronda de Doha ensombrou inevitavelmente a Cimeira da OMC no início deste mês. Num momento de crise económica, com perspectivas igualmente sombrias relativamente a 2010, o êxito da conclusão da Ronda de Doha é uma prioridade política absoluta. As previsões que apontam para um aumento substancial das receitas comerciais e da prosperidade alimentam a esperança que tenho de ver cumpridos os compromissos de Genebra no sentido de fazer de 2010 um ano de viragem para a Ronda de Doha.

Enquanto cidadão neerlandês, tenho curiosidade em ouvir a opinião da Senhora Comissária sobre duas propostas apresentadas pelo meu governo na Cimeira da OMC. Como encara a Senhora Comissária a formação de um "pelotão verde" no seio da OMC, constituído por países que pretendem eliminar barreiras pautais para produtos sustentáveis com vista a promover a sua utilização? E ainda, Senhora Comissária, concorda com a opinião do representante dos Países Baixos de que o crescimento do sistema de negociação da OMC não acompanhou a globalização? Está disposta a trabalhar no sentido de resolver este problema?

**Marine Le Pen (NI)**. – (FR) Senhor Presidente, apesar do manifesto fracasso da liberalização do comércio ao longo dos últimos trinta anos, que conduziu à completa desindustrialização dos países desenvolvidos e ao empobrecimento dos países subdesenvolvidos, a despeito da crise financeira e bancária, e agora também da crise da dívida dos Estados-Membros, que todos os economistas independentes concordam ter sido

originada pela globalização financeira e económica, o Director-Geral da OMC, Sr. Pascal Lamy, continua a querer acelerar a liberalização total do comércio mundial.

Todos os dados estatísticos que temos ao nosso dispor demonstram que a globalização conduziu ao desemprego em massa e a cortes salariais, uma situação que só terminará quando os salários europeus forem ajustados aos salários chineses ou indianos.

Será este o modelo de desenvolvimento económico que a Europa deve propor aos europeus?

Existe outro modelo: a protecção legítima das economias europeias face à concorrência desleal dos países de baixos custos salariais. Este proteccionismo deve ser aliado à criação de um novo sistema monetário internacional que garanta o comércio justo. É inaceitável, porque é ilógico, separar as negociações comerciais das negociações monetárias.

O Sr. Pascal Lamy e todos os defensores do livre comércio incontrolado não defendem o bem comum, mas sim os interesses das instituições financeiras e comerciais que lhes pagam. Se as instituições europeias prosseguirem por esta via, a crise de legitimidade que hoje afecta a OMC e o FMI irá inevitavelmente afectá-las amanhã.

Se o seu objectivo for este – destruir a indústria e a agricultura europeias e transformar o nosso continente numa zona económica subdesenvolvida – façam então o que vos diz o Sr. Pascal Lamy.

Se, pelo contrário, quiserem salvar a Europa, desloquem o Sr. Lamy, como Maurice Allais, o vencedor do Prémio Nobel da Economia, pede insistentemente. Essa é a única deslocalização com que a Europa poderia regozijar-se.

**Béla Glattfelder (PPE).** – (HU) O défice da balança comercial da União Europeia aumentou de forma alarmante três vezes e meia nos últimos cinco anos. É insustentável um aumento do défice comercial desta dimensão. As trocas comerciais entre a UE e a China são responsáveis por metade deste aumento. Embora tenham diminuído significativamente em resultado da crise económica global, metade do défice remanescente e, na verdade, todo o défice comercial registado no primeiro semestre de 2009 é equivalente ao nosso défice comercial actual com a China.

Recentemente, li um livro de um autor americano que descreve o seguinte cenário. O peixe capturado nas costas europeias é congelado e depois enviado para a China de barco. Aí, é descongelado, cortado em filetes, congelado de novo e enviado de volta para a Europa. Isto acontece, porque os salários são tão mais baixos na China, que compensam o enorme consumo de energia necessário para congelar, transportar, congelar e enviar de volta o peixe para a Europa. Cada posto de trabalho perdido na Europa é responsável por um aumento nas emissões de CO<sub>2</sub> de muitas centenas de quilos.

O actual sistema comercial estimula o aumento das emissões de CO<sub>2</sub>. O aumento do desemprego europeu significa maiores emissões de CO<sub>2</sub>. Desde a assinatura do Protocolo de Quioto, a China triplicou as suas emissões de CO<sub>2</sub>, porque não existem quaisquer sanções associadas. As novas regras da OMC só serão aceitáveis, se integrarem também aspectos relacionados com a protecção do clima. Se queremos que essas regras previnam o aumento das emissões de CO<sub>2</sub>, em vez de o estimularem, é necessário estabelecer sanções.

**Kader Arif (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o objectivo da Ronda de Doha era claro. Devia tratar-se de uma ronda destinada a promover o desenvolvimento, uma ronda que permitisse aos países em desenvolvimento corrigir os desequilíbrios gerados pelas políticas liberais até hoje aplicadas no quadro do tristemente célebre Consenso de Washington.

Não é surpreendente – o que eu lamento – que durante este período de crise as tomadas de posição a favor de um comércio justo estejam a recuar. Face aos Estados Unidos, que não se irão mexer enquanto a reforma do sistema de saúde não estiver garantida, e no contexto da crescente oposição dos sindicatos e dos principais lóbis industriais, a Europa não consegue mudar as fronteiras, sendo por isso pouco provável que a consecução de um acordo esteja para breve.

A maioria deste Parlamento tira, pois, partido dessa circunstância retomar a sua ideologia, a ideologia do comércio agressivo que se baseia exclusivamente em conseguir um maior acesso ao mercado. Imputem as culpas à crise. Ao agir dessa forma, ao perseguirem, acima de tudo, a abertura dos mercados e a supressão de todas as barreiras ao comércio, os elementos da ala esquerda estão, além disso, a esquecer-se por completo de que é do nosso interesse termos parceiros comerciais fortes que estejam plenamente integrados no sistema

de comércio mundial. A realidade é que nenhum país em desenvolvimento poderia sair reforçado com um acordo dessa natureza.

Em conjunto com o senhor deputado Désir, relator do nosso grupo sobre esta resolução, apresentámos um conjunto de alterações ao texto de compromisso comum produzido pelos partidos políticos europeus de direita. Evidente que eu gostaria de ver aprovada a resolução do meu próprio grupo, mas tal não acontecerá.

Essa a razão pela qual as nossas alterações suscitam diversas questões. Em primeiro lugar, é imperioso que os serviços públicos fiquem fora do âmbito das negociações, uma vez que se prendem com as necessidades fundamentais dos cidadãos e não podem ser deixados nas mãos dos mercados.

Seguidamente, os produtos que são sensíveis para os países em desenvolvimento, especialmente no domínio agrícola, devem ser objecto de um tratamento especial. A crise alimentar foi simplesmente varrida da nossa mente pela chegada da crise financeira e económica. Não esqueçamos que a soberania alimentar deveria ser a nossa prioridade absoluta, o primeiro dos Objectivos de Desenvolvimento de Milénio.

Por último, consideramos que o espaço de intervenção pública dos países em desenvolvimento deve ser preservado, não apenas excluindo qualquer liberalização dos contratos públicos, mas também protegendo as novas indústrias.

Os pontos que acabei de enunciar - que não são uma lista exaustiva - representam o mínimo absoluto que é necessário para assegurar que a Ronda de Doha promove, de facto, o desenvolvimento. Se não figurarem no texto final, exortarei o meu grupo a votar contra.

(Aplausos)

**Niccolò Rinaldi (ALDE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, gostaria de recordar que, há uns meses, à margem de uma reunião do comité director da Organização Mundial do Comércio, de que faço parte, um colega da Namíbia manifestou a sua decepção pelo facto de os preços de alguns produtos agrícolas europeus e não-europeus na Namíbia serem mais baixos em comparação com os produtos locais. Essa é uma das muitas distorções do mercado para as quais Doha deve encontrar uma solução.

Sobre esta matéria, nós, Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, apresentámos uma alteração que pede – não só à Europa, naturalmente, dirigimo-nos também muito aos Estados Unidos, como a Senhora Comissária bem sabe – que todas as formas de subsídios à exportação sejam completamente abolidas com brevidade.

Em segundo lugar, relativamente à questão dos serviços, entre as muitas coisas que há a dizer, gostaria de lembrar que importa fazer uma clara distinção entre serviços e serviços públicos. É necessário lutar e enviar esforços no contexto de Doha a fim de se conseguir uma liberalização dos serviços, o que muitas vezes significa lutar contra verdadeiras oligarquias nacionais que sufocam o desenvolvimento das economias locais. Essas oligarquias nacionais existem no sector das comunicações, no sector bancário, no sector dos seguros e noutros sectores. Devemos tentar realmente estabelecer uma distinção em relação a tudo aquilo que diz respeito aos serviços públicos que, naturalmente, devem ser da responsabilidade do Estado nacional.

Em terceiro lugar, uma questão que ainda não foi levantada: estamos agora na fase do Tratado de Lisboa e por isso dirijo-me neste momento à Comissão, tal como faz também a nossa resolução de compromisso, para que se proceda a uma revisão do acordo interinstitucional.

Devemos chegar a um *modus vivendi* completamente inovador nas relações entre o Parlamento e a Comissão, a fim de que o Parlamento possa estar perfeitamente ao corrente de todas as negociações e das várias fases das negociações, para que o Parlamento possa adoptar recomendações no decorrer das negociações e para que esse mesmo Parlamento possa desempenhar um papel pleno e responsável, como acontece, de resto, noutras negociações diferentes, embora com algumas analogias, com os países em vias de adesão à UE.

**Jacky Hénin (GUE/NGL).** – (FR) Senhor Presidente, no dia 5 de Dezembro, Maurice Allais, o economista galardoado com o Prémio Nobel, afirmou que a verdadeira causa da crise residia na Organização Mundial do Comércio, que era urgentemente necessário introduzir reformas, sendo a sua análise que o actual desemprego em larga escala ficava a dever-se à liberalização total do comércio - uma liberalização que só beneficia os ricos.

Surdos ao sofrimento dos povos, a OMC, o G20 e a Comissão continuam - com o objectivo único de agradar à finança internacional e às grandes multinacionais capitalistas - obstinadamente apostados em concluir a Ronda de Doha, seja a que preço for, e em declarar uma guerra absurda ao protecçãoismo. Para tal, não hesitam em falsificar a história da economia, imputando ao protecçãoismo a responsabilidade pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial. Levam a ignomínia e o cinismo ao ponto de afirmarem que o fazem em benefício dos países mais pobres.

Como Maurice Allais e outros economistas lúcidos demonstram, a total liberalização do comércio conduz a uma concorrência de todos contra todos, assim como às deslocalizações, o que dá azo à austeridade salarial, ao desemprego em massa, e consequentemente à crise das nossas economias. Se não reagirmos, o livre comércio generalizado acabará por arruinar a nossa civilização muito mais depressa do que o aquecimento global.

É urgente e indispensável que enveredemos pela via de um protecçãoismo moderado, um protecçãoismo que seja razoável, socialmente justo e equitativo, uma protecçãoismo que represente uma cooperação mutuamente vantajosa para os diferentes povos e continentes.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente, precisamos de uma revolução na democracia. Recordo-me muito claramente que os debates a que hoje estamos a assistir tiveram início há dez anos nesta Assembleia. Gostaria de apelar à Senhora Comissária para que tenha particularmente em conta aquilo que o senhor deputado Désir afirmou, mas também aquilo que o Grupo dos Verdes / Aliança Livre Europeia e alguns dos senhores deputados da esquerda disseram.

Não lhe parece que, com a abordagem que a União Europeia assumiu nas negociações, nós não conseguimos, enquanto mediadores honestos, ultrapassar o desequilíbrio em relação àquilo a que estamos actualmente a assistir em Copenhaga e que, na realidade, precisamos de uma nova abordagem? Em muito daquilo que os países em desenvolvimento estão a fazer hoje, eles deixaram de ser países em desenvolvimento. São economias emergentes, países industrializados e muito seguros de si. Se nós, na Europa, não ousarmos começar de novo com exigências justas, vamos acabar exactamente onde não queremos estar, ou seja, com protecçãoismo e com uma repetição de 1933 e dos anos que se lhe seguiram na Europa.

**George Sabin Cutaş (S&D).** – (RO) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, não quero entrar em discussão com alguns dos meus colegas que tomaram a palavra antes de mim, mas julgo que o papel da Organização Mundial do Comércio se tornou ainda mais importante, numa altura em que as complexidades que afectam actualmente o ambiente económico exigem uma instituição multilateral que fiscalize as práticas comerciais.

Com a Agenda de Desenvolvimento de Doha, a Organização Mundial do Comércio vai continuar a melhorar as condições de comércio e investimento a nível global, através da aplicação de regras mais claras. Dado o importante papel desempenhado pela Agenda de Desenvolvimento de Doha no crescimento económico e na redução do desemprego e da pobreza, julgo que as negociações devem ser concluídas durante 2010 e o critério do desenvolvimento deve continuar a ser o seu pilar central. A Agenda poderá então constituir um enquadramento sólido na coordenação das actividades de numerosos agentes económicos, ajudando-nos a sair da recessão e a iniciar a recuperação económica.

Finalmente, gostaria de recomendar que a Comissão Europeia apresente ao Parlamento Europeu actualizações regulares sobre o andamento das negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

**Paul Rübig (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, gostaria de agradecer à Senhora Comissária, em particular, por ter colocado muito claramente na mesa das negociações em Genebra as ideias da União Europeia, porque, para nós, a Ronda de Doha tem sobretudo a ver com o estabelecimento de um novo enquadramento para a economia global, que está a atravessar esta crise.

Não me parece que seja particularmente fácil 153 Estados chegarem a acordo sobre uma solução comum, mas para as pequenas e médias empresas, em particular – e são elas a espinha dorsal da economia europeia – a facilitação do comércio é, naturalmente, um dos pontos mais importantes que temos de fazer valer, se queremos permitir um crescimento económico mundial de 2-3%, no futuro, que garanta igualmente o emprego, não só aqui na Europa, mas também nos muitos países pobres deste mundo.

Assim, é também importante para nós protegermos os produtos que produzimos, particularmente no sector agrícola através das denominações de origem, de forma que o valor acrescentado possa também ser devidamente explorado a nível local.



**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de anunciar um facto alarmante e de propor aquele que poderia constituir um remédio para o mesmo.

Em primeiro lugar, o facto alarmante que descobri é que a OMC está em vias de passar lamentavelmente ao lado do objectivo para o qual foi concebida e instituída, nomeadamente o de reduzir a pobreza – nos países mais pobres –, como aqui foi salientado em diversas ocasiões. Agora, nos dias de hoje, mil milhões de seres humanos sofrem de malnutrição, 700 milhões dos quais são, paradoxalmente, agricultores.

O remédio, do ponto de vista agrícola, é que nós temos, sem dúvida alguma, de pôr fim à monocultura destinada à exportação, sobretudo no continente africano, e de dar prioridade à agricultura de subsistência nesses países, ao invés de darmos primazia ao comércio internacional.

Ou continuamos pelo mesmo rumo e o continente africano continuará a afundar-se, ou mudamos radicalmente de rumo e poderemos começar a respirar, especialmente em África, e – repito – isso será através da agricultura de subsistência, que deve ter prioridade sobre o comércio internacional.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL).** – É tempo de alterar as prioridades no comércio internacional e de recusar o livre comércio pelo contributo negativo que deu para a crise financeira, económica, alimentar e social que se vive com o aumento do desemprego e da pobreza, servindo apenas os interesses dos países mais ricos e dos grupos económicos e financeiros.

É preciso que haja uma profunda alteração das negociações para dar prioridade ao desenvolvimento e ao progresso social, à criação de emprego com direitos, ao combate à fome e à miséria, o que implica acabar com os paraísos fiscais, apostar na soberania e segurança alimentares, apoiar serviços públicos de qualidade e respeitar o direito dos governos de preservar a sua economia e os serviços públicos, designadamente nas áreas da saúde, da educação, da água, da cultura, das comunicações e da energia.

**Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, gostaria de me referir àquilo que um dos senhores deputados disse – que a União Europeia deve ser o mediador honesto nestas negociações. Eu não discordo, mas eu não quero que a União Europeia seja o único banqueiro nesta Ronda.

Há um reconhecimento geral de que a União Europeia tem desempenhado um papel essencial para impedir que este comboio descarrile. A razão para isso é que, nas rondas anteriores, estivemos muito vulneráveis devido ao nosso sector agrícola e isso não aconteceu nestas negociações. Colocámos na mesa uma oferta forte e isso significou estarmos agora numa situação muito favorável.

No entanto, devo dizer igualmente – e não só o digo aqui, mas também o disse noutras circunstâncias, inclusive no âmbito das negociações em Genebra – que a União Europeia não vai fazer mais quaisquer concessões em termos de agricultura. Fomos até ao limite máximo do que podemos fazer e isso foi efectivamente reconhecido.

A Ronda de Desenvolvimento de Doha deveria certamente ter sido uma ronda de desenvolvimento. Eu julgo que o texto da negociação que temos hoje sobre a mesa mostra que, se concluirmos esta ronda, isso contribuirá de facto para o desenvolvimento. Por exemplo, as obrigações de abertura de mercado para os países em desenvolvimento não serão as mesmas que para os países desenvolvidos, e os países mais pobres – os países menos desenvolvidos – não terão sequer de abrir os seus mercados. A União Europeia apoiou esta abordagem flexível.

Actualmente, a União Europeia é o único bloco de países industrializados que abriu completamente os seus mercados aos países menos desenvolvidos, com acesso isento de direitos e de contingentes pautais em todas as áreas. Nenhum outro país industrializado fez tanto quanto nós, mas, se conseguirmos concluir esta ronda, esses blocos serão forçados a fazer o mesmo que nós fizemos.

No que se refere à questão de saber se o acordo é suficientemente bom, eu julgo que conseguir um consenso entre mais de 150 países diferentes, com abordagens completamente diferentes, querará provavelmente dizer que nunca se vai conseguir tudo. No entanto, parece-me que as ofertas que a União Europeia colocou sobre a mesa são fortes e resultarão, certamente, em benefícios para o comércio mundial.

Finalmente, quero apenas reiterar a disponibilidade e a abertura da Comissão no que se refere ao novo papel que o Parlamento irá desempenhar no futuro, em termos de cooperação e transparência no âmbito do debate que certamente manteremos em matéria de trocas comerciais.

**President.** – Está encerrado o debate.

*Declarações escritas (Artigo 149º)*

**Filip Kaczmarek (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Senhoras e Senhores, o comércio pode ser a base para um desenvolvimento duradouro e justo. Não conseguiremos eliminar a pobreza e a fome do mundo sem a ajuda do mercado. Aqueles que pensam de forma diferente condenam os pobres ao recurso perpétuo à ajuda, a uma dependência permanente e à incerteza perpétua quanto ao futuro. Só construindo uma verdadeira economia de mercado conseguiremos arrancar os países pobres e as suas populações à armadilha da actual dependência. A globalização pode ser uma bênção e não uma maldição. A suspensão das negociações da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio prejudicou, acima de tudo, os países em desenvolvimento. Isto é tanto mais preocupante quanto é certo que aconteceu numa altura de crise alimentar, energética e económica. Temos de fazer todo o possível para restaurar a confiança no sistema multilateral de comércio. Se não encontrarmos uma solução para este problema, os pobres, os excluídos e os ameaçados serão deixados como estão. Muito obrigado.

**Tokia Saïfi (PPE)**, *por escrito*. – (FR) A conclusão da Ronda de Doha continua a ser um problema, e a Sétima Conferência Ministerial, realizada em Genebra no início do mês Dezembro, não criou as condições que permitiriam reforçar o quadro multilateral. Contudo, a actividade da OMC é fundamental para a retoma da economia mundial. O mundo pós-crise, que será um mundo de interdependências, terá assim de se defender do nacionalismo económico e do protecçãoismo excessivo, concentrando-se na regulação e na preservação de um ambiente de comércio justo. O objectivo que, mais do que nunca, devemos ter presente é a conclusão ambiciosa e equilibrada da Ronda de Doha. Graças às suas construtivas propostas sobre a componente agrícola (múltiplas concessões e reforma profunda da PAC), é legítimo considerar que a União Europeia deu um contributo decisivo que a coloca mais perto de um acordo. Assim, estas numerosas concessões têm agora de reflectir-se nos progressos a realizar no âmbito dos NAMA e dos serviços. A OMC é um órgão internacional que pode contribuir para combater as desigualdades e para reforçar as capacidades comerciais dos países em desenvolvimento. No entanto, ela tem de poder ser reformada e de ter em linha de conta as interacções entre o comércio e o desenvolvimento sustentável.

## **17. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: SE/Volvo - AT/Steiermark - NL/Heijmans (debate)**

**President**. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0079/2009) do senhor deputado Reimer Böge, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Suécia – Volvo; Áustria – Steiermark; Países Baixos - Heijmans (COM(2009)0602 - C7-0254/2009 - 2009/2183(BUD)).

**Reimer Böge, relator**. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos hoje, efectivamente, a debater mais uma vez uma proposta de mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Os períodos entre estes relatórios estão a ficar cada vez mais curtos. Desta vez, o relatório refere-se a candidaturas da Suécia e da Áustria relativas a despedimentos no sector automóvel e dos Países Baixos relativa a despedimentos no sector da construção civil.

Gostaria de recordar-vos, mais uma vez, que o objectivo deste fundo, com um limite máximo anual de 500 milhões de euros, é apenas o de ajudar os trabalhadores que sofrem as consequências de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial e apoiá-los exclusivamente através de educação e formação complementares e da oportunidade de conseguirem de novo trabalho adequado.

Para nós, é mais uma vez importante, neste contexto, sublinhar numa nota geral que, de futuro, apenas devem ser apresentados propostas ou relatórios individuais, em vez de múltiplas candidaturas à mobilização do Fundo de Ajustamento à Globalização, como no presente caso. Esperemos que seja a última vez que tal acontece.

Gostaríamos ainda de salientar que a assistência prestada pelo Fundo de Ajustamento à Globalização não deve substituir as medidas que são da responsabilidade das empresas, por força da legislação nacional ou de acordos colectivos, ou as medidas de reestruturação de empresas ou sectores. Para nós, há ainda um outro ponto passível de crítica - e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais não deixará, certamente, de o frisar -, que é o facto de as dotações de pagamento estarem a ser clara e sistematicamente transferidas do Fundo Social Europeu. No entanto, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é, em última análise, um instrumento distinto e específico, com os seus próprios objectivos e prazos.

O montante total em causa para as três candidaturas de que estamos hoje aqui a falar e sobre as quais teremos de tomar uma decisão esta semana é de 15,9 milhões de euros. Neste contexto, as candidaturas sueca e neerlandesa baseiam-se na alínea a) do artigo 2.º da base jurídica, nomeadamente, pelo menos 500 despedimentos, num período de quatro meses, numa empresa de um Estado-Membro. A candidatura austríaca baseia-se na alínea b) do artigo 2.º, nomeadamente, pelo menos 500 despedimentos, num período de nove meses, em particular em pequenas e médias empresas. Como referi, a candidatura sueca diz respeito a um total de 4 687 despedimentos no fabricante de automóveis Volvo e em 23 dos seus fornecedores e produtores a jusante. A Suécia pediu 9,8 milhões de euros do Fundo para este fim.

A candidatura austríaca refere-se a 744 despedimentos em nove empresas, dos quais 400 são alvo de intervenção por parte do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Para este efeito, a Áustria pediu 5,7 milhões de euros. A presente candidatura neerlandesa refere-se a 570 despedimentos numa empresa, a Heijmans NV, dos quais 435 são alvo de assistência com um montante total de cerca de 386 000 euros.

De acordo com a avaliação da Comissão, avaliação essa que, após uma análise aprofundada, nós também podemos apoiar, as candidaturas preenchem os critérios de elegibilidade estabelecidos. Sem querer antecipar-me aos meus colegas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, gostaria de salientar que esta comissão, como foi também acordado no âmbito deste processo, vai emitir um parecer antes da decisão da Comissão dos Orçamentos e vai também analisar os pormenores muito atentamente. Por exemplo, a comissão salientou que, no caso da Suécia, dos 4 687 despedimentos mencionados, apenas 1 500 deverão receber ajuda.

No caso da Heijmans, por exemplo, pode verificar-se que ocorreram mais 400 despedimentos, envolvendo sobretudo trabalhadores com contratos a termo, que não estão incluídos na candidatura. Neste aspecto, há sempre questões individuais que, muito justamente, têm de ser aqui colocadas, mas que, todavia, não nos devem impedir de dar luz verde, em geral, para autorizar os fundos que foram solicitados.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados ao Parlamento Europeu, gostaria de agradecer ao relator o seu apoio à proposta apresentada pela Comissão no sentido de disponibilizar recursos do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, em resposta aos despedimentos no sector automóvel, na Suécia e na Áustria, e no sector da construção civil, nos Países Baixos.

Senhor deputado Böge, o seu apoio foi acompanhado de vários comentários, em particular, dois pontos de natureza orçamental que já tive oportunidade de analisar no debate anterior e que gostaria de retomar aqui hoje.

O primeiro ponto orçamental que coloca diz respeito às fontes de financiamento. O senhor deputado diz-nos que o Fundo Social Europeu não pode ser a única fonte de financiamento. O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é, do ponto de vista orçamental, um instrumento especial que não dispõe de recursos próprios. Os recursos têm de ser transferidos antes de poderem ser disponibilizados, o que significa, em primeiro lugar, identificar rubricas orçamentais que oferecem oportunidades adequadas e, em segundo lugar, propor à autoridade orçamental que os montantes identificados desta forma sejam disponibilizados através de uma alteração orçamental. Esta actividade é realizada caso a caso, de acordo com as necessidades.

É verdade que o Fundo Social Europeu tem até agora sido a principal fonte de financiamento, o que não é um mero resultado da natureza semelhante deste fundo. Deve-se, em grande parte, ao facto de este fundo ter significativos recursos à sua disposição. Em 2009, o Fundo Social Europeu teve quase 11 mil milhões de euros em recursos disponíveis para pagamentos. Até ao final de Novembro, tinham sido utilizados 6 mil milhões de euros deste montante global. O volume total de pagamentos ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização representa 53 milhões de euros em 2009, ou seja, 0,5% dos recursos orçamentais atribuídos ao Fundo Social Europeu. Até agora, o método que escolhemos, e que foi, de um certo ponto de vista, lógico e mais fácil do que outros métodos, não atrasou nem colocou em risco o cumprimento dos objectivos do Fundo Social Europeu. No entanto, concordo que é necessário diversificar as fontes de pagamento e posso garantir-vos que a Comissão está a tratar desta questão. Por conseguinte, espero que, da próxima vez, possamos apresentar-vos diversos cenários possíveis.

O segundo ponto que levanta não diz exclusivamente respeito ao orçamento, mas antes à tomada de decisão, uma vez que o senhor deputado pede que, de futuro, a Comissão apresente as suas propostas para disponibilização de recursos do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em documentos individuais. A Comissão está consciente das vantagens desta abordagem caso a caso, que eliminaria por completo o risco de acordos ou garantias secretos, por exemplo. É verdade que o método utilizado originalmente foi uma abordagem perfeitamente normal que, em certa medida, facilitou o tratamento administrativo dos problemas,

mas, na minha opinião, os fundamentos pragmáticos e políticos são muito fortemente a favor de uma abordagem caso a caso e a Comissão irá utilizar esse método a partir de agora.

**Lambert van Nistelrooij**, em nome do Grupo PPE. – (NL) Senhor Presidente, tempos excepcionais exigem medidas de excepção. Com o seu Fundo de Ajustamento à Globalização, um instrumento *ad hoc* muito especial, a Europa passa das palavras aos actos. O despedimento colectivo de mais de 700 trabalhadores efectivos da empresa de construção civil holandesa Heijmans NV - para não falar nos números de outros países, por exemplo, da Bélgica e do Reino Unido - exige uma actuação específica. O sector da construção civil ocupa um lugar importante na região de Brabante, que é também a minha região natal, e os efeitos deste tipo de despedimento colectivo fazem-se sentir muito para além da própria região.

A actuação da Europa destina-se justamente a preservar as qualificações e as competências. A crise fez com que as pessoas estejam agora a perder o seu emprego, embora a experiência nos tenha ensinado que há uma grande falta de profissionais qualificados, especialmente na construção civil. Um centro de mobilidade, juntamente com a manutenção de competências e também, sempre que possível, de postos de trabalho é, pois, uma boa opção para a Heijmans. Os ministérios neerlandeses e também as autoridades regionais, por exemplo, as da província de Brabante do Norte, estão agora a trabalhar para acelerar investimentos muito direccionados para projectos, infra-estruturas e construção civil. Estamos, assim, a tentar mostrar às pessoas que perderam o emprego que damos um contributo activo, nomeadamente em termos financeiros.

Volto a frisar - esta semana, em particular, com o pano de fundo de Copenhaga - que precisamos com especial urgência de abastecimento de energia e de medidas energéticas nos domínios da construção civil e também dos transportes. Alterámos as regras do Parlamento noutros domínios - chamo a vossa atenção, neste contexto, para os desembolsos acelerados e os adiantamentos por parte dos fundos regionais - e, por consequência, um contributo activo do Parlamento deve ser apoiado. Uma empresa como a Heijmans, que sempre se centrou na continuidade e na qualidade, também lucraria com isso. É nesse espírito que nós damos o nosso apoio incondicional a estas três propostas, especialmente à relativa à Heijmans.

**Frédéric Daerden**, em nome do Grupo S&D. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os pedidos de mobilização deste Fundo são cada vez mais frequentes. A principal razão disso é a crise económica que o nosso continente atravessa.

A crise afecta sectores fundamentais da indústria europeia, como demonstram estes três últimos pedidos apresentados pelos sectores automóvel e da construção, que receberam uma resposta favorável.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para vos recordar que, sem a última revisão do Regulamento FEG, durante a qual a crise económica foi adicionada aos critérios de elegibilidade, muitas das candidaturas que actualmente nos chegam não poderiam, do ponto de vista jurídico, ter recebido uma resposta favorável.

Isto demonstra que, em face da crise, nesta instituição do Parlamento Europeu, quando existe boa vontade política, se disponibilizam instrumentos políticos de qualidade aos nossos concidadãos. A boa vontade política ainda funciona, pois quando leio o relatório do senhor deputado Böge constato que os pontos que são essenciais para melhorar o funcionamento do Fundo estão lá: agilização do tratamento dos pedidos de modo a responder aos problemas resultantes da crise, supressão dos pedidos conjuntos de assistência e recurso a outras fontes de financiamento que não o Fundo Social Europeu.

Relativamente a este último ponto, a melhor solução seria atribuir ao fundo dotações de pagamento de pleno direito, à semelhança de outros fundos, mas conhecemos a posição do Conselho sobre esta matéria e compreendo perfeitamente o que o Comissário disse.

Registo com satisfação a convergência de boa vontade. A este respeito, não tenho dúvidas de que a incontestável utilidade deste Fundo, aliada à vontade do Parlamento, significará que os nossos objectivos de reforçar este Fundo vão ser realizados.

**Marian Harkin**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) é uma expressão tangível de solidariedade para com os trabalhadores que perderam o emprego devido a importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial.

Enquanto deputados a este Parlamento, podemos retirar alguma satisfação do facto de podermos dar um contributo para atenuar alguns dos efeitos mais imediatos do despedimento para estes trabalhadores, dando-lhes, efectivamente, alguma esperança no futuro.

No entanto, o nosso papel não deve ser apenas o de aprovar este fundo. Temos a responsabilidade de fazer o nosso melhor para garantir, em primeiro lugar, que todos os critérios foram cumpridos, mas também de fazer o que estiver ao nosso alcance para garantir que o Fundo de Globalização produz valor acrescentado.

Uma das questões relevantes suscitadas pela Comissão do Emprego é que as medidas propostas pelos Estados-Membros complementem outras acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais e, efectivamente, precisamos de mais do que uma simples confirmação de que assim é. É preciso demonstrar que assim é, porque isso ajudará a garantir o valor acrescentado de que falei.

O valor acrescentado advirá também do facto de que o FEG não substitui as acções que são da responsabilidade das empresas, sendo pelo contrário um complemento valioso de medidas adoptadas a nível nacional.

Embora estejamos a avaliar o valor acrescentado do Fundo no âmbito do processo de revisão do quadro financeiro plurianual para 2007-2013, este deve ser, na minha opinião, um processo contínuo, e temos de estar vigilantes neste domínio.

Uma outra questão que me suscita alguma preocupação é a aplicação do princípio da igualdade entre homens e mulheres e a não discriminação no âmbito do Fundo.

Analisei brevemente a desagregação por género dos três programas alvo de assistência e eles são 91%, 72% e 79% masculinos. Analisei alguns dos outros programas que financiámos anteriormente e parece haver uma indicação de que uma percentagem muito maior do financiamento vai para trabalhadores do sexo masculino que tenham sido despedidos. Pode tratar-se de uma aberração estatística ou pode ser uma situação em que, por uma razão ou por outra, um maior número de candidaturas se destinam a trabalhadores do sexo masculino.

Finalmente, é preciso avaliar cuidadosamente todas as candidaturas, porque é fundamental que a assistência seja disponibilizada o mais rápida e eficientemente possível.

**Marije Cornelissen**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (NL) Senhor Presidente, gostaria de deixar claro desde o início que nós estamos dispostos a aprovar a utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) nestas três candidaturas. As candidaturas cumprem os critérios de elegibilidade e, por consequência, os trabalhadores despedidos têm direito ao apoio deste fundo.

No entanto, gostaria de aproveitar esta oportunidade para chamar a atenção para uma importante lacuna do FEG. Estamos actualmente a desenvolver uma visão partilhada do futuro da economia e do mercado de trabalho na Europa. Os vários grupos políticos desta Assembleia poderão não concordar inteiramente sobre a melhor forma de o fazer ou sobre até que ponto se poderá avançar nesta matéria, mas estamos de acordo sobre as grandes linhas. É necessário haver mais sustentabilidade e mais inclusão. Se queremos alcançar estes objectivos, temos de aproveitar as oportunidades agora: neste preciso momento, em que enfrentamos a crise, temos de tomar medidas que nos aproximem dessa economia sustentável.

Na minha opinião, com esta mobilização do FEG, estamos a desperdiçar algumas oportunidades. É escandaloso que o Fundo, um dos nossos instrumentos para enfrentar a crise, não aponte o caminho a seguir. Temos de ousar tomar opções efectivas. Se conseguirmos garantir que as pessoas que estão agora a perder o seu emprego em indústrias poluentes, como a indústria automóvel, recebem nova formação para trabalharem em sectores sustentáveis, tendo em vista o futuro ao invés de ficarem presas ao passado, isso tornará claro o sentido em que queremos avançar, aproximando-nos simultaneamente de uma economia inovadora, inclusiva e sustentável.

**Hynek Fajmon**, *em nome do Grupo ECR*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos hoje a analisar novos casos que envolvem a disponibilização de financiamento do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. É uma questão de saber se há dinheiro disponível para atender aos pedidos dos governos da Suécia, da Áustria e dos Países Baixos, no que se refere a despedimentos em empresas que operam nos sectores automóvel e da construção civil. No passado, aprovámos diversos contributos semelhantes. Na minha opinião, no entanto, esta é uma medida errada e a União Europeia não deve prosseguir com ela. Gostaria de apresentar dois argumentos em apoio desta posição.

Em primeiro lugar, trata-se de uma medida injusta. A globalização, ou antes a pressão da concorrência, aplica-se a quase todos os empregados e empregadores das pequenas empresas da UE. Em resultado disso, muitos postos de trabalho são perdidos e criados todos os dias na Europa. No entanto, o apoio fornecido pela União Europeia às perdas de postos de trabalho, a nível europeu, aplica-se apenas no caso de grandes empresas, em que essas perdas sejam suficientemente elevadas. As pessoas despedidas de pequenas empresas

não podem ter acesso a este tipo de apoio, que constitui, por consequência, uma medida selectiva e, em última análise, injusta.

Em segundo lugar, esta é uma questão que, na minha opinião, deveria ser resolvida a nível nacional, uma vez que há recursos, informação e políticas suficientes a esse nível.

**Miguel Portas**, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, nós votaremos o apoio aos trabalhadores despedidos na Suécia, na Áustria e na Holanda. Mas cada pedido de mobilização deste fundo aumenta a minha perplexidade quanto à sua justiça e eficácia.

Primeiro a eficácia: em 2009 o fundo apoiou 16 mil trabalhadores, uma gota de água num mar de despedimentos, e gastou 53 milhões dos 500 milhões possíveis. Depois a justiça: por que é que um operário sueco do ramo automóvel é apoiado em 6500 euros e um austríaco em 14300?

Como é que explico isto a uma operária têxtil portuguesa, cujo apoio se ficou por 524 euros, quando a sua equivalente catalã pôde receber 2000? Pior ainda, por que é que, no pedido holandês, os contratados a prazo ficaram de fora de qualquer apoio quando são os mais fragilizados? Este fundo não pode continuar a servir para ampliar as diferenças no desemprego nem para acentuar as desigualdades entre países ricos e países periféricos.

**Marta Andreasen**, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, a União Europeia criou instrumentos orçamentais para prestar apoio aos trabalhadores que estão a ser despedidos em resultado de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial, muitas das quais foram, directa ou indirectamente, influenciadas pela União Europeia.

No entanto, isto representa uma abordagem pouco estruturada. Subsidiar a formação das pessoas que perderam o emprego em certas indústrias não irá resolver a situação dessas indústrias, nem ajudará a criar uma indústria alternativa que absorva essa mão-de-obra. Trata-se de um mero desperdício do dinheiro dos contribuintes. Se a União Europeia quer realmente ajudar a Europa a sair da crise, deve investigar e trabalhar sobre as causas da crise; em vez disso, prefere ser vista como a instituição de beneficência que virá em auxílio dos pobres.

Naturalmente, esta actuação reverterá inicialmente em apoio à União Europeia por parte das pessoas afectadas. Além disso, o relatório e a proposta de resolução propostos a votação não indicam qual será o âmbito deste subsídio - ou seja, quantos sectores industriais cobrirá e quantas empresas de um determinado sector. Mais preocupante é que o relatório sublinha a necessidade de acelerar os pagamentos dos subsídios, sem nunca mencionar a necessidade de apresentar provas de que os fundos estão a chegar às pessoas certas com o objectivo certo. Pior ainda, o relatório não apela a um acompanhamento regular dos efeitos do subsídio, deixando essa análise para a avaliação geral dos programas, no âmbito do quadro financeiro plurianual para 2007-2013.

Colegas, estamos a falar de dinheiro dos contribuintes, muitos dos quais perderam também o seu emprego e não estão a receber subsídios, muitos dos quais estão a passar por graves problemas financeiros. Como podemos tratar o seu dinheiro com este desprezo? Vou rejeitar esta resolução e exorto-vos a fazerem o mesmo.

**Angelika Werthmann** (NI). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no Fundo de Ajustamento à Globalização, a União Europeia dispõe de um instrumento orçamental que fornece apoio financeiro aos trabalhadores afectados por importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial. Agora, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização está também a prestar assistência directa às pessoas afectadas no meu país. Tenho salientado em diversas ocasiões que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização não deve ser erradamente visto como uma solução de recurso para as empresas multinacionais, devendo, pelo contrário, ajudar directamente os cidadãos afectados. Por essa razão, sou a favor de mecanismos de controlo e gostaria de ter acesso a relatórios de progresso periódicos por parte da Steiermark. Este fundo é utilizado precisamente onde a sociedade mais precisa dele, ou seja, para ajudar as próprias pessoas afectadas. Trata-se de algo de positivo que a União Europeia faz pelos seus cidadãos.

**Paul Rübigen** (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, sinto-me satisfeito por estarmos aqui hoje a debater como poderemos enfrentar a crise global e o desemprego, em particular. É claro que a crise está a afectar muitas empresas inocentes que, pura e simplesmente, têm demasiado poucas encomendas e, por consequência, não têm receitas. Por consequência, também elas sofrem de falta de liquidez e com isso perdem capacidade de crédito.

Sinto-me reconhecido por nos centrarmos aqui nas pequenas e médias empresas, em particular. Julgo que o apoio transitório é particularmente importante para lhes permitir continuarem a trabalhar e poderem aproveitar todas as novas oportunidades dos mercados que possam surgir. Devemos analisar cuidadosamente os resultados deste financiamento para ver onde utilizámos as melhores práticas e onde conseguimos efectivamente ajudar a manter postos de trabalho e, acima de tudo, onde conseguimos reintegrar os trabalhadores despedidos no mercado de trabalho tão rápida e eficientemente quanto possível.

Agora, é uma questão de proporcionar ajuda rapidamente e, por conseguinte, também eu apoio a mobilização do Fundo, tão depressa quanto possível, especialmente no estado federado da Estíria, na Áustria, onde toda uma região envolvida na indústria automóvel foi afectada e onde existem muitos fornecedores a jusante que, naturalmente, são particularmente importantes para a infra-estrutura. Julgo que é positivo que estes 5,7 milhões de euros estejam a ser disponibilizados. No entanto, a este respeito, gostaria de solicitar que, para todos os casos em que tomarmos aqui hoje uma decisão positiva, seja efectuada uma análise e que o dinheiro não se limite a sair, mas que sejam também apresentadas provas de que o investimento resultou na recuperação da empresa ou de que estão a ser criadas novas empresas e que a retoma da actividade económica permitirá, no futuro, que esta região recupere o vigor que tinha até agora. Obrigado, Senhor Comissário.

**Evelyn Regner (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, a candidatura austríaca à assistência do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) refere-se a antigos trabalhadores de um total de nove fornecedores da indústria automóvel, na Estíria. Se analisarmos mais de perto este caso, percebemos imediatamente que se trata de um caso clássico para o EGF, nomeadamente a prestação de assistência à recuperação. O FEG pode proporcionar exactamente esse tipo de assistência e foi para isso que foi criado, ou seja, para prestar assistência a pessoas directamente afectadas pelos efeitos negativos da globalização e que, com a perda abrupta do seu emprego, têm de sofrer as consequências da irresponsabilidade dos especuladores do mercado financeiro.

Infelizmente, a Estíria caracteriza-se pela sua grande dependência da procura no sector automóvel, o que significa que toda a região foi duramente afectada pela actual crise do mercado e, em particular, da procura de automóveis, cujas vendas caíram 59,4%. Neste contexto, estes 5,7 milhões de euros representam um excelente investimento para a reintegração dos trabalhadores despedidos no mercado de trabalho. Por outras palavras, este investimento vai permitir que os trabalhadores participem em instituições locais de emprego, especificamente para o sector automóvel, facilitando simultaneamente a execução de medidas destinadas à preparação e à qualificação desses trabalhadores.

#### **PRESIDÊNCIA: KOCH-MEHRIN**

*Vice-Presidente*

**Milan Cabrnoch (ECR).** – (CS) Senhoras e Senhores, esta semana temos de dar o nosso parecer sobre uma proposta da Comissão Europeia de disponibilização de recursos financeiros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em três casos: Suécia, Países Baixos e Áustria. Mais uma vez, temos, infelizmente, de decidir sobre três casos não relacionados e muito diferentes.

Gostaria de salientar que o Parlamento Europeu já solicitou à Comissão numa ocasião que candidaturas individuais à disponibilização de recursos sejam apresentadas e analisadas separadamente. As candidaturas são, mais uma vez, acompanhadas por diversas ambiguidades. No caso da candidatura sueca, por exemplo, não é claro o volume de recursos que será utilizado e, no caso da candidatura austríaca, o volume de recursos solicitados por cada pessoa que perdeu o emprego é surpreendente. Enquanto em projectos anteriores foram solicitados montantes de várias centenas de euros por pessoa, a Áustria está agora a pedir 14 300 euros para cada desempregado. Não estamos convencidos de que as propostas correspondam aos objectivos para os quais o fundo de globalização foi criado e não apoiamos a disponibilização desses recursos.

**Paul Rübig (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de utilizar o cartão azul somente para rectificar um ponto. Na Áustria, o apoio não é concedido a apenas uma pessoa.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, como pode ver, esta é claramente uma questão austríaca. A Estíria, um dos nossos estados federados mais duramente atingidos, constitui uma grande preocupação para nós, com a sua percentagem acima da média de população empregada na indústria automóvel, por um lado e, naturalmente, uma percentagem muito elevada de exportação destes produtos, por outro lado. A redução mundial da procura resultou num total de 744 despedimentos, como já foi mencionado, e estamos muito satisfeitos com o facto de 400 das pessoas afectadas irem receber apoio através do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Trata-se de uma decisão muito bem-vinda.

Neste caso - e isto tem de ser esclarecido também em relação ao que disse o orador anterior -, não se trata de subsídios para uma simples reestruturação, mas sim de apoiar trabalhadores individualmente, prestando-lhes assistência em termos de custo de vida e de acções de formação complementar. A este respeito, concordo com a senhora deputada Cornelissen, que disse que esta formação complementar deve ser especialmente orientada para o futuro. Precisamos de trabalhadores mais qualificados para o futuro e a reconversão profissional no domínio das tecnologias e das energias renováveis é certamente um passo compensador que a Estíria deixará de apoiar.

**Gunnar Hökmark (PPE).** – (SV) Senhora Presidente, num debate como este, vale a pena recordar que foi a globalização que enriqueceu a Europa, que criou emprego e gerou investimento. As exportações abriram caminho para a emergência de novos negócios e de grandes empresas. As importações proporcionaram oportunidades para o aumento da qualidade de vida dos cidadãos através de produtos e serviços baratos que, no seu conjunto, resultaram em revitalização económica.

As mudanças em grande escala são uma presença constante, permitindo que surjam novas empresas, novos empregos e novas oportunidades. Estas vastas mudanças deixam a sua marca em toda a sociedade e não devemos tentar evitar que elas aconteçam. Devemos, no entanto, facilitar a transição para aqueles que são mais afectados por elas. Cada Estado-Membro tem o dever de assegurar que a transição ocorre de uma forma segura e que proporciona múltiplas oportunidades.

A União Europeia não pode proporcionar essas oportunidades a partir de um único fundo. As mudanças são demasiado grandes e significativas: considerar que isto pode ser resolvido através de um fundo de globalização, será dar um retrato pouco fiel da situação. Nós fomos contra a criação de um fundo desta natureza. No entanto, no que se refere à indústria automóvel, compreendemos que a Europa está actualmente numa situação especial, com uma infinidade de diferentes tipos de apoio a nível europeu e nacional. Corremos o risco não só da distorção resultante da atribuição de subsídios públicos a agentes individuais, mas também de esta distorção ser aumentada se as empresas e a indústria em diferentes regiões não conseguirem obter apoio equivalente. Assim sendo, vamos votar a favor desta proposta, porque já fomos tão longe no processo de atribuição de subsídios que, se este apoio não for concedido, a concorrência será distorcida. Gostaríamos, contudo, de sublinhar que não será possível prosseguir este caminho no futuro.

**Elisabeth Morin-Chartier (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, gostaria de salientar que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização que nós instituímos se destina aos trabalhadores, com o objectivo de incrementar a sua empregabilidade. Por conseguinte, é em relação a este ponto que nós temos verdadeiramente de agir em profundidade. É essa a abordagem que adoptamos na análise dos dossiês no seio do grupo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a fim de garantir que os trabalhadores possam ser integrados na vida profissional, e possam também conservar os seus empregos, pois não há integração social sem integração profissional.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar é que a indústria automóvel foi muito severamente afectada, e apelo aos fabricantes de automóveis, que estão ser rudemente abalados pela crise, para que adaptem os seus produtos tanto aos novos objectivos ambientais como às novas necessidades dos consumidores. É disso que depende o futuro do sector.

Por último, peço a todos que apoiem a Comissão dos Orçamentos na sua proposta – e agradeço também ao senhor deputado Böge pela sua proposta –, e, tal como o senhor deputado Rübig, peço também que os efeitos das nossas políticas sejam monitorados.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) No ano passado, aprovámos diversas atribuições semelhantes de verbas do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a fim de prestar apoio adicional aos trabalhadores que sofrem as consequências de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio global. A crise económica tem tido um drástico impacto sobre o comércio global.

Posso dizer-vos que, na minha região, durante o ano passado, houve cerca de 2 500 despedimentos na indústria metalúrgica e siderúrgica, aproximadamente 700 na construção naval e foi anunciado o próximo despedimento de cerca de 6 000 trabalhadores no sector dos transportes ferroviários. É por esta razão que eu julgo que é importante para nós estarmos preparados em 2010 para muitas candidaturas semelhantes, decorrentes da crise económica. O procedimento existente deve ser simples para que os Estados e os beneficiários possam ter fácil acesso a ele. A Suécia candidatou-se em Junho, a Áustria, em Julho e os Países Baixos, em Agosto, o que mostra que vários meses se passaram desde essas candidaturas. É por isso que me parece que o procedimento tem de ser simples.



**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, tendo estado aqui presente há algumas semanas, quando o Parlamento votou a favor do financiamento do Fundo de Globalização para os meus eleitores de Limerick que foram despedidos devido à deslocalização da empresa Dell para a Polónia – na Primavera, também os trabalhadores da Waterford Crystal estarão à procura de uma assistência semelhante – apoio, evidentemente, o que aqui foi proposto esta noite para a Suécia, a Áustria e os Países Baixos.

Foram mencionadas diversas anomalias e eu vou repeti-las muito sucintamente. Em primeiro lugar, julgo que a data de início deve ser analisada. Em segundo lugar, o intervalo de tempo tem de reflectir a duração do curso, e não só os dois anos em particular, como acontece agora. Em terceiro lugar, no que se refere à administração, é muito importante que não seja desperdiçada, especialmente pelas agências governamentais. Em quarto lugar - e mais importante - tanto quanto possível, a ajuda deve ser dada aos empresários. Trinta e cinco por cento das novas empresas (*start-ups*) da UE foram criadas por pessoas que ficaram desempregadas. Se forem ajudadas, as pessoas correspondem. A necessidade aguça o engenho, e eu julgo que é muito importante que nós lhes garantamos toda a assistência possível.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhora Presidente, se assumirmos que a maioria dos postos de trabalho em toda a Europa – não apenas no meu país, a Áustria – está em risco devido aos efeitos da globalização, então deveremos considerar, em particular, que os trabalhadores mais jovens – alguns dos quais ainda não estão registados como desempregados, porque acabam de concluir um curso de formação ou a sua formação académica – estão também em risco. Precisamos de ter um cuidado especial – e isto aplica-se à Áustria, principalmente – para garantir que utilizamos este tipo de medidas para apoiar os trabalhadores que precisam de ser integrados no mercado de trabalho pela primeira vez e para lhes dar a oportunidade, nomeadamente através da assistência da União Europeia, de entrarem no mercado de trabalho europeu.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, a meu ver, o debate demonstrou claramente que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização está operacional. Estamos em condições de afirmar que, até à data, o mesmo foi utilizado um razoável número de vezes, tendo sempre trazido consideráveis benefícios àqueles que dele usufruíram. Na qualidade de Comissário, procurei sempre estar a par dos resultados no terreno – o que, como é óbvio, não corresponde propriamente a uma análise, mas a simples experimentação directa – e foi com enorme satisfação que constatei quão positiva é a avaliação que se faz deste fundo, nas áreas para as quais foi mobilizado.

O debate levantou muitas questões sérias que necessitam de resposta, e que exigem uma opinião clara e realista. Em primeiro lugar, surge a ideia de que o fundo apenas pode ser utilizado no caso de grandes empresas. A experiência mostra-nos, felizmente, que o fundo pode ser activado independentemente da dimensão da empresa ou da dimensão do respectivo país de origem – e era essa a nossa intenção inicial. As regras recém-ajustadas determinam também, de uma forma muito clara, a possibilidade de utilização deste fundo por parte de trabalhadores que tenham sido despedidos de pequenas e médias empresas a laborar em áreas ou sectores afectados pela crise. Consequentemente, o fundo funciona de forma não discriminatória, não colocando ninguém em desvantagem.

Gostaria igualmente de sublinhar uma característica essencial do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a qual consiste em disponibilizar ajuda a trabalhadores individuais e não a empresas. O fundo não pode, por conseguinte, ser visto como uma máquina de suporte de vida, destinada a apoiar empresas que não têm qualquer esperança realista de funcionamento, em termos económicos. Muito pelo contrário. O fundo presta assistência a trabalhadores que foram sujeitos a despedimento, no sentido de encontrarem rapidamente novos empregos em áreas ainda carenciadas. Trata-se, portanto, de um instrumento que, em princípio, implementa e facilita a reestruturação.

Numa das intervenções anteriores, que julgo ter sido da responsabilidade da senhora deputada Marian Harkin, manifestaram-se preocupações relativamente à questão da desigualdade entre homens e mulheres. Esta desigualdade, que de facto se comprova a nível dos relatórios, apenas vem demonstrar que a crise – especialmente na sua fase inicial – afectou de forma profunda os sectores industriais predominantemente masculinos. Também hoje estamos aqui a falar da indústria automóvel e da indústria da construção civil, ou seja, de dois sectores em que a força de trabalho é predominantemente masculina. Consequentemente, em números globais, o fundo prestou maior assistência a elementos do sexo masculino. A crise introduziu alterações específicas na estrutura do mercado de trabalho e, nesse sentido, mereceu-me especial atenção a declaração proferida pelo Presidente dos Estados Unidos, segundo a qual, no final do corrente ano, a maioria dos participantes activos no mercado de trabalho daquele país seriam mulheres. Por conseguinte, também nos Estados Unidos as consequências da crise se fizeram sentir de forma particularmente dramática nos sectores industriais predominantemente masculinos. Assim sendo, e no que diz respeito à questão referida

pela senhora deputada, não existe qualquer desigualdade entre homens e mulheres, quer a nível do conceito, quer da estrutura do fundo.

Como era de esperar, o debate gerou inúmeras ideias relativamente à possibilidade e à forma de se introduzirem alterações e melhoramentos ao fundo. Tenho de dizer que a Comissão, como é óbvio, não encara este instrumento como algo imutável que tivesse emergido, qual Palas Atena, da cabeça de Zeus. Trata-se de uma instituição humana que pode sempre ser melhorada, com base na experiência e no debate. Consequentemente, não me parecem existir aqui quaisquer obstáculos de natureza fundamental.

Foi ainda levantada uma outra questão relativamente ao método específico de financiamento do fundo ou, por outras palavras, à respectiva integração no orçamento sob a forma de rubricas orçamentais separadas. Trata-se de um assunto que decerto irá ser discutido a nível político. Sob o ponto de vista financeiro, porém, não foi possível alcançar quaisquer resultados pela via do debate. Consequentemente, o facto de termos mobilizado recursos através de um método diferente mas eficaz, é algo que, a meu ver, tem um valor intrínseco.

Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de dizer que não restam dúvidas de que a alteração das regras e a pressão da crise conduziram a uma situação, na qual se irá registar um maior número de casos individuais. No entanto, tal como já referi, a Comissão aceita os argumentos que pesam a favor da adopção de uma abordagem caso a caso, pelo que irá prosseguir com este método.

Por último, gostaria de agradecer aos Senhores Deputados que integram a Comissão dos Orçamentos, bem como a todos aqueles que participaram nesta questão, pois o debate deixou bem patente a profunda reflexão que lhes mereceram todas as matérias contenciosas, que qualquer decisão desta complexidade envolve. Algo que, a meu ver, transparece também de forma muito nítida, quer deste debate, quer da proposta da Comissão, é o facto de todos estes casos se inscreverem no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Constatamos com satisfação que o vosso debate confirmou a opinião da Comissão e espero que a votação siga pelo mesmo caminho.

**Reimer Böge, relator.** – (DE) Senhora Presidente, não preciso de acrescentar nada àquilo que foi dito pelo Senhor Comissário. As suas palavras merecem todo o meu apoio, em especial os comentários finais que teceu acerca do futuro desenvolvimento do Fundo de Ajustamento à Globalização, em relação a outros programas – em particular o Fundo Social Europeu – uma questão que será, sem dúvida, objecto de outro intenso debate conjunto.

É evidente que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização não poderá neutralizar as consequências das mudanças estruturais, nem tão-pouco conseguirá aceitar e vencer os desafios da globalização: tal não é, obviamente, o seu objectivo. Não há dúvida, porém, de que poderá ajudar os trabalhadores afectados por essas alterações, os quais se confrontam com difíceis situações de desemprego após o despedimento, dando-lhes a oportunidade de, através da aquisição de qualificações profissionais, voltarem a ter trabalho e perspectivas de futuro. Apesar do debate sobre a subsidiariedade – que, como é evidente, também desempenha um papel neste contexto – deveríamos saudar e apoiar este fundo como um suplemento a todas as medidas de que já dispomos no âmbito do Fundo Social Europeu.

Chegado a este ponto, gostaria apenas de acrescentar o seguinte: decerto existem programas, quer nos orçamentos nacionais quer nos europeus, que levantam muito mais dúvidas em termos da pertinência das respectivas despesas, do que propriamente um fundo que visa prestar assistência directa a pessoas que se encontram numa situação inicial difícil.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira.

## **18. Instrumento europeu de microfinanciamento para o emprego e a inclusão social (Progress) (debate)**

**Presidente.** - Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0050/2009) da deputada Kinga Göncz, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, sobre uma proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece um instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social (instrumento de microfinanciamento «PROGRESS») (COM(2009)0333 – C7-0053/2009 – 2009/0096(COD)).

**Pervenche Berès (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, faço notar que, ao longo de todo o debate anterior V. Exa., se referiu ao debate que vai agora ter lugar como sendo um debate sobre o Progress.

Contudo, a decisão deste Parlamento, confirmada pela Conferência dos Presidentes, é que só iremos votar sobre o instrumento de "microfinanciamento". Penso, pois, que esta clarificação é importante. Trata-se de um debate sobre o microfinanciamento e não sobre o programa Progress.

**Kinga Göncz, relatora.** – (HU) Muito obrigada, Senhora Presidente. Estou-lhe muito grata por este esclarecimento, pois assume vital importância o facto de irmos agora discutir o instrumento de microfinanciamento. Gostaria também de convidar o Senhor Comissário Špidla a participar no debate que se segue. Permita-me que comece por referir que, por ocasião da minha nomeação como relatora para este programa, pensei que teria pela frente uma tarefa bastante simples, dado o amplo consenso e apoio existentes em torno desta matéria, os quais estiveram bem patentes ao longo do debate. Esse apoio foi amplo em vários aspectos. Temos, por um lado, o facto de este instrumento ser um mecanismo de gestão da crise, o que faz com que disponibilize ajuda precisamente àqueles que se encontram numa situação mais desesperada, ou seja, aos trabalhadores que perderam os respectivos empregos e não conseguem aceder ao crédito ou à assistência, devido à crise financeira.

Por outro lado, estamos perante o tipo de instrumento que em vez de dar peixe às pessoas, se propõe ensiná-las a pescar. Esta linha de microcrédito estimula exactamente o género de criatividade de que mais necessitamos para garantir resultados positivos face à crise. O terceiro aspecto que recolheu – e continua a recolher – um amplo apoio é o facto de se registar um aumento nos recursos da União Europeia, o que, estou em crer, é o sonho de qualquer ministro das finanças. O Banco Europeu de Investimento está a contribuir com alguns desses recursos, ao passo que os restantes são provenientes de outros bancos comerciais. Como a União Europeia cobre primariamente o risco, torna-se mais fácil aos restantes participantes assumi-lo.

Tal como já referi, o conteúdo do programa beneficia de um vasto apoio. Penso que, graças aos aspectos indicados, uma das questões que gerou polémica durante os debates com o Conselho e a Comissão foi a de saber que recursos iria a União Europeia utilizar para financiar este risco primário que foi assumido. O segundo ponto da discórdia situou-se em torno da dimensão dos montantes necessários para ajudar ao lançamento deste nova linha de microcrédito, e que se espera possam efectivamente vir a atrair outros recursos substanciais. A proposta original do Conselho e da Comissão previa a reafectação de um montante total de 100 milhões de euros, provenientes do orçamento do programa PROGRESS, o qual visa essencialmente a elaboração de políticas de combate à exclusão social e de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Nós, pela nossa parte, afirmámos desde o início que o programa PROGRESS não pode, de modo algum, ser posto em causa, já que, no actual período de crise, se revela mais necessário do que nunca. Também não nos parece aceitável que se mexa nele ao ponto de fazer perigar os seus objectivos. Durante o debate, o Parlamento mostrou-se bastante disposto a fazer compromissos. Além disso, realizámos três trilogos informais, um dos quais se prolongou até de madrugada. Nele sugerimos que seria possível mexer no programa PROGRESS, sem no entanto pôr em causa a sua finalidade. Propusemos que, tendo em conta a proposta original, poderíamos contemplar o lançamento da nova linha de microcrédito até mesmo com 100 milhões de euros, em vez de 150.

No âmbito do respectivo projecto de orçamento para 2010, o Parlamento Europeu disponibilizou recursos, num total de 25 milhões de euros, o que lhe permitirá lançar o instrumento de microfinanciamento já a partir do início de 2010. Fê-lo, além disso, sem tocar no programa PROGRESS, em 2010. Também solicitámos que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos da sessão de hoje, uma vez que não chegámos a acordo relativamente ao mesmo. Uma outra questão por nós considerada problemática foi o facto de a Presidência ter chegado enquanto decorria cada um dos trilogos e, em qualquer dessas ocasiões, sem estar mandatada para o efeito, o que lhe terá dificultado bastante a adequada ponderação das nossas propostas.

Creio que é importante que o Parlamento vote esta matéria com a maior brevidade possível, até mesmo esta semana, se for caso disso, para que este projecto possa ser lançado no início de 2010, com um financiamento no montante de 100 milhões de euros. Dessa forma, estaria a veicular-se a mensagem de que esta nova linha de microcrédito é um mecanismo de gestão de crise em que a rapidez assume particular importância. Espero sinceramente que o Senhor Comissário Špidla possa colaborar connosco no sentido de fazer com que a Comissão retire a sua proposta inicial de desviar 100 milhões de euros do programa PROGRESS, para que o novo instrumento possa ser lançado no mais curto espaço de tempo possível.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de dar início ao meu discurso, sublinhando a importância desta iniciativa na área do microfinanciamento. A crise que actualmente atravessamos está a provocar um aumento significativo do desemprego, em todos os Estados-Membros, cujos efeitos se irão repercutir com maior intensidade sobre os elementos mais vulneráveis da nossa sociedade. O instrumento de microfinanciamento destina-se especificamente a apoiar esses grupos de cidadãos no sentido de encontrarem empregos alternativos e de se tornarem, eles próprios, micro-empresários.

Gostaria não só de felicitar a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais pelo excelente trabalho levado a cabo nesta área, mas também de aplaudir o contributo da Senhora Deputada Kinga Göncz para esta iniciativa. Estou ciente dos esforços que foram realizados no âmbito das negociações entre o Parlamento e o Conselho, no sentido de se alcançar um acordo em primeira leitura. O facto de ambas as instituições apoiarem o instrumento de microfinanciamento permitiu que se efectuassem consideráveis progressos em termos da redacção inicial da proposta. Tais progressos reflectem-se, de forma significativa, nas alterações hoje propostas. É claro que a questão que levanta maiores dificuldades é a do orçamento. Apesar da provável aprovação, por parte de ambos os órgãos, de um orçamento global de 100 milhões de euros para esta linha de microcrédito, a identificação das fontes de financiamento continua a ser o principal obstáculo.

Como sabem, a proposta relativa ao instrumento de microfinanciamento faz parte de um pacote, no qual se inclui uma proposta de transferência de 100 milhões de euros, provenientes do programa PROGRESS. Os senhores deputados decidiram não proceder, esta semana, à votação desta segunda proposta. O Conselho apoia a transferência de fundos do programa PROGRESS, sendo essa reafecção de recursos, para muitos dos Estados-Membros, um elemento fundamental do referido pacote. Sem um acordo relativamente à fonte de financiamento do novo instrumento, não será possível alcançar o objectivo da sua rápida implementação. Hoje, porém, estamos a debater questões relacionadas com a redacção da decisão através da qual o mesmo será criado.

Para terminar, gostaria uma vez mais de felicitar a relatora pelo trabalho que desenvolveu, ao apresentar um relatório e as respectivas alterações, que irão permitir a ambos os órgãos legislativos concentrar-se no problema fulcral que permanece por resolver e que é, nomeadamente, o do financiamento.

**Olle Schmidt**, *relator de parecer da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)*. – (SV) Senhora Presidente, se de facto pretendemos reduzir o desemprego, torna-se imprescindível que tanto a União Europeia como os Estados-Membros assumam maiores responsabilidades. A proposta de criação de um instrumento de microfinanciamento é uma iniciativa na qual o Parlamento tem vindo a insistir e que visa essencialmente proporcionar aos desempregados a oportunidade de um novo começo, e abrir caminho ao empreendedorismo para alguns dos grupos mais vulneráveis da União Europeia, incluindo os jovens. A proposta tem por objectivo facilitar os investimentos em pequena escala e oferecer às microempresas a oportunidade de crescer.

Depois de efectuadas algumas pequenas alterações e esclarecimentos, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários concedeu um amplo apoio à proposta. Tal como já foi também aqui referido, a questão que tem suscitado maior polémica é a do financiamento do projecto. De acordo com a proposta da Comissão, os recursos necessários para o novo instrumento de microfinanciamento seriam retirados do orçamento do programa PROGRESS, não se disponibilizando quaisquer fundos adicionais para esse efeito. Foi incorrectamente referido que a comissão competente partilhava dessa posição, o que não corresponde à verdade.

É esta a actual situação. Devo dizer que acho estranho o facto de o Conselho rejeitar de forma tão obstinada a nossa proposta de 150 milhões de euros para o período em causa – uma proposta mesquinha e miserável nos tempos difíceis que atravessamos!

**Csaba Óry**, *em nome do Grupo PPE*. – (HU) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, no decorrer dos anteriores debates, tivemos a percepção de que a crise económica e as saídas possíveis para a mesma constituem uma preocupação para todos nós, estando a ser-lhes dedicada ampla atenção. Como coordenador do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais, gostaria apenas de confirmar que dispensamos todo o nosso apoio àquele que é para nós um dos pontos mais importantes de cada um dos dossiês que nos é apresentado, a saber, as medidas de protecção ao emprego e de criação de novos postos de trabalho.

Permitam-me que vos recorde que desde há bastante tempo que a questão do microcrédito tem vindo a merecer o apoio do Grupo PPE. Na verdade, foi inclusivamente o meu ex-colega, o Senhor Deputado Zsolt Becsey, o primeiro a submeter essa matéria à apreciação desta Assembleia, através do relatório de iniciativa própria que apresentou em 2009. O referido documento foi elaborado com base nas experiências, tanto

passadas como presentes, que se viveram na Hungria nesse domínio. O projecto húngaro de microcrédito, designado como "Cartão Széchenyi", tinha o mesmo propósito do actual instrumento de microfinanciamento europeu: disponibilizar pequenos créditos a curto prazo. Pensemos em talhantes, padeiros, comerciantes de frutas e legumes ou até mesmo em farmacêuticos. Também eles estão a ser afectados pela crise. Trata-se de um sector que emprega grande número de pessoas e que, em alguns países, é mesmo responsável por mais de 90% dos trabalhadores assalariados. É o que sucede, por exemplo, na Hungria, em mais de 90% das firmas e empresas. Estas não necessitam de grandes quantidades de dinheiro, nem querem pagar juros elevados. Em certos casos, apenas precisam de crédito temporário para arrancar com o trabalho, bem como de ajuda, também temporária.

A proposta da Comissão aborda este problema específico, recolhendo efectivamente amplo apoio e consenso, tal como referiu a relatora, senhora deputada Kinga Göncz. Julgo, por conseguinte, ser da maior importância que possamos, o mais brevemente possível, chegar a acordo relativamente à questão do financiamento. Apoiamos também as 35 propostas conjuntamente apresentadas pelo Grupo PPE e pelos socialistas, liberais e conservadores, pois pensamos que tal nos garante a possibilidade de aprovar este novo instrumento de microfinanciamento, em primeira leitura, para que o mesmo possa ser lançado o mais rapidamente possível.

**Pervenche Berès**, em nome do Grupo S&D. – (FR) Senhora Presidente, estou bastante surpreendida. Vamos adoptar um instrumento que cria um utensílio inovador, um utensílio indispensável para permitir que as pessoas mais vulneráveis a esta crise a enfrentem e gerem os seus próprios empregos no futuro. Trata-se aqui da adopção de um instrumento ao abrigo do procedimento de co-decisão, mas o Conselho não está presente. Isso ficará por certo a dever-se ao facto de o Conselho nada ter a dizer-nos sobre este assunto e não se considerar vinculado pela posição do Parlamento Europeu. Para todos os efeitos foi essa a impressão que por vezes tivemos ao longo de toda a negociação.

O Parlamento Europeu vai assumir as suas responsabilidades. Graças à cooperação e ao bom entendimento entre todos os grupos políticos, o Parlamento vai aprovar o instrumento de microfinanciamento, em consonância com as acções que empreendeu ao longo de muitos anos, tal como o senhor deputado Őry nos lembrou. No entanto, gostaria também de chamar a atenção para os projectos-piloto que iniciámos. Sabemos que, nesta situação de crise, os elementos mais vulneráveis da sociedade – os que não têm acesso aos grandes bancos para desbloquear empréstimos destinados a financiar as suas iniciativas – têm a possibilidade, através deste instrumento, de lançar as suas próprias estratégias e, de algum modo, criar os seus próprios empregos.

Não irei voltar ao conteúdo, ao desenvolvimento e ao âmbito das negociações que tiveram lugar. As negociações foram realizadas em condições adequadas. A questão do financiamento é mais séria. Se olharem para a iniciativa lançada pelo Sr. José Manuel Barroso em Outubro de 2008 para organizar o relançamento europeu, verão que este instrumento era definido como um instrumento importante para chegar a uma estratégia da União Europeia.

Porém, a Comissão propôs-nos simplesmente que financiássemos um novo projecto despojando um projecto útil que já estava em cima da mesa. Tínhamos um projecto a favor das redes de apoio aos mais vulneráveis – o projecto Progress –, no qual o Parlamento Europeu se tinha empenhado fortemente, e, para financiar o microfinanciamento, a Comissão propõe-nos muito simplesmente que utilizemos os fundos destinados ao programa Progress.

São estes passes de magia que o nosso Parlamento não aceita, e foi essa razão pela qual não concluímos as negociações. É por isso que, assumindo atitude de responsabilidade, dizemos que estamos dispostos a examinar a nossa proposta em conjunto com a Presidência espanhola logo no início do mês de Janeiro: 40 milhões de euros retirados das margens orçamentais, 60 milhões de euros do programa Progress, com 20 milhões de euros de reafecção, o que permite repartir o esforço de forma equitativa. Em seguida, assumiremos a nossa responsabilidade enquanto Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais para vermos como é que um programa desta natureza é implementado em cada um dos Estados-Membros, a fim de gerar uma sinergia entre as diferentes experiências que serão levadas a cabo nos Estados-Membros – estamos certos disso –, quando o pacote no seu conjunto for adoptado em Janeiro.

**Marian Harkin**, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, exprimo a minha satisfação perante a oportunidade de dizer algumas breves palavras acerca do proposto instrumento de microfinanciamento. Anteriormente, falámos sobre o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e de que modo este pode apoiar os trabalhadores que foram sujeitos a despedimento, nalguns sectores. O instrumento de microfinanciamento é mais uma peça do quebra-cabeças em que a União Europeia, neste caso, procura

garantir o acesso ao microcrédito, por parte daqueles que não conseguiriam obtê-lo através das instituições financeiras consideradas normais ou habituais. Esse tipo de apoio permitir-lhes-ia criar os seus próprios negócios, promovendo, além disso, o empreendedorismo.

Neste contexto, apraz-me constatar que o fundo pode ser administrado por cooperativas de crédito, bancos cooperativos e outras instituições financeiras cooperativas, já que estas se encontram em muitos casos, mais próximas daqueles que desejam aceder ao microcrédito. Na verdade, não sei o que se passa noutros países, mas na Irlanda, a única instituição financeira que resistiu, sem precisar do dinheiro dos contribuintes para se sustentar, foi o movimento das cooperativas de crédito, uma instituição sem fins lucrativos, gerida pelos seus membros.

Quando falamos de inclusão social como parte da política social da União Europeia, precisamos de garantir, através dos nossos actos, que esse ideal está presente nas decisões que tomamos. Ora, este programa transborda de inclusão social. Nessas circunstâncias, não posso deixar de manifestar a minha profunda desilusão pelo facto de, depois de realizados três trólogos, não ter sido possível chegar a um acordo sobre a fonte de financiamento deste novo instrumento.

A Presidência sueca não me pareceu suficientemente apta a conduzir negociações importantes sobre esta matéria. Não sei qual será a sua opinião a este respeito, mas eu, tal como já disse, fiquei extremamente desapontada ao ver que no pomo da discórdia estava um montante que no máximo seria de 40 milhões de euros, para um período de três anos, e a dividir por 27 Estados-Membros. É óbvio que houve vários ministros das finanças que não deram o seu apoio às negociações. Não pude deixar de pensar que muitos deles destinavam milhares de milhões de euros dos orçamentos dos seus países para salvar os bancos da falência, mas não eram capazes de apoiar outras instituições financeiras que iriam conceder microcrédito a pessoas desempregadas, que vissem dificultado o acesso ao crédito nesses mesmos bancos, salvos com ajuda estatal.

**Elisabeth Schroedter**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, os microcréditos e os pequenos empréstimos podem ajudar todos aqueles que não conseguem aceder ao crédito através dos mecanismos normais de mercado. Tal como já foi referido, podem também auxiliar quem deseja criar o seu próprio negócio, pondo as suas ideias em prática para gerar emprego. Tais meios podem ajudar as pessoas a sair da crise, se estas tiverem capacidades para o fazer. Os microcréditos são também um importante instrumento de apoio à economia social. Nas suas diferentes formas e tradições, desde o ano 2000 que constituem um reconhecido instrumento da política local de emprego, no seio de União Europeia. Foi esse o motivo que levou este Parlamento, na sua infinita sabedoria, a determinar, em 2006, que os recursos provenientes do Fundo Social Europeu também poderiam ser pagos como microcréditos ou empréstimos subsidiados, conforme o estabelecido pelo artigo 11.º do Regulamento do Fundo Social Europeu.

O Fundo Social Europeu tem, contudo, à sua disposição 76 mil milhões de euros, um montante que, com o cofinanciamento, se transforma em 118 mil milhões! Até mesmo um décimo desse valor continuaria a representar algo como 11 mil milhões de euros, uma quantia que os Estados-Membros poderiam utilizar. No entanto, essa verba não é usada para financiar o microcrédito. Por esse motivo, a Comissão criou uma fase de teste para microcréditos, com um instrumento chamado JASMINE – também ele financiado pelos Fundos Estruturais Europeus – ao qual, em virtude do êxito obtido, se pretende dar continuidade através de um novo instrumento. Este último, porém, já não será financiado por verbas provenientes dos Fundos Estruturais – onde temos milhares de milhões de euros à nossa disposição – mas sim por recursos oriundos do mais pequeno de todos os programas da União Europeia, o programa de miséria PROGRESS, que dispõe de um orçamento global de apenas 743 milhões de euros, para um período de sete anos. O programa PROGRESS destina-se a Organizações Não Governamentais (ONG) que estejam a criar redes nos Estados-Membros, com vista à constituição de um grupo de pressão em defesa dos mais pobres entre os pobres. Só o ERIO, o Gabinete Europeu de Informação sobre os "roma", é financiado em 50% pelo programa PROGRESS. Esta entidade é responsável pela criação de gabinetes nacionais e regionais de informação e aconselhamento, dando, além disso, voz à minoria de etnia cigana, em particular nos Estados da Europa Oriental.

Caso esta Assembleia siga o exemplo do Conselho, atribuindo a este novo instrumento a designação de "PROGRESS", tal como proposto nos compromissos apresentados pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia não lhe dará a sua aprovação. Não podemos permitir semelhantes truques de ilusionismo – por um lado, retirar dinheiro aos pobres, e, por outro, pagar...

(A Presidente interrompe a oradora)

**Milan Cabrnich**, em nome do Grupo ECR. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, na época de crise económica e financeira que atravessamos, torna-se necessário apoiar não só os bancos e as grandes empresas, mas também as pequenas firmas e os trabalhadores por conta própria. Todos sabemos que são estas empresas de pequena dimensão, incluindo as familiares, que geram e sustentam grande número de postos de trabalho. Nós apoiamos a criação do novo instrumento financeiro, no âmbito do programa de microfinanciamento para o emprego e a inclusão social. Este último, em cooperação com o Banco Europeu de Investimento, irá melhorar a disponibilização de empréstimos, precisamente aos trabalhadores independentes, às pequenas empresas em arranque e às empresas familiares.

Concordamos com o desbloqueamento de recursos financeiros, no montante de 100 milhões de euros, tendo em vista a obtenção destes pequenos empréstimos, durante um período de tempo fixo. Encaramos este programa, não só como um instrumento positivo e eficaz ao serviço de uma política activa de emprego, mas também como uma boa forma de gastar o chamado dinheiro europeu, que é como quem diz, o nosso dinheiro. Apoiamos inteiramente a proposta de financiamento deste novo instrumento com base em recursos inicialmente destinados ao programa PROGRESS. Não concordamos que esta nova linha de microcrédito seja financiada por verbas provenientes de reservas ou de outros capítulos do orçamento. Os recursos do programa PROGRESS que, se não me engano, ascendem a 700 milhões de euros, são utilizados no âmbito da criação de redes de investigação e análise. Não houve qualquer afectação de recursos do programa PROGRESS a mecanismos destinados a conceder apoio directo a pessoas que procuram emprego ou criam postos de trabalho. Não ponho em causa a necessidade de se criarem redes ou de se apresentarem análises e estudos. Contudo, no período que actualmente atravessamos, marcado por dificuldades quer para empresários quer para trabalhadores, considero prioritária a afectação de recursos provenientes do orçamento da União Europeia a programas que tenham como destinatários directos entidades patronais e trabalhadores.

**Thomas Händel**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um instrumento de microfinanciamento que se destina a desempregados, a pessoas que estão em risco de perder os seus empregos e sobretudo a quem não tem acesso aos mercados de crédito normais, é algo que revela boas intenções e que, como tal, merece, em princípio, o apoio do nosso grupo. No entanto, os resultados até agora alcançados pela Comissão e pelo Conselho no âmbito deste processo são claramente inadequados, podendo mesmo, nalguns aspectos, considerar-se errados, motivo pelo qual não contam com o apoio do nosso grupo.

A nossa primeira crítica diz respeito à questão do enquadramento financeiro. Aquilo que foi proposto nessa matéria não se adequa minimamente a um programa de combate ao desemprego. Na verdade, este instrumento de microfinanciamento quase não é digno dessa designação: na melhor das hipóteses, deveria ser um instrumento de nanofinanciamento!

Em segundo lugar, opomo-nos, por uma questão de princípio, a todo este género de truques de ilusionismo, que para além de não produzirem quaisquer efeitos, são financiados à custa de outros programas, motivo pelo qual redundam, pura e simplesmente, em fracasso.

Em terceiro lugar, somos da opinião de que os projectos de mentoria e de tutoria são absolutamente essenciais ao sucesso e à sustentabilidade de um instrumento deste tipo. São muitas as empresas em arranque que abrem falência, sobretudo no sector do microfinanciamento, pelo que esse tipo de aconselhamento deve ser tido em consideração, no âmbito do programa.

Em quarto lugar, devem ser dadas garantias aos eventuais beneficiários do microcrédito de que os pagamentos da Segurança Social, nos Estados-Membros, não serão cancelados, pois caso contrário, o programa não produzirá quaisquer efeitos. Não se pode combater o desemprego desta maneira, se o que se pretende são resultados duradouros. Rejeitaremos este programa, na sua actual forma.

**Jaroslav Paška**, em nome do Grupo EFD. – (SK) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o projecto de decisão aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, que estabelece um instrumento de microfinanciamento europeu para o emprego e a inclusão social, é na sua essência, um projecto que adapta o programa PROGRESS, na sua forma original, à realidade económica actual de uma Europa marcada pela crise económica e financeira.

A Comissão propõe apoio sob a forma de microcréditos para pequenas empresas, criando um estímulo à manutenção e ao desenvolvimento do emprego em regiões afectadas pela crise. No entanto, se de facto se pretende atingir esse objectivo, há que garantir que os recursos financeiros disponibilizados não são gastos

em benefícios sociais ou consumo. Tais recursos devem ser exclusivamente orientados para actividades empresariais sólidas e sustentáveis, mediante a utilização de critérios objectivamente mensuráveis e de procedimentos transparentes.

É, pois, da maior importância que se exija às entidades que concedem os empréstimos uma rigorosa avaliação, quer dos planos empresariais dos candidatos, quer dos riscos dos projectos apresentados, quer ainda do retorno dos recursos financeiros investidos. Considero, portanto, absolutamente necessário que se apoiem e completem as alterações propostas pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, as quais fornecem um quadro pertinente para a proposta da Comissão.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, dado o agravamento da situação de emprego, parece estranho que haja oposição nesta Câmara a este importante e excelente programa.

A previsão é de que haverá mais 10 milhões de desempregados na Europa no próximo ano e que aqueles em pior situação laboral terão de enfrentar tempos mais difíceis. Estes factos realçam a importância de se investir no empreendedorismo.

São sempre as empresas em fase de arranque que têm mais dificuldade em conseguir empréstimos bancários. Por exemplo, mais de 93% das empresas na Finlândia são microempresas com menos de 10 trabalhadores, e ainda assim estas pequenas empresas empregam 46% da população activa. Faz sentido, portanto, que a UE estabeleça um mecanismo de microfinanciamento em resposta a esta crise de emprego, e, dessa maneira, possa também dar apoio aos programas que prosseguem esse objectivo em cada um dos Estados-Membros.

Gostaria de frisar, no entanto, que este programa exigirá uma abordagem global. Os sistemas de benefícios sociais, férias e pensões em pequenas empresas necessitam igualmente de ser desenvolvidos em harmonia com outros sectores. A Europa tem especialmente falta de financiamento de alto risco e daquelas entidades, os "business angels", que estão preparados para investir numa empresa durante as suas fases iniciais. A formação em empreendedorismo e as conexões ao trabalho e ao emprego terão também de ser apoiadas a todos os níveis de educação, e deveria haver mais *workshops* para os jovens e incubadoras de empresas, assim como mais fundos disponíveis para as mesmas.

O microfinanciamento só pode funcionar enquanto parte deste tipo de abordagem global, na qual a situação dos novos pequenos empresários e todo o ambiente operacional proporcionam oportunidades concretas para manter o negócio a funcionar com êxito e de forma rentável.

**Proinsias De Rossa (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, congratulo-me muito com esta iniciativa. O desemprego é o maior problema social que enfrentamos presentemente e tudo o que possamos fazer para atenuar o seu impacto será importante para o bem-estar da sociedade.

No entanto, na minha opinião, uma proposta de 100 milhões de euros ao longo de um período de três anos é pouco ambiciosa considerando o crescente desemprego. Estou igualmente surpreso com o facto de o dinheiro proposto não ser dinheiro novo, e que, como já foi dito, estaremos na verdade a roubar a Pedro para dar a Paulo, numa altura em que todo o dinheiro disponível deveria ser utilizado em esquemas existentes do programa PROGRESS.

Temos de fazer tudo o que pudermos para alcançar rapidamente um acordo com a Presidência espanhola, de modo a que o programa possa ser executado o mais depressa possível. Cabe igualmente ao Conselho organizar-se e debater com o Parlamento sobre as nossas preocupações. Este não é o momento para o Conselho regatear sobre um montante tão diminuto.

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

**William (The Earl of) Dartmouth (EFD).** – (EN) Senhor Deputado De Rossa, já lhe ocorreu que o desemprego na Irlanda tem muito a ver com o facto de a Irlanda prosseguir a adesão ao Euro, o que significa que a Irlanda não pode desvalorizar a moeda, não pode reduzir as taxas de juro e não pode efectuar qualquer flexibilização quantitativa?

Alguma vez lhe ocorreu que poderia ser melhor se a Irlanda deixasse o Euro, em vez de estender a mão de pedinte aos países contribuintes da União Europeia?



**Proinsias De Rossa (S&D).** – (EN) Senhora Presidente, não tenho nenhum problema em tentar responder a este disparate habitual da extrema-direita do Parlamento. Sem o Euro, a economia irlandesa estaria num caos neste momento.

Como ia dizendo, não é este o momento para o Conselho regatear sobre um montante tão pequeno dada a dimensão da crise do emprego, o tamanho do orçamento global e, certamente, no contexto do apoio que os Estados-Membros, e, na verdade, o Banco Central Europeu, têm dado ao sector bancário – um sector bancário que, aliás, não irá emprestar dinheiro às pessoas que estamos a tentar ajudar. Tenho toda a confiança que se houver boa-vontade por parte do Conselho, poderemos chegar a um acordo com base na abordagem pragmática do nosso relator. Espero sinceramente que consigam fazer isso rapidamente.

**Marek Józef Gróbarczyk (ECR).** – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, à luz deste debate, convém chamar a atenção para o facto de a estratégia que está a ser empregue pela Comissão Europeia ignorar completamente o emprego na economia marítima. A falta de uma política marítima integrada tem sido, desde há muito anos, a causa da deterioração sistemática deste sector da União Europeia, ao passo que deveríamos estar conscientes que este é um mercado de trabalho enorme.

Além disso, a marginalizada indústria de construção naval, que foi de forma eficiente eliminada da Europa pela política de *dumping* de países do Extremo Oriente, também não teve o apoio da Comissão Europeia. No meu país, a Polónia, as acções da Comissão Europeia por si só levaram ao colapso da indústria naval e, como resultado, muitos milhares de pessoas perderam os seus empregos directamente, embora se estime que 80 000 pessoas sofreram perdas de empregos indirectos. No entanto, este sector não vai desaparecer da economia mundial. Seguindo o padrão dos últimos anos, irá migrar para outros países do Extremo Oriente em detrimento do mercado de trabalho na Europa. A falta de uma estratégia para devolver os navios às cores nacionais é extremamente perigosa. Como resultado desta política, a Europa está irremediavelmente a perder rendimentos enormes, que irão antes afluir aos paraísos fiscais.

Outro elemento extremamente importante da política da Comissão Europeia é a pesca que, não raro, é o único sector que estimula as áreas não industrializadas da União Europeia. A Comissão está a concentrar-se principalmente na redução do tamanho das frotas e, ao mesmo tempo, é incapaz de controlar as importações em massa do Extremo Oriente para o mercado europeu, tal como a do altamente prejudicial panga ou peixe-gato. Numa época de crise, a política da Comissão Europeia deve criar bases para o desenvolvimento da economia, e não, precipitadamente, tratar os efeitos de uma estratégia errada.

**Regina Bastos (PPE).** – Senhora Presidente, Senhor Comissário, caros Colegas, felicito a colega relatora pelo trabalho desenvolvido neste relatório e pela sua intervenção de há pouco.

Este novo instrumento de microfinanciamento vai permitir a concessão de microcrédito a pequenas empresas e a pessoas que perderam o seu emprego e queiram criar o seu próprio negócio e o seu próprio posto de trabalho. Isto é muito importante num período em que se prevê que a crise económica resulte na perda de 3,5 milhões de postos de trabalho só na União Europeia.

Como consequência do abrandamento económico os bancos deixaram de conceder empréstimos para a concessão de empregos e de empresas e o acesso ao crédito está mais difícil numa altura em que devia estar mais acessível. Ora, este novo meio de microfinanciamento vai contrariar esta tendência actual de restrição do acesso ao crédito facilitando a obtenção de fundos necessários para o lançamento de novas empresas e de novos empregos.

A proposta da Comissão Europeia visa reafectar 100 milhões de euros do orçamento do programa PROGRESS para este instrumento de financiamento. Não podemos concordar com esta proposta. A crise financeira e económica é igualmente uma crise social. Assim, a reafecção de recursos do PROGRESS que visa os grupos mais vulneráveis não é de todo a solução mais adequada. Por esta razão, apoia-se a criação de uma rubrica orçamental separada para financiar este instrumento, assim como um aumento da dotação para 150 milhões de euros.

Concordamos igualmente com a necessidade de clarificar na própria legislação que o grupo-alvo são os grupos vulneráveis que têm dificuldade em ingressar ou reingressar no mercado de trabalho e que enfrentam a ameaça da exclusão social. Assim, deve ser suprimida a referência aos grupos específicos.

Finalmente, salientamos que é essencial que as pessoas que tenham um apoio financeiro tenham também uma formação adequada.

**Sergio Gaetano Cofferati (S&D).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, num contexto de grave crise económica, caracterizado por efeitos muito negativos em termos de emprego, com muitos trabalhadores a ponto de perder o seu posto de trabalho e, simultaneamente, com inúmeros jovens sem conseguir entrar no mercado do trabalho pela primeira vez, é essencial que a União Europeia e os Estados-Membros intervenham, tanto com estratégias globais como com instrumentos específicos.

O microfinanciamento constitui precisamente um instrumento pensado para as pessoas, cujo objectivo é dar uma resposta a todos os indivíduos que, excluídos do mercado do crédito bancário e com dificuldades em aceder ao mercado do trabalho, pretendem lançar um projecto, uma actividade económica, susceptível, em todo o caso, de gerar rendimentos e assim contribuir para o crescimento geral. Em especial, se queremos que o instrumento do microcrédito seja eficaz e produza resultados duradouros, é necessário que os Estados-Membros se preparem de modo adequado, inclusivamente estabelecendo ligações com as realidades administrativas locais, que estão mais directamente em contacto com as situações de crise social, e que desempenhem um papel activo no que toca a tornar facilmente acessível este novo instrumento.

É importante salientar que a eficácia a longo prazo das actividades financiadas por instrumentos de microcrédito, bem como a possibilidade de conseguir uma plena integração social, dependem em grande medida de programas simultâneos de orientação, monitorização e formação, que devem acompanhar o microfinanciamento. Ao mesmo tempo, tendo em conta os objectivos a alcançar com o instrumento do microcrédito, é necessário pôr a tónica numa acção fundamental, nomeadamente na promoção activa de iguais oportunidades para homens e mulheres no acesso aos programas de microfinanciamento. Com efeito, as mulheres são particularmente discriminadas e desfavorecidas no acesso quer ao mercado do trabalho, quer ao mercado do crédito convencional.

De um modo geral, é reconfortante verificar que o Parlamento Europeu se mostra unido e concordante no que se refere à questão do microcrédito e contra um contexto socioeconómico como este. Cabe ao Conselho e aos Estados-Membros dar um sinal de seriedade e empenho e preparar o caminho para que a situação financeira possa ser adequada.

**Siiri Oviir (ALDE).** – (ET) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão apresentou uma proposta para criar um novo meio de financiamento – financiamento do microcrédito. A iniciativa é boa e importante, mas a sugestão de que os recursos necessários sejam retirados do programa PROGRESS já em execução não é aceitável. Gostaria de lembrar o Conselho e a Comissão que o povo não nos elegeu para esta Câmara com o fim de nos tornarmos carimbos de aprovação. No final de 2006, quando o programa PROGRESS foi aprovado aqui nesta Câmara, os Estados-Membros estabeleceram os respectivos objectivos e começaram a trabalhar. Os objectivos do programa foram bem executados, e não há nenhuma razão para pensar que o programa não irá, portanto, continuar a decorrer até à sua conclusão, em 2013.

O programa foi e é destinado a todos aqueles grupos de pessoas que se encontram numa situação desfavorável, e de facto tem sido possível ajudá-los com este programa. Presentemente, a crise económica está a transformar-se numa crise social. O desemprego está a aumentar todos os meses, e hoje as medidas do PROGRESS continuam a ser necessárias. No entanto, a Comissão quer simultaneamente realizar o seu desejo de reduzir o financiamento para as medidas que ainda estão a ser implementadas. Tal abordagem não é responsável e é inaceitável. Estou certa de que nós nesta Câmara não podemos aprovar o financiamento do microcrédito até que se clarifique de onde virá o dinheiro para estas medidas – até que fique claro que os fundos provirão de outra fonte que não aquela destinada às pessoas em privação.

**Arturs Krišjānis Kariņš (PPE).** – (LV) Senhora Presidente, as economias dos Estados da UE ainda estão a sofrer os efeitos da crise económica global, mas a crise está a ter o seu maior impacto nos jovens empresários e gerentes de pequenas empresas, cujas ideias empreendedoras não estão neste momento a receber apoio dos emprestadores. O crescimento económico ocorre quando novos empregos são criados. Os novos empregos são criados quando as empresas têm acesso a financiamento a fim de tornarem as suas ideias numa realidade. Infelizmente, na actual situação de crise os bancos não querem emprestar dinheiro às empresas porque têm medo do risco. O capital privado também secou. Nestas circunstâncias, são geralmente as microempresas e os jovens empresários que mais sofrem. Têm ideias para concretizar mas não têm financiamento, e, como tal, é óbvio que nem estas empresas se podem desenvolver nem criar novos empregos; a criação de emprego é, no entanto, um pré-requisito para se sair da crise económica.

Uma solução para este problema é o instrumento europeu de microfinanças que pretende atribuir 100 milhões de euros ao desenvolvimento de microempresas e novas empresas, reafectando recursos de fontes

de dinheiro existentes. Em contraste com os grandes pacotes de estímulo que ao longo do ano passado foram criados principalmente para resgatar o sistema financeiro, este programa é dirigido directamente aos empresários e não aos bancos. Isso significa que este dinheiro irá ajudar da forma mais directa a criar novos empregos e a estimular a verdadeira economia. Apelo aos meus colegas que não hesitem em tomar a decisão de criar este programa de microfinanças. Os países da União Europeia estão a enfrentar a crise agora, a Europa precisa de novos postos de trabalho neste momento e o apoio às iniciativas empresariais é imediatamente necessário.

**Sylvana Rapti (S&D).** – (EL) Senhora Presidente, o simples facto de o Instrumento Europeu de Microfinanciamento para o Emprego e a Inclusão Social ter ganho o consentimento e concordância de todos os grupos políticos prova como este mecanismo é necessário.

É muito importante para uma pessoa que perdeu o emprego ou está em perigo de perdê-lo e não consegue encontrar uma solução para o seu problema nos mercados bancários convencionais, que seja capaz de obter um microempréstimo ou um microcrédito.

No entanto, para que a ideia do microfinanciamento resulte na prática, é necessário que funcione correctamente e em breve, o que significa que na quinta-feira, quando votarmos o orçamento de 2010, é preciso dizer "sim" aos primeiros 25 milhões de euros que irão sair do orçamento. No entanto, isso não é suficiente. Há outros 75 milhões de euros que, na minha opinião, devem sair do orçamento, porque se utilizarmos o dinheiro do programa PROGRESS, então isso é muito simplesmente como se estivéssemos a tirar dos menos pobres e vulneráveis para dar aos mais pobres e vulneráveis.

Se isso viesse de facto a ter lugar, significaria que o mecanismo de microfinanciamento tinha sido essencialmente abolido como um conceito. Se tivermos em mente que "PROGRESS" significa fundamentalmente progresso em termos do rosto social europeu, e se isso não acontecer e o dinheiro for retirado do "PROGRESS", então teremos regredido. É precisamente por esta razão que acredito que o Conselho deve aprovar a posição do Parlamento Europeu.

**Filiz Hakaeva Hyusmenova (ALDE).** – (BG) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há mais de um ano que a União Europeia tem vindo a adoptar uma série de medidas para combater a crise económica. Ao contrário de outras medidas, o mecanismo de microfinanciamento é realmente destinado a ajudar os grupos mais vulneráveis da sociedade que enfrentam dificuldades tanto para entrar como para voltar ao mercado de trabalho.

A solidariedade, que é um dos princípios fundamentais da União Europeia, determina que estas pessoas devem receber atenção especial. Existe actualmente um grande interesse por este instrumento, nomeadamente na Bulgária, e suponho que este é também o caso de outros países. Desde o início dos debates que me tenho mantido informado sobre este assunto através dos meios de comunicação, cujos representantes estão a seguir a sua evolução. É do interesse das instituições europeias demonstrar aos seus cidadãos que a nossa tarefa imediata é a de cuidar das pessoas afectadas pela crise e dos membros mais pobres da sociedade.

Isto irá convencer as pessoas de que as instituições são eficazes e que lhes estão próximas. Existem algumas dúvidas sobre a capacidade deste instrumento para alcançar e servir todos os seus potenciais clientes. A falta de crédito é enorme e tem contribuído para o aumento do desemprego. Cem milhões de euros não serão suficientes para ajudar todos os desempregados a enfrentar a ameaça da exclusão social. Afinal, nem todos têm a capacidade para expandir um negócio e nem todos podem ser formados com sucesso.

O importante é que uma decisão seja tomada rapidamente e que o mecanismo de microfinanciamento comece a operar a uma escala tão grande quanto possível de modo a que as pessoas com ideias e talento empresarial possam começar agora, enquanto a crise ainda é grave. O próximo ano foi declarado o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, por isso façamos por adoptar medidas adequadas e não adiar o início do processo de recuperação.

**Horst Schnellhardt (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já podemos ver sem dúvida sinais promissores de estabilização da economia e dos mercados financeiros em 2010, e gostaria também de lembrar que isto só foi possível devido à coordenação a nível europeu.

No entanto, estamos naturalmente a assistir a um aumento nos números de desemprego e temos de assumir que estes irão subir ainda mais no próximo ano. Saúde, pois, este novo instrumento de financiamento para pessoas que querem empregar-se por conta própria. É do conhecimento comum, claro, que as pequenas e médias empresas criam postos de trabalho. Há muitos anos que temos vindo a debater o apoio financeiro a

estas empresas. No entanto, todos os anos descobrimos que os fundos não foram para onde deveriam ter ido.

Tive a oportunidade de acompanhar o fim de um projecto-piloto na semana passada e, consequentemente, não houve tempo para incluir as experiências adquiridas no presente relatório. Por isso, gostaria de mencioná-las aqui. O projecto-piloto utilizou participantes que trabalham por conta própria ou querem trabalhar por conta própria, e que foram apoiados durante um ano no caminho para se tornarem independentes. Teve tanto sucesso que eu gostaria de pedir que isso fosse incluído neste projecto, ou seja, que o projecto não financie apenas as pessoas que querem trabalhar por conta própria, mas também aqueles que dão apoio a essas pessoas. Isso é necessário porque os bancos que lhes recusam crédito, obviamente, estão conscientes do risco implicado. Acho que podemos neutralizar esse risco através deste financiamento.

O segundo ponto que sobressai vez após vez em debates a este respeito é o de que não se deve colocar um limite inferior aos créditos. Até agora, um indivíduo só poderia receber créditos no valor de 5 000 euros ou mais. Por vezes, as pessoas não precisam desse montante. Nesses casos, montantes muito inferiores são suficientes, e isso é algo que devíamos ter em conta neste programa.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D).** – (LT) Gostaria de salientar que actualmente uma das tarefas mais importantes da União Europeia é travar o desemprego em massa causado pela inactividade prolongada e a crise social. É lamentável o facto de não ter sido possível chegar a acordo sobre uma fonte de financiamento do microcrédito durante o tríplice. Neste período difícil tanto do ponto de vista económico como social, a proposta da Comissão no sentido de reafectar 100 milhões de euros do orçamento do PROGRESS não seria uma solução satisfatória, uma vez que não iria reduzir o isolamento social dos grupos mais vulneráveis. Estou convencida de que o mecanismo de microfinanciamento será mais eficaz e atingirá o seu objectivo se for coordenado tendo em conta programas nacionais, regionais e locais e se receber financiamento suficiente.

É também importante levar em consideração o facto de que o bem-estar social europeu está directamente ligado ao emprego e às oportunidades para encontrar emprego. Portanto, sugiro que a Comissão considere não apenas as pessoas em risco de perder o seu emprego, mas também aqueles que enfrentam dificuldades em entrar ou em voltar ao mercado de trabalho. Mesmo antes do início da recessão económica, muitos cidadãos formados e diligentes não tinham oportunidades concretas de encontrar emprego e, por isso, um grande número deles emigrou para fora da União Europeia. Quanto às pessoas socialmente desfavorecidas, exorto a Comissão e o Conselho a ter em mente que, para além dos jovens, há outros grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente mulheres, deficientes e idosos, que necessitam de garantias adicionais de trabalho. Assim, não há outra maneira senão encontrar fundos adicionais para o instrumento de microfinanciamento.

*(A oradora aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)*

**Elisabeth Schroedter (Verts/ALE).** – (DE) Senhora Presidente, até agora escutámos três ou quatro oradores do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, que afirmaram não querer tirar quaisquer fundos do PROGRESS. No entanto, as alterações referem que o instrumento deve ser chamado PROGRESS e a Sra. Berès também disse que 60 milhões de euros virão do PROGRESS. Ou seja, dois terços! Eu gostaria de saber qual é realmente a posição dos socialistas. Deverá o instrumento ser financiado pelo PROGRESS – sim ou não?

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D).** – (LT) Gostaria de responder que a melhor solução seria para nós encontrarmos fundos adicionais, porque o programa PROGRESS é essencialmente orientado para os mesmos grupos, o que significa que, se não houver financiamento adicional, certamente o efeito não será alcançado. Portanto, vamo-nos juntar e tentar encontrar uma solução, porque o desemprego está a crescer a um ritmo doloroso e isto está realmente a afectar muitas pessoas que já estão em dificuldades.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, três milhões e meio de pessoas perderam os seus empregos na União Europeia no ano passado. Cem milhões de euros não vão inverter esta situação. Na verdade, considerando que cem milhões de pessoas são empregadas por PME, isto representa só um euro por empregado. No entanto, é um começo, e isso é positivo porque, como salientou o Comissário Špidla, o financiamento é o maior problema que temos em mãos.

Para ilustrar a situação: no fim-de-semana soube de uma situação em que uma empresa, que teve um atraso de três meses numa encomenda significativa, foi ao seu banco – o seu banco de há 15 anos – para financiamento intercalar, que lhe foi recusado. Foi dito ao director da empresa que se constituísse uma hipoteca sobre a sua própria casa de habitação, então o financiamento seria autorizado. Ele assim fez e uma

semana depois recebeu uma carta retirando-lhe a linha de crédito, alegando que eles representavam agora uma situação de alto risco. O resultado foi que a empresa fechou e mais de 10 pessoas foram despedidas.

Isto leva-me a um ponto que a minha colega, Marian Harkin, mencionou, dizendo que, na medida do possível, este financiamento deveria ir para bancos não comerciais, tais como cooperativas de crédito, as quais, no meu país pelo menos, existem em todas as cidades e fazem um trabalho magnífico, ao passo que todos os indícios sugerem que os bancos comerciais, mesmo com o financiamento que estão a receber do Banco Europeu de Investimento, não estão a disponibilizá-lo, mas sim a guardá-lo para reforçar a sua própria situação financeira.

Por estas duas razões, penso que devemos ser muito cuidadosos, não tanto com a questão de onde vem o dinheiro, mas antes para onde vai. Se for para as pessoas certas, então terá sido, talvez, o dinheiro mais bem gasto em muito tempo a nível europeu.

Finalmente, gostaria de responder aos comentários um tanto precipitados do colega Earl of Dartmouth, quando falou sobre a mão de pedinte. Não se trata de mão de pedinte. Trata-se de ajudar uns a ajudar outros para criar emprego e permanência no emprego. Estamos muito orgulhosos e satisfeitos por ter aderido ao euro e vamos permanecer.

**Iliana Malinova Iotova (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, a cláusula do Tratado de Lisboa relativa às políticas sociais exige que a União Europeia tenha em consideração o emprego, a protecção social e a luta contra a exclusão social.

A crise económica e financeira que invadiu a Europa conduziu a uma gravíssima crise humanitária e social cujas consequências não é possível avaliar neste momento.

Até agora, a maioria dos esforços centrou-se na estabilização dos bancos e na prevenção de falências. Para além das medidas destinadas a prevenir o desemprego, é necessário criar um mecanismo que confira um novo ímpeto ao crescimento económico da União Europeia.

O mecanismo utilizado pela Comissão visa criar uma infra-estrutura que, por seu lado, oferece aos cidadãos a possibilidade de trabalharem. Em termos práticos, é possível transitar de uma estratégia temporária para uma estratégia de longo prazo. Este mecanismo tem de ser estabelecido rapidamente, já em Janeiro de 2010. O nosso debate de hoje e as nossas decisões são seguidos por muitas pessoas que se encontram numa situação de desigualdade e por muitos jovens que querem entrar no mundo do trabalho e aos quais nós temos simplesmente de estender a mão.

Insisto na proposta já feita de criar uma rubrica orçamental separada de 50 milhões de euros para este mecanismo. Isto permitirá que cerca de 6 000 empresários europeus lancem as suas próprias empresas, as desenvolvam e gerem, assim, novos postos de trabalho.

Além disso - e este é o aspecto mais importante -, é essencial melhorar o acesso aos recursos e, sobretudo, informar melhor os cidadãos sobre todos os projectos a que podem candidatar-se.

**Małgorzata Handzlik (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, centenas de milhares de europeus sentiram os efeitos da crise económica da forma mais dura já que perderam os seus empregos. Em todos os países da União Europeia, a taxa de desemprego aumentou e este é o aspecto da crise que mais preocupa os nossos cidadãos. Está a chegar ajuda essencial às instituições financeiras. Infelizmente, a ajuda não está a chegar a tempo às pessoas em risco de perder o seu emprego, e são estas que irão sentir por mais tempo os efeitos da actual crise.

Por isso, também eu estou satisfeita com a criação do Instrumento Europeu de Microfinanciamento para o Emprego e a Inclusão Social. Especialmente digna de nota é a combinação deste mecanismo com o objectivo geral de apoio ao empreendedorismo. Os fundos proporcionados com a ajuda deste mecanismo irão estimular a criação de novas empresas. Estas são boas novas para a nossa economia, porque são as pequenas e médias empresas que são a sua fundação, e são as PME que criam postos de trabalho.

O mecanismo encaixa perfeitamente no conceito de apoio ao empreendedorismo apresentado na Carta Europeia das Pequenas Empresas. É importante que as empresas também recebam ajuda numa fase posterior e não apenas na fase de criação, porque os recursos financeiros deste mecanismo só trarão benefícios às pessoas que os utilizarem e à economia quando as empresas criadas forem capazes de sobreviver no mercado.

Espero também que o empreendedorismo, especialmente no que diz respeito às PME, não seja tema dos nossos debates apenas durante a crise. Temos de adoptar uma abordagem global ao empreendedorismo, porque estas empresas criam empregos para os nossos cidadãos e não apenas em tempos de crise.

**Silvia Costa (S&D).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, seria muito importante que 2010, Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, assinalasse o nascimento de um novo instrumento financeiro comunitário, dedicado ao microfinanciamento e dirigido às pessoas mais desfavorecidas em termos de acesso ao sistema bancário mas que têm projectos de microempresas.

Como sabemos, o microcrédito já demonstrou ser um meio extraordinário para criar oportunidades de auto-emprego e valor social generalizado nos países em desenvolvimento, sobretudo para as mulheres. Tornou-se uma nova estratégia das Nações Unidas e do Banco Mundial, mas também já foi experimentado com resultados positivos em muitos países, em muitos Estados-Membros europeus, incluindo a Itália, principalmente com imigrantes, mulheres e jovens.

Com a aprovação deste relatório, o Parlamento Europeu oferece, no meio de uma grave crise económica e financeira, não só uma oportunidade estratégica de inclusão social mas também um desafio positivo ao sistema bancário, uma vez que está a desenvolver uma nova perspectiva e novas competências, em colaboração com entidades sem fins lucrativos e instituições locais e nacionais.

Fico satisfeita com a aprovação de muitas alterações que não vou voltar a mencionar, mas gostaria de dizer que, neste momento, não pedimos apenas recursos para o microcrédito, também pedimos que o microcrédito...

*(A Presidente retira a palavra à oradora)*

**Christa Klauß (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, no mês passado a Comissão apresentou a sua nova estratégia UE 2020 como uma continuação dos objectivos de Lisboa e, entre outras coisas, apelou a uma Europa mais social.

Se nos estamos a esforçar para assegurar emprego duradouro para os cidadãos europeus, então, especialmente agora nesta situação económica difícil, temos de garantir que as pessoas possam executar por elas próprias as suas boas ideias, de forma a gerar o seu próprio rendimento. O instrumento de microfinanciamento da UE para o emprego destina-se a proporcionar a oportunidade para um novo começo e a suavizar o caminho para o empreendedorismo.

O caminho para o emprego independente faz-se muitas vezes por etapas. É mais fácil gerir pequenos investimentos iniciais do que acumular grandes volumes de dívida. Um risco mais maneável para começar uma actividade por conta própria é algo que as mulheres em particular procuram, frequentemente pedindo o capital de arranque para garantir o início do negócio e, em seguida, quando o negócio está a ir bem, para o expandir. As mulheres querem crescer com os seus negócios. É, portanto, necessário oferecer aos cidadãos montantes de crédito tão pequenos quanto possível. Com isso quero dizer montantes significativamente inferiores a 25 000 euros, que é a importância geralmente prevista para os microcréditos.

Especialmente em tempos de crise económica, deve proporcionar-se a liquidez necessária à população em geral. Se isto representar uma maneira de ajudar a manter baixas para os microcréditos as normalmente altas taxas de juro e taxas administrativas, então seria uma oportunidade para dar um novo impulso à economia.

Congratulo-me com a ideia apresentada na proposta da Comissão. As comissões do Parlamento Europeu discordam acerca do financiamento. Questionar a competência da política europeia é certamente admissível nesta área. Os Estados-Membros têm a responsabilidade principal. A meu ver, no entanto, os fundos do Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (PROGRESS), especialmente da forma aqui proposta, irão permitir que as pessoas se estabeleçam por conta própria.

**Antonio Cancian (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta noite estamos a discutir questões que constituem, neste momento, o verdadeiro âmagô social da nossa sociedade – discutindo anteriormente a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e, conforme esperamos, do “Progress” nos próximos dias – e este fundo europeu destinado ao microfinanciamento constitui o instrumento ideal e essencial.

Penso que não vale a pena repetir que é ele que resolve, ou tenta resolver, os problemas dos cidadãos mais necessitados, que os faz sentir mais confiantes e acalantar mais esperanças em termos de empreendedorismo e visão do futuro, portanto penso que aqui não temos bem presente os prejuízos causados por este autêntico

vendaval de crises e se ouve muito falar de estratégia de saída, da maneira de se sair desta crise. Dela só sairemos se resolvermos o problema do emprego, que é o nosso drama, por isso devemos fazer o possível para que as coisas avancem o mais rapidamente possível e assegurar que haja garantias firmes no que se refere aos recursos destinados a este instrumento, já que teremos de mobilizar recursos muito mais importantes do que aqueles de que se ouviu falar esta noite e certamente não se deverá desviar dinheiro de um instrumento para o outro, uma vez que os três têm necessidade desse dinheiro.

Penso que estes 100 milhões de euros não devem em absoluto ser retirados do “Progress”, uma vez que têm os mesmos objectivos, mas deverá ser uma linha orçamental completamente diferente e deverá garantir a mobilização de recursos muito mais importantes.

**Pascale Gruny (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, antes de mais, gostaria de agradecer à relatora pelo trabalho que realizou, assim como aos nossos colegas pelo trabalho empenhado que desenvolveram para criar este novo instrumento de microfinanciamento.

Este instrumento europeu tornará possível conceder microcréditos às pequenas empresas e às pessoas que perderam o seu emprego e que desejam criar as suas próprias pequenas empresas. Neste período de crise financeira, as pessoas mais vulneráveis, especialmente os desempregados e os jovens, foram as mais sentir os efeitos da crise. Com efeito, este ano, na União Europeia, foram registados mais de 3,5 milhões de perdas de posto de trabalho. Com a adopção deste novo instrumento, essas pessoas vão poder aceder mais facilmente ao capital necessário para criar e desenvolver uma empresa e realizar o seu sonho de empreendedorismo. Não devemos esquecer que mais de um terço das micro-empresas são criadas por pessoas desempregadas.

Na minha região, sou frequentemente abordada por cidadãos que desejam obter ajuda para criar as suas próprias empresas. Estou convencida de que esta nova iniciativa irá dar frutos ao preservar empregos, e que irá criar também novos empregos. A proposta facilitará os investimentos de montantes pouco elevados e dará às micro-empresas uma oportunidade de crescerem.

Senhora Presidente, gostaria de saudar a verdadeira mais-valia dos microcréditos, que será acompanhado por novas medidas de apoio, como a formação e a tutoria, o que permitirá aos mais jovens e aos desempregados obterem garantias e assistência para os seus projectos de investimento. Espero que este novo instrumento a favor do emprego seja adoptado com a maior brevidade possível e que se chegue a um acordo entre o Parlamento e o Conselho para que este instrumento, que é vital para os nossos concidadãos, especialmente durante este período de crise, seja tornado permanente.

Senhoras e Senhores Deputados, não esqueçamos que são as pequenas e médias empresas que geram emprego.

**Raffaele Baldassarre (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o instrumento de microfinanciamento para o emprego insere-se num conjunto de iniciativas que foram adoptadas a nível europeu, oferece aos desempregados a possibilidade de um novo recomeço e abre o caminho ao empreendedorismo para alguns dos grupos mais desfavorecidos da Europa, incluindo, naturalmente, os jovens.

O novo instrumento deverá alargar o espectro do apoio financeiro destinado aos novos empresários no actual contexto de uma reduzida concessão de crédito. Os empresários individuais e os fundadores de microempresas disporão igualmente da assistência de serviços de orientação, formação, preparação e reforço das capacidades, bem como de taxas de juros facilitadoras sob a égide do Fundo Social Europeu.

É evidente que, tendo em conta a actual contracção do crédito bancário e tendo em conta as dificuldades actualmente existentes no acesso ao crédito, se os sectores mais fracos da nossa sociedade, os desempregados e os grupos mais desfavorecidos, quiserem levar a cabo uma acção, uma actividade empresarial, tudo isso deve ser fortemente apoiado, uma vez que se trata de um dos instrumentos que pode ajudar-nos a combater aquilo que constitui o epílogo natural da crise financeira, ou seja uma crise de emprego sem fim. Muito embora se vislumbrem alguns sinais de recuperação económica, no que respeita ao emprego, os sinais continuam a ser negativos.

No entanto, é necessário que a transferência dos fundos destinados ao “Progress” se mantenha inalterável, no sentido de que não podemos transmitir um sinal de desvio de recursos do programa “Progress”. Esses recursos devem ser encontrados a partir de outras fontes e, sobretudo, devem ser associados a outras iniciativas europeias, de forma a podermos projectar uma imagem forte e a fazer um esforço importante a favor dos desempregados da Europa.

**Elisabeth Morin-Chartier (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de chamar a vossa atenção para a importância fundamental de que o microcrédito se reveste para o emprego nestes tempos de crise. O microcrédito permite que os desempregados façam um novo começo, graças a instrumentos de partilha de riscos e de financiamento, abrindo as portas ao empreendedorismo.

Dada a crise financeira e a queda significativa do número de empréstimos que são concedidos, apoio a proposta da Comissão Europeia de estabelecer um instrumento de microfinanciamento destinado às pessoas mais vulneráveis, e em especial às mulheres, aos jovens e aos desempregados.

Gostaria de secundar os meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu que, em conjunto com outros grupos – socialistas, liberais e conservadores – apresentaram alterações de compromisso no sentido de instituir este instrumento de microfinanciamento com a maior rapidez possível, já a partir de 2010. Apelo também ao Conselho de Ministros para que, na actual situação de crise, assuma a responsabilidade de encontrar uma solução rápida para combater o desemprego e assegure uma solução duradoura para o financiamento deste microcrédito.

**Artur Zasada (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, o programa PROGRESS é uma iniciativa importante destinada a ajudar os Estados-Membros a executar eficazmente os seus objectivos nas áreas do emprego e assuntos sociais. Na semana passada, tive uma reunião com os membros do comité do programa a respeito da execução do programa PROGRESS. As minhas conclusões foram as seguintes. Em primeiro lugar, a campanha publicitária que deverá apresentar os potenciais beneficiários do programa ao âmbito da sua operação, não está a ser conduzida de forma suficientemente visível. Em segundo lugar, a maior parte da informação sobre apresentações de propostas e concursos está disponível em três idiomas apenas: inglês, alemão e francês. Isto constitui uma barreira funcional para as pessoas que não falam nenhuma dessas línguas. Acho que é necessária uma revisão dos princípios da campanha promocional. Temos de dar maior conhecimento sobre o programa PROGRESS e divulgar informação sobre este por toda a União Europeia, o mais rapidamente possível.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) O Instrumento Europeu de Microfinanciamento para o Emprego e a Inclusão Social favorece, e deve favorecer, a aplicação de procedimentos simples para que as pessoas afectadas possam beneficiar eficazmente deste. No entanto, acredito que o mecanismo de microfinanciamento deve ser mais orientado para as pessoas que perderam os seus empregos, estão em desvantagem em termos de acesso ao mercado tradicional de crédito e desejam criar ou continuar a desenvolver a sua própria microempresa, inclusive como uma actividade por conta própria.

Eu acho que deve ser dada atenção especial aos jovens que, infelizmente, segundo recentes estatísticas europeias, estão a enfrentar períodos cada vez mais longos de desemprego ou são contratados a título temporário. Além disso, um relatório anual sobre a utilização do orçamento atribuído permitirá, num futuro próximo, levar a cabo uma análise séria, e, se necessário, um reforço no orçamento. Se transferirmos verbas de um programa para outro, corremos o risco de desvalorizar ambos.

**Karin Kadenbach (S&D).** – (DE) Senhora Presidente, hoje debatemos sobre o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e agora estamos a falar de microcréditos. Ambos os instrumentos são absolutamente essenciais para combater os efeitos da crise económica e financeira da EU e para estimular o mercado de trabalho europeu.

Precisamos de ambos os instrumentos já que nem toda a gente está destinada a ser um empreendedor. Nem deverá ser o objectivo da nossa política de emprego fazer novos empreendedores independentes de ex-empregados e de trabalhadores assalariados por razões puramente comerciais. Para estas pessoas, o termo "potencial trabalhador independente" seria mais apropriado. Os Estados-Membros devem também tomar as devidas medidas de precaução nesta matéria. No entanto, para todos aqueles que querem aceitar o desafio do emprego independente, os recursos devem ser disponibilizados para que possam iniciar ou ampliar o seu negócio. Em paralelo, no entanto, deve ser assegurado – e este é o dever do Parlamento Europeu e dos Estados-Membros – que a segurança social normal continua a ser prestada. Precisamos de dinheiro novo para ideias novas.

**Zigmantas Balčytis (S&D).** – (LT) Acredito que hoje os deputados são totalmente unânimes em considerar que este mecanismo de apoio de microfinanciamento é actualmente muito necessário. As condições de vida e de trabalho mudaram radicalmente e o flagelo do desemprego que tem afectado quase todos os Estados obriga-nos a apresentar algumas propostas em relação a certas estruturas de apoio que devem ser alteradas. Até ao presente, a maior parte do apoio financeiro foi destinado às grandes empresas e organizações e, em



muitas ocasiões, foi salientado que o cidadão comum da União Europeia tinha pouca ou nenhuma esperança de apoio financeiro. Eu acredito que a solução futura da Comissão de procurar um acordo conjunto com o Parlamento Europeu é absolutamente essencial. Cem milhões é o começo. É uma primeira tentativa, mas estou convencido de que pode ser bem sucedida.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, o debate demonstrou claramente o apoio do Parlamento ao instrumento de microfinanciamento e acredito que não há disputas fundamentais quanto à essência da questão. Também acredito que há muita proximidade com a posição do Conselho no que diz respeito à essência da questão.

É a questão do financiamento que permanece em aberto. Naturalmente, a questão do financiamento faz também parte do processo de co-decisão, o que significa que será bastante necessário e desejável tentar encontrar um compromisso, e congratulo-me que o debate tenha assinalado uma enorme vontade de retomar negociações com o Conselho, sem demora. Ao mesmo tempo, o debate indicou a possibilidade de um compromisso em algumas áreas.

No debate houve frequentes menções e frequente criticismo da Comissão em relação à questão do programa PROGRESS e a sua utilização no âmbito deste novo instrumento. Tenho de dizer que a Comissão não foi confrontada com uma questão simples, pois tinha que se limitar ao âmbito do orçamento existente ou ao âmbito do acordo interinstitucional. Só podia utilizar o dinheiro que estava disponível. Ao pesar a nossa decisão sobre a utilização dos recursos do programa PROGRESS, nós considerámos muito cuidadosamente as consequências e chegámos à conclusão de que, embora não fosse uma solução ideal, era provavelmente uma das soluções possíveis.

Foi repetidamente afirmado no debate que se tratava de um truque de magia ou de transferir dinheiro de um pote para outro. Não é esse o caso, uma vez que todas as análises mostram claramente que os recursos utilizados no âmbito do princípio do microcrédito estão sujeitos a um estimado efeito multiplicador de cinco. No outro programa, estes recursos permitiriam atingir um índice de 1, enquanto no programa de microcrédito, podem, teoricamente, atingir um índice de até 5. Sob esta perspectiva, não é simplesmente uma questão de transferir de um pote para outro, mas de uma nova utilização dos recursos. Gostaria de reiterar que não foi uma decisão fácil, e eu nem sequer penso que era a única decisão, mas no debate sobre um compromisso, uma base razoável irá certamente ser encontrada, ou pelo menos assim espero.

A ideia do microcrédito é baseada numa declaração clara de que o actual sistema financeiro não prevê fontes suficientes para as pequenas e muito pequenas empresas em especial, ou seja, o sistema não faz uso do capital humano presente em pessoas que fazem parte dos chamados grupos vulneráveis. Considero que este é um grande desperdício de uma oportunidade e, por isso, estou satisfeito por a Comissão ter proposto este instrumento e também estou satisfeito por o Parlamento o ter em tanta consideração.

Como eu já disse, a ideia é utilizar o capital humano que está presente em pessoas que normalmente não poderiam fazer uso do seu capital desta forma empreendedora. No entanto, também é muito importante fazer uso do tempo. Na minha opinião, manter um debate demasiado longo seria contra o próprio significado do presente instrumento, que é particularmente necessário em tempos de crise. Acredito também que será necessário em alturas em que não há crise e que se tornará uma componente permanente do mercado de trabalho europeu e da sua política económica.

**Kinga Göncz**, *relatora*. – (HU) Obrigada pelas observações e comentários de apoio. Permitam-me que partilhe a opinião daqueles que manifestaram o seu desapontamento devido à falta de vontade da Comissão de chegar a um compromisso. Também tenho de dizer ao Senhor Comissário que, se reafectarmos apenas os recursos do programa Progress, tal transmitirá a mensagem de que, quando se trata de recursos para a inclusão social, só conseguimos planear o apoio aos mais vulneráveis tirando os recursos dos lugares que servem os mesmos objectivos. Somos incapazes de encontrar outro tipo de recursos. Penso que isto é inaceitável.

O processo de co-decisão também significa que todos, todas as partes, têm de dar passos. O Parlamento apareceu com uma série de sugestões e propostas nesta matéria, ao passo que o Conselho e a Comissão não apresentaram nenhuma, o que teria contribuído para se chegar a um acordo. Tenho de dizer à senhora deputada Elisabeth Schroeder que o facto de estarmos aqui a defender o programa Progress transmite a nossa convicção – uma convicção partilhada de que ainda estamos dispostos a chegar a um compromisso nesta matéria – de que este programa tem de ser implementado o mais rapidamente possível.

A assistência fornecida só será eficaz se o instrumento puder ser lançado no início de 2010. Se o Parlamento votar realmente esta matéria esta semana, terá feito, pela sua parte, tudo que está ao seu alcance para assegurar

que este programa seja lançado no início de 2010. O Parlamento votará, provavelmente, a favor de 25 milhões de euros dos seus próprios recursos para o próximo ano; se o Parlamento votar a favor de todo o montante, tal será suficiente para a Comissão assinar os acordos que podem facilitar o lançamento do programa.

Penso que esta atitude reflecte a abordagem construtiva do Parlamento. De qualquer modo, considero que este programa é extremamente importante do ponto de vista da inclusão social. Também gostaria de pedir aos meus colegas que o apoiaram que concordem connosco em não tirar todos os recursos do programa Progress e também intervenham junto dos seus governos em prol dos recursos, visto que os governos destes países são membros da Comissão.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

*Declarações escritas (Artigo 149.º)*

**Corina Crețu (S&D), por escrito.** – (RO) A crise económica transformou-se numa crise social aguda para a qual ainda não encontramos uma solução. Infelizmente, um dos indicadores que poderiam ajudar a lançar uma recuperação, o nível de empréstimos, atingiu o nível mais baixo na zona euro desde 1991 e está a passar por um colapso sem precedentes nos novos Estados-Membros, como é o caso na Roménia. Este é um dos elementos que lançam dúvida sobre as perspectivas de superação da recessão. Como tal, aprecio a proposta, aliás, bem-vinda, da Comissão Europeia de criação de um instrumento de microfinanciamento.

No entanto, para assegurar a eficácia das medidas de inclusão social, o instrumento tem de ser inscrito numa rubrica orçamental separada. A reafecção dos fundos do programa Progress afectaria as suas orientações específicas para a acção comunitária e enviaria um sinal de alarme no que diz respeito à abertura social de um executivo europeu que tem sido, até agora, extremamente relutante em termos de manifestação de suficiente envolvimento social, infelizmente.

A crise está a afectar todas as categorias de pessoas vulneráveis, mas nós não podemos ignorar a gravidade do desemprego juvenil. O facto de um em cada cinco jovens na Europa não ter emprego pode ter muitas repercussões a nível económico e social, assim como do ponto de vista demográfico e criminal. Por isso, penso que é adequado concentrar-se mais no aumento das possibilidades de entrada dos jovens no mercado de trabalho.

**Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), por escrito.** – (RO) Desde o Outono do ano passado, houve mais de 5 milhões de cidadãos europeus que perderam o seu emprego, o que resultou num total de 22,5 milhões de desempregados na Europa. Não podemos ignorar, neste contexto, o nível grave de desemprego entre os jovens. É muitíssimo preocupante que um em cada cinco jovens na Europa não tenha emprego, o que tem repercussões a nível económico e social, assim como do ponto de vista demográfico e criminal. Em alguns países, a percentagem de jovens sem emprego é ainda mais alta em comparação com a taxa de desemprego a nível nacional. Por exemplo, um jovem letão em cada três está desempregado, enquanto cerca de 43% dos cidadãos espanhóis com menos de 25 anos estão afectados por este problema. Penso que é necessário prestar mais atenção aos jovens. Neste aspecto, a iniciativa apresentada pela Comissão Europeia relativa a programas de microfinanciamento, inscritos numa rubrica orçamental separada, ajudará a encorajar e motivar os jovens a entrarem no mercado de trabalho, reduzindo, assim, a taxa de desemprego, que aumentou neste grupo.

**Iosif Matula (PPE), por escrito.** – (RO) Os esforços que estão a ser empreendidos actualmente tanto a nível da UE, como a nível nacional, têm de ser multiplicados, em ordem a melhorar a oferta de microcréditos. O instrumento de microfinanciamento europeu tem de proporcionar uma assistência útil aos desempregados e às pessoas vulneráveis que gostariam de criar ou explorar microempresas. Penso que o instrumento de microfinanciamento europeu tem de dispor de uma linha de crédito separada, visto que os beneficiários deste programa são diferentes dos do programa Progress. Os fundos do programa Progress não devem, em circunstância alguma, ser reduzidos durante este período de crise, visto que são destinados aos grupos mais vulneráveis. Também penso que o instrumento de microfinanciamento europeu deveria possuir um orçamento suficientemente grande para atingir realmente de forma eficaz os seus objectivos em termos de emprego e de inclusão social. Os Estados-Membros e a UE na sua totalidade têm de continuar a implementar o programa Progress de forma eficaz, num momento de crise económica global.

## 19. Segurança dos brinquedos (debate)

**President.** - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a segurança dos brinquedos.

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, discutimos sempre os brinquedos antes do Natal, o que é correcto, já que é este o momento em que as pessoas se interessam mais por brinquedos. Estou grato pelo facto de o fazermos, mais uma vez, este ano, uma vez que a segurança dos brinquedos é uma matéria do interesse do Parlamento, do Conselho e da Comissão e em relação à qual todos nós estabelecemos as maiores exigências.

O debate esta noite foi desencadeado por reportagens nos meios de comunicação social num Estado-Membro em particular – a Alemanha. Elas têm origem no Instituto Federal de Avaliação dos Riscos e na Associação de Supervisão Técnica (*Technischer Überwachungsverein*). Nenhuma das instituições se dirigiu directamente à Comissão. Nem o Governo alemão se dirigiu, até agora, à Comissão nesta matéria. Por isso, não sabemos mais do que aquilo que foi afirmado por estas duas instituições nos seus comunicados de imprensa e do que aquilo que se pode ler nos meios de comunicação social alemães. Apesar disso, está em causa um tema que tem de ser tomado de tal forma a sério que temos de o tratar, mesmo que não possamos senão basear-nos nos relatos da imprensa.

A análise da informação de que dispomos indica que precisamos de lidar com quatro questões diferentes. A primeira é uma questão muito fácil de responder. De acordo com uma declaração da Associação de Supervisão Técnica alemã, uma parte considerável dos brinquedos no mercado alemão que foram sujeitos a testes não cumprem as disposições legais em vigor na União Europeia. Neste caso, Senhoras e Senhores Deputados, as regras são absolutamente claras. Se um Estado-Membro descobrir uma situação deste tipo, é obrigado a informar imediatamente todos os outros Estados-Membros e a Comissão Europeia, assim como a tomar as medidas necessárias. Estas podem até implicar a retirada imediata destes produtos do mercado, e isto em toda a Europa, bem como a imposição da proibição de importação, se estes produtos forem fabricados fora da União Europeia. Espero que as autoridades alemãs notifiquem muito rapidamente os outros Estados-Membros, assim como a Comissão através do RAPEX. Se forem necessárias proibições de importação, garanto-vos aqui e agora que a Comissão as aprovará directamente e sem demora. No entanto, tal como disse, até agora, não nos foi apresentada nenhuma informação pelas autoridades alemãs.

A fiscalização do mercado – e tenho de dizer isto aqui muito claramente – é da exclusiva responsabilidade dos Estados-Membros. Nem a Comissão Europeia, nem o Parlamento ou o Conselho dispõem de quaisquer instrumentos de fiscalização do mercado. Estes estão reservados exclusivamente aos Estados-Membros. No entanto, estes são obrigados por lei, incluindo pela directiva relativas aos brinquedos em vigor, a exercer esta fiscalização do mercado. Quando leio notícias da Alemanha segundo as quais é duvidoso que a fiscalização do mercado nacional esteja em posição de cumprir os requisitos da nova directiva relativa aos brinquedos, não posso senão dizer uma coisa, nomeadamente, que o Governo alemão tem a obrigação de garantir que as autoridades alemãs de fiscalização do mercado possam cumprir estes requisitos. Portanto, penso que a resposta a esta questão é bastante clara.

A segunda questão também é simples. Constitui um tema antigo, acerca do qual decorreram debates intensos no Parlamento, no contexto da adopção da directiva relativa aos brinquedos, e no qual a votação decisiva neste Parlamento resultou numa decisão por uma maioria clara e inequívoca no processo de votação nominal. O tema está relacionado com a questão da certificação obrigatória de brinquedos por um organismo terceiro. Esta proposta foi apresentada pela Alemanha e era apoiada pela Associação de Supervisão Técnica alemã. Foi rejeitada, muito acertadamente, visto que a certificação por um organismo terceiro não oferecia qualquer segurança adicional no caso de brinquedos, que não são, por norma, complicados do ponto de vista técnico, visto que o protótipo é que seria certificado neste caso.

No entanto, quando se trata de brinquedos, o problema não é o protótipo, mas, como sabemos por experiência, o problema consiste em saber se os altos requisitos que estabelecemos são realmente cumpridos por todos os fornecedores e todos os envolvidos na cadeia de abastecimento durante todo o processo de fabrico. Tal como em todas as outras áreas, quando se trata de brinquedos, regemo-nos pelo princípio de que os fabricantes têm de assumir toda a responsabilidade pelo cumprimento da legislação em vigor por parte de determinado produto. Não podemos libertar os fabricantes em causa desta responsabilidade, independentemente do lugar no mundo em que se encontram.

Se existir um problema com a fiabilidade num determinado país, temos de falar com este país sobre a melhoria das suas condições de produção e é precisamente isto que a Comissão Europeia está a fazer. Refiro-me à

China. Estamos num contacto estreito e intenso com a China no que diz respeito à questão da forma de assegurar realmente que as condições de produção neste país, que é, de longe, o maior fabricante de brinquedos do mundo, cumpram os nossos requisitos. Foram feitos progressos reais nesta matéria, mas é preciso fazer mais, certamente.

O terceiro conjunto de questões está relacionado com substâncias químicas e metais pesados em brinquedos. É uma questão difícil e complexa. A orientação política que dei aos meus colegas durante a elaboração da directiva relativa aos brinquedos foi no sentido de se estabelecerem as regras mais rigorosas possíveis – as mais rigorosas possíveis! Esta opinião também foi partilhada pelo Conselho e pelo Parlamento. Por conseguinte, os valores-limite que incluímos na nova directiva relativa aos brinquedos, que serão introduzidos progressivamente a partir de 2011, correspondem ao nível de conhecimento científico no momento em que a directiva foi adoptada.

No entanto, estávamos cientes de que se tratava de um processo em evolução – a ciência está sempre a avançar, como é óbvio, e há sempre novos resultados de investigação e novas descobertas –, e, por isso, elaborámos em conjunto um enquadramento da directiva de forma que as novas descobertas científicas da existência de riscos não observados anteriormente e os valores-limite que foram estabelecidos a um nível demasiado elevado possam ser introduzidos muito rapidamente na directiva, num processo de comitologia que envolva o Parlamento. De acordo com a situação jurídica actual, adoptada pelo Parlamento Europeu, a avaliação dos riscos de produtos exige o envolvimento da comissão científica competente.

Neste ano, houve por duas vezes indicações de que podem existir novas descobertas. A primeira indicação chegou-nos através de uma carta que me foi enviada, na Primavera deste ano, pela Ministra Federal alemã da Alimentação, da Agricultura e da Defesa do Consumidor. A carta era relativa ao cádmio. Tomei diligências imediatas para que esta questão fosse apresentada à comissão científica, não só no que diz respeito ao cádmio, mas também a outros metais pesados. Estamos à espera dos resultados dos exames desta comissão durante o primeiro semestre de 2010 – até ao final de Junho, o mais tardar. Se os exames revelarem de facto novos conhecimentos, apresentaremos imediatamente uma proposta para tornar a directiva que ainda não entrou em vigor mais rigorosa, de modo a que entre em vigor em 2011 com os valores-limite mais rigorosos.

O segundo caso é um pouco mais complicado e difícil de explicar. Está relacionado com hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, conhecidos como HAP, que estão à nossa volta no nosso quotidiano – nem sequer temos noção daquilo com que entramos em contacto. Neste caso, também recebemos a informação de que os valores-limite estabelecidos para estes hidrocarbonetos policíclicos podem ser demasiado elevados. A comissão científica está a investigar esta questão. Os resultados também chegarão a tempo de podermos proceder a correcções.

Permitam-me que chame agora a atenção para o facto de estarmos a lidar aqui com um problema que não conseguimos resolver enquanto políticos. São questões técnicas extremamente complexas. Admito muito abertamente que nem sempre percebo as análises científicas extremamente complexas que me são apresentadas. Não imagino que existam muitos deputados deste Parlamento, mesmo que estivessem todos aqui nesta noite, que possam afirmar que as percebam. Não podemos percebê-las, porque não possuímos a formação necessária para tal. Por isso, em certa medida, temos de confiar nos nossos peritos. Aqui é que está o problema.

Todos nós sabemos, como é óbvio, que a história da ciência está cheia de exemplos de casos em que a teoria geralmente aceite se revelou errada. Também está cheia de exemplos de opiniões chamadas minoritárias que acabaram por se revelar correctas. Enquanto políticos, como podemos decidir, quando os cientistas discordam uns dos outros? Não podemos, e este é um risco inerente ao nosso trabalho como políticos, risco esse que não podemos evitar.

A regra que temos nas instituições europeias é seguirmos as recomendações das comissões científicas competentes e foi isso que fizemos também neste caso. Gostaria, contudo, de dizer muito abertamente que levo esta questão tão a sério que qualquer indício, mesmo pequeno, de que possam existir novas descobertas – e mesmo que tomemos conhecimento das mesmas apenas numa notícia de jornal –, é assumida com tanta seriedade pela Comissão que a questão é apresentada aos cientistas.

O último ponto é bastante aborrecido. Tenho de dizer, nesta matéria, que esperava que um instituto pertencente ao governo de um Estado-Membro observasse os requisitos mínimos de uma boa conduta científica. A alegação do Instituto Federal de Avaliação dos Riscos, amplamente adoptada pelos meios de comunicação social alemães, segundo a qual temos um valor-limite para pneus relativo aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos cem vezes mais rigoroso do que para brinquedos de crianças é, simplesmente, uma

calúnia escandalosa. Trata-se, pura e simplesmente, de uma calúnia escandalosa e os cientistas daquele instituto sabem-no.

A verdade é que as regras que se aplicam ao fabrico de pneus, em particular, aos óleos utilizados neste processo, são anteriores ao REACH e à directiva relativa à segurança dos brinquedos e que, neste caso, há uma destas substâncias que é tomada como um valor de referência. No entanto, esta substância representa um grupo de cerca de cem outras substâncias. Por conseguinte, os senhores deputados precisam de multiplicar o valor de referência por cem. Então, chegarão exactamente ao valor-limite que também se aplica a outros produtos na União Europeia.

Por outras palavras, como o valor-limite aplicado à utilização de certos óleos no fabrico de pneus se baseia no teor mais baixo destas substâncias que ainda é possível medir no produto, no caso dos brinquedos também acontece exactamente o mesmo. O teor é definido em termos do teor mínimo que ainda é possível medir. Resta-me instar o Instituto Federal a retirar esta afirmação enganosa e indefensável. É, de facto, intolerável que tenhamos de lidar com estas coisas.

Em resumo, no que diz respeito à directiva relativa aos brinquedos, produzimos um documento que, segundo o que sabemos e cremos ser verdade, corresponde àquilo que era possível na altura em que foi adoptado. Elaborámo-lo de modo a que seja possível inserir novos conhecimentos a qualquer momento, para que os requisitos de segurança relativos aos brinquedos reflectam sempre um nível científico e de investigação actualizado.

**Andreas Schwab**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, gostaria de lhe agradecer sinceramente a clareza e credibilidade das afirmações sobre os valores-limite que estão aqui em debate. Em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) – na altura, também nomeámos a senhora deputada Marianne Thyssen como relatora para a directiva sobre os brinquedos –, gostaria, por isso, de tornar claro que também nós queremos atingir e preservar a protecção absoluta no que diz respeito a todas as substâncias perigosas. Sabemos que, neste respeito, temos uma responsabilidade particular pela saúde das nossas crianças e, portanto, do nosso futuro.

Antes do Natal, em particular – como o Senhor Comissário referiu –, tem de ser possível aos pais e avós ter a certeza de quais são os brinquedos seguros para os seus filhos ou netos e que brinquedos podem comprar-lhes. Tal como o Senhor Comissário, também eu apelo às autoridades de fiscalização do mercado nos Estados-Membros, em particular, na Alemanha, para que cumpram as suas obrigações e retirem do mercado os brinquedos perigosos. Penso que tomámos a decisão acertada, à altura, de não implementar a certificação por organismos terceiros enquanto critério de avaliação geral para os brinquedos.

Quanto aos valores-limite, foi feito um apelo semelhante há um ano – como referiu o Senhor Comissário. Nessa altura, escrevi uma carta a pedir-lhe a apresentação da questão à comissão científica da Comissão e estou-lhe muito grato por isso. Procurei, então, obter mais opiniões científicas da Alemanha, e, entretanto, recebi estas. Gostaria de citar um estudo realizado pelo *Chemisches und Veterinäruntersuchungsamt Stuttgart* (Gabinete de Ensaios Químicos e Veterinários em Estugarda): "As comparações dos valores-limite de migração mais elevados na nova directiva com os valores da DIN EN 71 3, com quinze anos, são, em última análise, difíceis de avaliar do ponto de vista científico".

Penso que tal me permite explicar que não se trata de uma forma fácil de empurrar a questão para a ciência, dizendo: "não queremos examinar a questão com mais atenção, porque não queremos compreendê-la", mas que se trata de uma discussão autêntica e difícil entre peritos e que há um instituto na Alemanha que está a fazer valer o seu ponto de vista de forma particularmente veemente. Insto-o, contudo, Senhor Comissário, a fazer tudo o que está ao seu alcance para reunir os institutos científicos envolvidos, a fim de lhes permitir chegar, finalmente, a acordo sobre uma opinião objectiva do ponto de vista científico.

**Sylvana Rapti**, em nome do Grupo S&D. – (EL) Senhora Presidente, os pais intervêm todos os anos, por esta altura, para assegurar que o Pai Natal receba cartas. Nessas cartas, as crianças pedem brinquedos. Um destes brinquedos pode ser este aqui, tal como este pode ser um dos 104 brinquedos controlados pelo instituto federal alemão responsável pela identificação de riscos em bens de consumo.

Acabei de ouvir o Senhor Comissário, no fundo, a censurar o instituto por este fazer o seu trabalho. Ouvi-o a deitar as culpas aos cientistas. Ouvi-o a deitar as culpas aos Estados-Membros, que são responsáveis pela supervisão. Ouvi tudo isto com muito interesse, tal como o ouvi a dizer-nos, constantemente, com muita honestidade e baseando-se em dados sólidos, que todas as directivas anteriores são melhoradas, de quando

em quando, com base em novos dados. Já este facto confirma que o instituto federal alemão fez o seu trabalho de forma adequada. Portanto, devemos ter isto em mente.

Quanto à directiva, ela será implementada em 2011 e, em relação às substâncias químicas, em 2014, como os senhores deputados sabem. Uma outra coisa: no dia 17 de Dezembro, por outras palavras, depois de amanhã, todos os Estados-Membros se dirigirão à Comissão para apresentar o seu projecto relacionado com a regulamentação da supervisão do mercado.

Isto está relacionado directamente com o mercado do Natal. Isto está relacionado directamente com a saúde dos nossos filhos, que brincam com os brinquedos que lhes compramos. Por fim, é muito importante que o debate sobre brinquedos não se realize todos os anos nesta altura. De facto, o debate sobre brinquedos e segurança deveria realizar-se durante todo o ano. Esta é a responsabilidade da Comissão.

**Jürgen Creutzmann**, em nome do Grupo ALDE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa apoia as opiniões expressas no parecer do Instituto Federal Alemão de Avaliação dos Riscos segundo as quais, na avaliação das substâncias cancerígenas, se deveria aplicar o princípio ALARA, por outras palavras, o princípio de "*as low as reasonably achievable*" (tão baixo quanto razoavelmente possível).

Em segundo lugar, existe, por conseguinte, necessidade de a Comissão examinar se este princípio também é cumprido nos valores-limite estabelecidos na directiva relativa aos brinquedos.

Em terceiro lugar, se tal não está a acontecer, solicitamos à Comissão que garanta que, até à transposição da directiva relativa aos brinquedos por todos os Estados-Membros, em 2011, os valores-limite sejam estabelecidos de forma a excluir qualquer risco para a saúde das crianças, resultante de agentes amaciadores existentes em brinquedos.

Em quarto lugar, o princípio, consagrado na directiva relativa aos brinquedos, segundo o qual são proibidas substâncias químicas potencialmente cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas para a reprodução, tem de ser implementado no que diz respeito a componentes de brinquedos acessíveis. É necessário que o estabelecimento de valores-limite o permita realmente, caso contrário, esta directiva é inútil.

Em quinto lugar, tal exige, em particular, uma fiscalização do mercado que seja melhor e mais eficaz, porque, habitualmente, os brinquedos que foram importados para a UE é que excedem os valores-limite estabelecidos pela União. No entanto, a fiscalização do mercado permitiria igualmente testes a brinquedos fabricados na UE, para verificar se também eles cumprem os valores-limite.

Em sexto lugar, é totalmente inaceitável, caso corresponda à verdade, que sejam aplicados padrões menos exigentes a importações para a UE do que, por exemplo, para os Estados Unidos. No entanto, a ameaça da ministra Federal alemã da Alimentação, da Agricultura e da Defesa do Consumidor, Ilse Aigner, de que agiria sozinha e proibiria os chamados "brinquedos tóxicos" constitui, na minha opinião, uma forma completamente errada de lidar com a questão e totalmente contraproducente para criar confiança no mercado interno europeu. O culto puro e simples do populismo nacional não só destrói a confiança nas instituições europeias, como também prejudica o Governo federal alemão, pois este aprovou a directiva relativa aos brinquedos.

**Heide Rühle**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, pedimos este debate para rectificar e esclarecer com exactidão o que estas queixas têm de verdade e o que é apenas populismo barato. Este foi o contexto. Esperaríamos que a Comissão tivesse ido mais rapidamente para a imprensa, mas ficaremos muito satisfeitos se a questão puder ser esclarecida através deste debate.

Congratulo-me com o anúncio de os senhores irem efectuar testes relativos a metais pesados e agentes amaciadores. Penso que tais testes são urgentemente necessários. Gostaria de chamar a atenção para o facto de o número de novos casos de cancro em crianças com menos de 15 anos ter aumentado mais de 50% entre 1980 – quando começou a recolha de dados – e 2006.

Os tumores malignos constituem a segunda causa mais frequente de morte em crianças. Por isso, temos de agir, temos de verificar se estes números são correctos e temos de reagir em consonância. Se o estudo mais recente do Instituto Federal Alemão de Avaliação dos Riscos mostra que a directiva revista relativa aos brinquedos não oferece protecção suficiente dos agentes amaciadores cancerígenos, temos de tomar medidas.

É inadmissível que as crianças possam absorver em apenas uma hora de contacto cutâneo uma quantidade de substâncias cancerígenas várias vezes superior ao fumo de 40 cigarros. Estas substâncias podem ser evitadas. O estudo mostra que isto é tecnicamente possível. Setenta por cento dos brinquedos vendidos estão

abaixo destes valores-limite. Por isso, é sempre possível exigir que os outros brinquedos também cumpram estes valores-limite. Trata-se, provavelmente, de uma questão de preço, mas isto não pode ser regulado apenas pelo mercado, quando está em perigo a segurança das crianças. É necessário tomar medidas políticas, para adaptar e aumentar os valores-limite em consonância com esta situação.

Quem é responsável pela fiscalização do mercado são os Estados-Membros, e não a Europa, o Parlamento ou a Comissão, como é óbvio. Nós também pedimos várias vezes à Alemanha que leve a sério as suas obrigações no domínio da fiscalização do mercado e que aja em conformidade. No entanto, tal não significa, de maneira alguma, que não devamos agir quando não se tem a certeza se os nossos valores-limite reflectem os conhecimentos científicos mais recentes e, por isso, espero e desejo que a nova Comissão venha a apresentar novas propostas ao Parlamento tão rapidamente quanto possível, de modo a podermos, depois, adaptar os valores-limite relevantes, no processo de comitologia.

**Marianne Thyssen (PPE).** – (NL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a segurança das crianças – os nossos consumidores mais pequenos e mais vulneráveis – sempre constituiu uma prioridade para o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e, na realidade, para todos nesta Câmara, e foi precisamente por isso que, há um ano, adoptámos uma nova directiva relativa à segurança dos brinquedos mais rigorosa. Graças à excelente cooperação com o Senhor Comissário e os seus serviços, com a Presidência do Conselho e com os meus colegas deputados de todos os grupos políticos, conseguimos cumprir rapidamente esta tarefa gigantesca, numa única leitura. Todas as nossas instituições estavam convencidas de que tínhamos elaborado a legislação mais rigorosa do mundo e de que esta estava a ser seguida atentamente até pela China e os Estados Unidos.

O Parlamento agiu de forma sensata no que diz respeito à certificação por terceiros e assumiu uma linha particularmente rigorosa no que diz respeito a substâncias químicas, como os alergénios e os metais pesados. No que diz respeito às substâncias cancerígenas, mutagénicas ou tóxicas para a reprodução (CMR), optámos por uma proibição total, com poucas excepções, sob condições rigorosas. Esta legislação proporciona um período de transição, como é óbvio – é inerente ao sistema e, de qualquer modo, este período de transição é mais curto do que aquele que a indústria considerou ser possível cumprir. Senhoras e Senhores Deputados, ou nos enganámos completamente e falhámos no que diz respeito a esta lei ou a ciência e a tecnologia evoluíram a tal ponto que a lei já necessita de ser alterada, o que pode ser feito muito rapidamente através do processo de comitologia, ou não há nada de errado e, se assim for, não podemos brincar desnecessariamente com o medo das pessoas ou com as suas justas preocupações com a segurança das crianças. Ouvi o Senhor Comissário e acreditei naquilo que disse e vejo que a Comissão Europeia está a fazer o que tem de fazer.

Se forem reveladas mais infracções nesta área, penso que tal mostra que podemos confiar que a fiscalização do mercado existe e está a funcionar. Nesse caso, temos duas questões: a legislação continua a estar actualizada e a fiscalização do mercado é adequada? Se a resposta a ambas as questões for positiva, temos de evitar em absoluto ceder ao populismo e temos de tornar claro às pessoas que não precisam de se preocupar.

**Christel Schaldemose (S&D).** – (DA) Senhora Presidente, obrigada, Senhor Comissário, pela sua introdução. Se o percebi bem, o senhor quis garantir que se iniciasse um estudo sobre se existem, de facto, demasiadas substâncias tóxicas em brinquedos para crianças na Alemanha, como indica o estudo. Se entendi bem, então, gostaria de dizer que a sua ideia é boa. É extremamente importante agirmos rapidamente. Se temos alguma razão para suspeitar que a segurança dos nossos filhos está em risco, temos de agir. Além disso, agradecemos que a Comissão voltasse muito rapidamente aqui ao nosso Parlamento, para nos dar conhecimento sobre se existe ou não alguma razão nestas queixas, como é óbvio. No entanto, gostaria de chamar a atenção para o facto de, no que diz respeito aos agentes amaciadores em brinquedos, existir, de facto, uma série de pesquisas que nos dizem que não há um limite seguro. A única coisa segura a fazer é retirar completamente os agentes amaciadores dos brinquedos das nossas crianças. Penso, realmente, que deveríamos tomar uma posição nesta matéria e ponderar se não deveríamos tornar as normas mais rigorosas. Não tenho a certeza que as normas sejam suficientemente boas, mesmo as da nova directiva relativa aos brinquedos.

Existe, no entanto, uma outra matéria que eu gostaria de abordar a este respeito: recebemos há um mês e meio um estudo da Comissão sobre a forma como a nova legislação relativa à fiscalização do mercado foi implementada em cada Estado-Membro. É, de facto, verdade que cabe aos Estados-Membros a tarefa de garantir que a fiscalização do mercado funcione de forma adequada. No entanto, este estudo mostrou que, apesar de termos tornado as normas mais rigorosas, apenas dois Estados-Membros decidiram investir mais dinheiro na fiscalização do mercado. Deveríamos ser capazes de fazer melhor do que isso. É precisamente para prevenir histórias terríveis de brinquedos inseguros no mercado que necessitamos de melhor fiscalização do mesmo. Por isso, também espero que a Comissão assegure que os Estados-Membros consigam fazê-lo.

**Anna Hedh (S&D).** – (SV) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Verheugen por ter vindo aqui para nos falar sobre esta importante matéria. Temos a enorme responsabilidade de garantir que as nossas crianças não sofram danos ou que não estejam expostas a riscos. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para colocar algumas questões sobre os compromissos assumidos pela Comissão relacionados com as negociações antes da votação na primeira leitura sobre a directiva relativa aos brinquedos, assim como antes da nossa votação no plenário.

Os grupos partidários envolvidos nas negociações concordaram em eliminar certos limites dos níveis de ruído, porque o texto aprovado pela Comissão continha níveis específicos de decibéis. A Comissão afirmou que estes níveis poderiam ser demasiado elevados e prometeu, alternativamente, produzir uma norma baseada em níveis máximos para ruído contínuo e de curta duração. Até que ponto avançou a Comissão com o seu trabalho no sentido de assegurar de que os brinquedos não causem danos auditivos? Quando podemos esperar uma norma que estabeleça níveis máximos de ruído para brinquedos?

Também gostaria de realçar a questão do tamanho de caracteres utilizados para os textos de avisos. Foi-nos dito, mais uma vez, que esta questão seria resolvida através da standardização. Qual é a opinião da Comissão sobre as regras que deveriam ser aplicadas neste caso? Quando podemos esperar uma norma que inclua o tamanho mínimo de caracteres para textos de aviso?

**Małgorzata Handzlik (PPE).** – (PL) O tema da segurança dos brinquedos suscita grande interesse, em especial durante o período de Natal, quando estamos a pensar que brinquedos havemos de comprar para os nossos mais novos. Na anterior legislatura, preparámos o que é, na minha opinião, uma solução muito boa para aumentar a segurança dos brinquedos com que as nossas crianças brincam. Infelizmente, temos de esperar pelos efeitos destas disposições. No entanto, acredito que trarão resultados concretos.

Gostaria de agradecer aqui aos serviços da Comissão por terem organizado o chamado "Toys Road Show" (*Exposição itinerante de brinquedos*), porque se trata de uma iniciativa muito importante que está a ajudar as empresas a prepararem-se para as mudanças resultantes da directiva.

No entanto, Senhoras e Senhores Deputados, há outras informações que me preocupam. A Comissão da Segurança dos Produtos de Consumo nos Estados Unidos decidiu retirar no final de Novembro mais de um milhão de camas para crianças do mercado. Será retirado outro milhão do mercado canadiano. Uma cama é um objecto de uso diário e é provável que as crianças estejam em contacto com camas com muito mais frequência de que com brinquedos. Agradecia que o Senhor Comissário comentasse esta questão, tendo em conta a dimensão da operação. Podemos ter a certeza de que as camas para crianças disponíveis no mercado europeu são seguras?

**Anja Weisgerber (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, também eu gostaria de lhe agradecer muito sinceramente a clareza das suas palavras. O que é necessário dizer, fundamentalmente, é que, em termos gerais, a directiva relativa aos brinquedos introduziu uma melhoria considerável na protecção das nossas crianças. Todos nós a abordámos com a intenção de produzir a legislação mais rigorosa no mundo. No entanto, há agora muitos pais e avós que estão preocupados – tal como o Senhor Comissário referiu –, por causa dos estudos do Instituto Federal Alemão de Avaliação dos Riscos. Temos de perguntar a nós próprios se as afirmações e o parecer do Instituto são correctos. De qualquer modo, temos de examinar os factos com muito cuidado. O que está em causa é a protecção das nossas crianças.

Neste ponto, gostaria de lhe agradecer muito sinceramente por ter declarado que está disposto a fazê-lo. No entanto, é necessário actuar mais rapidamente. O Senhor Comissário disse que os resultados da comissão científica só estarão disponíveis durante o primeiro semestre do ano que vem. É necessário agir com mais rapidez. Trata-se de proteger os nossos filhos. Não posso, realmente, compreender por que razão o Instituto Federal tardou tanto a divulgar estas declarações. Também gostaria de aqui deixar esta posição.

**Georgios Papanikolaou (PPE).** – (EL) Senhora Presidente, foram registadas dezenas de casos ao longo dos últimos anos – 36 apenas em 2000 – em que crianças necessitaram de uma intervenção cirúrgica imediata devido a substâncias perigosas em brinquedos. Também gostaria de lembrar esta Câmara que, precisamente na semana passada, foi publicado um relatório nos EUA que afirma que um terço dos brinquedos em circulação contém substâncias químicas perigosas.

Por isso, deveríamos compreender que a marca europeia de conformidade (CEE) não é suficiente para garantir a segurança dos brinquedos. Ela é concedida após a apresentação de um processo por parte da empresa em causa e não após uma verificação preventiva e *in loco* do produto, pelo que não podemos pressupor que os brinquedos são seguros.



Por isso, para garantir que os nossos filhos – eu não tenho nenhum, mas espero ter, um dia – recebam prendas do Pai Natal, como foi referido anteriormente, que sejam completamente seguros e não constituem motivo de preocupação para os pais, temos de pressionar os Estados-Membros para que efectuem controlos mais meticulosos e reforcem a legislação em vigor, como é óbvio.

**Günter Verheugen**, *Membro da Comissão*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apraz-me o amplo consenso que este debate demonstrou. Permitam-me que faça uma observação prévia. Estamos a lidar com um instituto científico, o Instituto Federal Alemão de Avaliação dos Riscos, em que reparei há algum tempo devido à sua tendência para fazer anúncios alarmistas ao público, sem informar a Comissão ou qualquer outra instituição europeia acerca das suas descobertas. Os senhores deputados podem avaliar isto por si próprios. A única coisa que sei sobre esta matéria é que a continuação do financiamento deste instituto pelo orçamento federal alemão está em debate. Talvez esta seja uma explicação para as intensas actividades de relações públicas por parte do instituto, que, por outro lado, não está, claramente, muito preocupado em nos permitir examinar as suas descobertas de forma adequada.

Apesar disso – e parece que fui mal entendido neste ponto –, mesmo que só tenhamos lido algo nos meios de comunicação social, consideramos isso como um indício de uma possível nova descoberta científica e eu já o transmiro à comissão científica. Não é necessário pedirem-me que o faça, como aconteceu aqui. No momento em que recebo uma indicação de que possam existir novas descobertas científicas disponíveis no que diz respeito à segurança dos brinquedos e aos valores-limite que estabelecemos, esta informação é enviada à comissão científica.

No entanto, tenho de reiterar que os senhores deputados não podem esperar de mim, assim como eu não posso esperar dos senhores, que tomem uma decisão acerca do desacordo entre os cientistas no que diz respeito aos métodos. Os senhores deputados não podem fazê-lo. Eu não posso fazê-lo e os senhores deputados também não. A única coisa que eu posso fazer é dizer que a questão da metodologia da medição dos possíveis valores-limite foi debatida com rigor aqui no Parlamento, no Conselho e na Comissão. Além disso, a opinião deste instituto alemão não é partilhada por nenhum outro instituto científico na Europa – por nenhum! Se os senhores deputados pensam que sou obrigado a seguir a opinião de um único instituto e ignorar a de todos os outros, então, por favor, digam-me e podem repreender-me por causa disso. Não posso assumir tal responsabilidade. Ninguém dos senhores deputados pode fazê-lo. No entanto, volto a dizer o seguinte: se aparecer alguma nova descoberta, iniciar-se-á o processo.

Senhora Deputada Weisgerber, a senhora deputada disse que o processo deveria ser mais rápido – infelizmente, não pode ser mais rápido. São questões científicas complexas. É necessário fazer ensaios. Talvez não esteja ciente disso, mas são necessários imensos testes com animais, por exemplo, para que seja possível verificar este tipo de afirmações. A senhora deputada não pode forçar os cientistas a produzir resultados num determinado espaço de tempo. Lamento, mas não é possível. Por conseguinte, tenho de lhe pedir simplesmente que se dê por satisfeita quando lhe digo que a comissão científica nos disse que estará em condições de nos fornecer resultados fundamentados até meados do próximo ano, o que irá, certamente, fazer. A Comissão preparará, imediatamente, novas propostas com base nestes resultados, caso se revele que existem, de facto, novas descobertas. Espero que isto esclareça a questão.

Senhor Deputado Creutzmann, o princípio do menor risco possível é válido. Não necessito da ajuda do Instituto Federal de Avaliação dos Riscos para descobrir isto. Por conseguinte, as exigências que o senhor deputado deduziu deste princípio também estão cumpridas.

Senhora Deputada Rühle, a senhora deputada diz que eu deveria ter-me dirigido à imprensa mais cedo. Vai ficar surpreendida quando lhe disser que fiz exactamente isso. Tal como não acredito que aquilo que disse aqui, nesta noite, no Parlamento, vá aparecer nos meios de comunicação social europeus e, em particular, alemães, também a minha declaração objectiva e, na minha opinião, tranquila, sobre os factos não foi registada pelos meios de comunicação social alemães. No entanto, fiz a declaração necessária e expliquei o que estava em causa. Terei todo o prazer em lhe fornecer o texto.

Senhora Deputada Davidson, temos a legislação mais rigorosa no mundo. É algo de que nos podemos orgulhar. Esta Comissão não se permitirá ser ultrapassada por ninguém no mundo quando se trata de diligenciar pelo mais alto nível possível de segurança dos brinquedos.

Senhora Deputada Schaldemose, não posso senão concordar consigo e dizer que a responsabilidade dos Estados-Membros pela fiscalização do mercado não pode ser posta em causa. Concordo plenamente consigo que a questão da implementação é crucial nesta matéria. Também aqui fizemos os preparativos necessários.

A última questão da senhora deputada Hedh é muito importante. No que diz respeito às normas para diferentes áreas, a senhora deputada referiu dois exemplos, um dos quais foi as fontes de ruído. Foram enviadas instruções nesta matéria aos organismos europeus de normalização. No entanto, com as normas passa-se o mesmo que com qualquer outro trabalho científico. A senhora deputada não pode esperar que as normas sejam disponibilizadas numa semana ou num ou vários meses. É algo que demora. No entanto, as normas de que falámos estão a ser preparadas, serão disponibilizadas atempadamente e permitir-nos-ão desenvolver uma comparabilidade exacta dos produtos e reforçar a fiscalização do mercado.

Há um último ponto que eu gostaria de abordar. As cadeiras para crianças, que foram referidas aqui e em relação às quais houve alguns problemas de segurança nos Estados Unidos, não são brinquedos. Por isso, não são abrangidas pela directiva relativa aos brinquedos, mas sim pela directiva relativa à segurança geral dos produtos. Não precisamos de nos esconder dos americanos nesta matéria. O sistema que temos na Europa no que diz respeito à segurança geral dos produtos continuou a provar o seu valor ao longo dos últimos anos. Se aparecerem produtos inseguros no mercado europeu, podemos pressupor, com algum grau de certeza, que todos os outros Estados-Membros e a Comissão serão, de facto, informados sobre os mesmos e que serão dados os passos necessários.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

*Declarações escritas (Artigo 149.º)*

**Jim Higgins (PPE), por escrito.** – (EN) Congratulo-me com o facto de a nova Directiva 2009/48/CE relativa à segurança dos brinquedos entrar em vigor em 2011, embora seja lamentável que ainda não esteja em vigor no período de Natal de 2010, no próximo ano, quando a maioria dos brinquedos fabricados ou importados para a UE serão vendidos. Espero que os Estados-Membros estejam à altura de transpor todos os elementos desta importante directiva antes do fim do prazo para a implementação, para dar aos pais, enquanto consumidores, maior paz de espírito.

**Artur Zasada (PPE), por escrito.** – (PL) Aproveitando a oportunidade deste debate, gostaria de chamar a atenção para a necessidade de melhorar o funcionamento do registo da União Europeia de acidentes de consumidores, o qual prevê, entre outras coisas, a recolha de informações sobre óbitos ou lesões corporais resultantes da utilização de diversos produtos destinados a crianças. O registo deve ser um elemento importante do mecanismo do sistema de protecção dos consumidores, incluindo dos mais jovens e mais vulneráveis. Infelizmente, de acordo com um perito do comité técnico para produtos destinados a pequenas crianças e para a segurança dos brinquedos do Comité Polaco de Normalização, ainda não existe um intercâmbio rápido de informações entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia sobre produtos que apresentam riscos e os passos dados nos diversos países para prevenir ou restringir a entrada dos mesmos no mercado continuam a não ser suficientes. Gostaria de pedir uma investigação minuciosa desta questão.

## **20. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta**

## **21. Encerramento da sessão**

*(A sessão é suspensa às 22H50)*